

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO COORDENAÇÃO
DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PPGFIL – MESTRADO EM FILOSOFIA

CLEONILSON OLIVEIRA ALVES

A LINGUAGEM PRIVADA NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

RECIFE
2025

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO COORDENAÇÃO
DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PPGFIL – MESTRADO EM FILOSOFIA

CLEONILSON OLIVEIRA ALVES

A LINGUAGEM PRIVADA NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em filosofia, pelo programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Católica de Recife - PPGFIL-UNICAP.

Linha de Pesquisa 2: Linguagem, Sentido e Ação

Orientadora: Profa. Eleonoura Enoque da Silva

RECIFE
2025

A4741 Alves, Cleonilson Oliveira.
A linguagem privada nas *Investigações Filosóficas* /
Cleonilson Oliveira Alves, 2025.
110 f.

Orientador(a): Eleonoura Enoque da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Filosofia.
Mestrado em Filosofia, 2025.

1. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. Philosophische
Untersuchungen. 2. Análise linguística - Filosofia.
3. Ceticismo. 4. Significação (Filosofia). 5. Regras (Filosofia).
6. Kripke, Saul A., 1940-2022. I. Título.

CDU 1(WITTGENSTEIN)

Luciana Vidal - CRB 4/1338

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLEONILSON OLIVEIRA ALVES

A LINGUAGEM PRIVADA NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

A presente dissertação de mestrado foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, defendida em 22 de abril de 2025, e aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores(as):



Profa. Dra. Eleonoura Enoque da Silva – UNICAP
Orientadora



Danilo Vaz-Curado Ribeiro De Menezes Costa - UNICAP
Examinador Interno



Marcos Antonio da Silva Filho – UFPE
Examinador Externo

Dedicatória

Dedico esta dissertação de mestrado à minha Diocese de Bom Jesus do Gurgueia, à minha família e aos amigos que torceram por mim ao longo da minha vida.

Agradecimento

Agradeço em primeiro lugar a Deus; em segundo lugar, agradeço a minha Diocese de Bom Jesus do Gurgueia na pessoa do nosso Bispo, Dom Marcos Antonio Tavoni, que me concede a oportunidade de continuar meus estudos da pós-graduação. Minha gratidão a *Aid to the Church Need* - ACN International pelo fomento do meu mestrado, como à Arquidiocese de Olinda e Recife pelos meses de acolhida. Além disso, agradeço ao professor Gerson Francisco de Arruda Júnior, com quem mantive os primeiros contatos antes dos estudos e que me estimulou a estudar na UNICAP; minha afetuosa gratidão à Professora Eleonora Enoque da Silva, que assumiu a tarefa de me orientar ao longo deste período; muitíssimo obrigado pela dedicação, orientação, sugestões, recomendações, por tudo. E por fim, obrigado a todos os professores que fizeram parte desta jornada, aos colegas de curso, aos familiares e amigos que torceram por mim ao longo desta caminhada.

RESUMO

Esta dissertação analisa, em sentido *lato e stricto*, o *argumento da linguagem privada* das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Para cumprir esta tarefa, apresenta-se primeiramente uma caracterização geral das *Investigações Filosóficas* como estilo, texto e contexto; e consequentemente, as implicações delimitativas do *argumento da linguagem privada* e suas teses dentro da obra. A fim de alcançar este intento, levou-se em conta o auxílio de comentaristas wittgensteinianos consagrados, nacionais e internacionais, recorrendo-se em maioria à literatura estrangeira, em razão de conter maior produção sobre o tema em questão. O trabalho é composto em três partes, a saber: em primeiro lugar, explana-se sobre Wittgenstein e as *Investigações Filosóficas*, tentando demonstrar em quais pontos a obra supracitada afastou Wittgenstein do *Tractatus* e discorrer sobre a delimitação temática da *linguagem privada* dentro da referida obra, assim como de seus argumentos preliminares; em segundo lugar, Wittgenstein é confrontado com temas contíguos à questão da *linguagem privada*, através dos quais seus argumentos são testados sob o risco de cair em contradição e inconsistência; em terceiro lugar, abordou-se a distinção metodológica de Kripke sobre o *argumento da linguagem privada* com o paradoxo do cético, em relação a Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. Por fim, reafirmamos as consequências filosóficas do argumento da linguagem privada, tanto na linguagem quanto noutros campos do conhecimento.

Palavras chaves: Wittgenstein, as *Investigações Filosóficas*, o argumento da linguagem privada, Kripke e o paradoxo do cético.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the argument of private language in Wittgenstein's *Philosophical Investigations* in a broad and strict sense. To accomplish this task, it first presents a general characterization of the *Philosophical Investigations* as style, text and context; and consequently, the delimitative implications of the argument of private language and its theses within the work. In order to achieve this goal, the assistance of renowned national and international Wittgensteinian commentators was taken into account, and foreign literature was mostly used because it contains greater production on the subject in question. The work is composed of three parts, namely: first, it explains Wittgenstein and the *Philosophical Investigations*, trying to demonstrate in which points the aforementioned work distanced Wittgenstein from the *Tractatus* and discusses the thematic delimitation of private language within the aforementioned work, and its preliminary arguments; secondly, Wittgenstein is confronted with themes contiguous to the issue of private language with which his arguments are tested on the risk of falling into contradiction and inconsistency; thirdly, Kripke's methodological distinction on the private language argument with the skeptic's paradox in relation to Wittgenstein in the *Philosophical Investigations* was addressed. Finally, it reaffirms the philosophical consequences of the private language argument both in language and in other fields of knowledge.

Key words: Wittgenstein, the *Philosophical Investigations*, the private language argument, Kripke and the skeptic's paradox.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Cap. 1 – A LINGUAGEM PRIVADA NO TEXTO E CONTEXTO DAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS	12
INTRODUÇÃO	12
1.1 WITTGENSTEIN E AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS	12
1.2 A EXPOSIÇÃO DO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA NAS <i>INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS</i> (§§ 243-315).....	27
1.3 INTRODUÇÃO À IDEIA DE UMA LINGUAGEM PRIVADA §§243 – 255	31
Cap. 2 – TEMAS CONTÍGUOS À REFLEXÃO DA LINGUAGEM PRIVADA NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS	41
INTRODUÇÃO	41
2.1 O USO DAS <i>SENSAÇÕES</i> COMO INCONSISTÊNCIA DA <i>LINGUAGEM PRIVADA</i>	42
2.2 DEFINIÇÃO OSTENSIVA	50
2.3 SOBRE PRIVACIDADE.....	53
2.4 O PROBLEMA DE OUTRAS MENTES.....	58
2.5 A PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA EM WITTGENSTEIN.....	65
Cap. 3 – O PARADOXO DO CÉTICO DE WITTGENSTEIN ENUNCIADO POR KRIPKE	72
INTRODUÇÃO	72
3.1 WITTGENSTEIN DE KRIPKE.....	73
3.2 SEGUIMENTO DE REGRAS.....	78
3.2.1 A TEORIA DISPOSICIONAL	83
3.2.2 A VISÃO FUNCIONAL DE MÁQUINA.....	90
3.2.3 O PARADOXO: QUINE E WITTGENSTEIN	95
3.2.4 A CONCLUSÃO CÉTICA	98
3.2.5 A COMUNIDADE COMO CONDIÇÃO <i>SINE QUA NON</i> PARA A LINGUAGEM	103
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

O *argumento da linguagem privada* das *Investigações Filosóficas* (IF) de Wittgenstein recebeu uma importância “eterna” entre os filósofos anglo-saxões, conforme pontua Baker (2004, p.109). Evidentemente, outros temas das *Investigações Filosóficas* tiveram e ganharam notoriedade ao longo do tempo, seja pela originalidade, seja pela relevância temática dentro da filosofia da linguagem e outras ramificações da filosofia. O tema da *linguagem privada* manteve sua relevância, sobrevivendo à diversidade de perspectivas sobre outros temas relacionados na obra. Além disso, é um ponto referencial ao qual a maioria dos demais temas remete ou recorre de alguma forma.

Para compreender o argumento da linguagem privada, é essencial destacar que, segundo Wittgenstein, ele parte do pressuposto de que seus significados seriam acessíveis apenas àquele que a utiliza. Em outras palavras, uma linguagem privada consistiria em termos que se referem exclusivamente a experiências internas e subjetivas, sem qualquer critério público de verificação e correção. No entanto, em *Investigações Filosóficas* (IF), Wittgenstein argumenta contra essa suposta possibilidade de linguagem.

O argumento de Wittgenstein contra a linguagem privada, tacitamente pressuposta pela filosofia moderna, desafia a ideia de que podemos possuir um sistema de comunicação totalmente interno, individual e inacessível. Em vez disso, ele reforça a visão de que a linguagem e o pensamento são moldados pelo ambiente social e cultural, por meio da convivência e da troca de experiências.

Em consequência, inúmeros trabalhos têm sido produzidos, tanto a nível global quanto nacional, cuja origem temática é as *Investigações Filosóficas*. A nível nacional conta-se com vasta literatura produzida (livros, artigos, dissertações e teses), algumas referências ao tema da *linguagem privada*, sobretudo, na ótica analítica descritiva, este tema é objeto de estudo desta dissertação. Sobre este tema conta-se com poucas teses doutorais e um pouco mais de dissertações de mestrado e uma gama maior de artigos científicos. De um modo geral, enunciam a *linguagem privada* em relação a outros temas das *Investigações Filosóficas*. De forma direta, pode-se considerar ainda tímida a literatura produzida sobre o tema da *linguagem privada* em si, apesar do vasto leque temático e do que se pode considerar como hiperespecialização wittgensteiniana. Isso constitui-se em uma dificuldade, pois apesar da vasta produção brasileira sobre Wittgenstein na presente pesquisa contou-se em sua maioria com referências estrangeiras, em virtude da reduzida literatura específica sobre o *argumento da linguagem privada*.

Wittgenstein condensou questões relevantes da filosofia da mente, epistemologia e filosofia da linguagem no argumento da linguagem privada. Conforme Nielsen (2016, p. 2), isso torna tanto a obra quanto o tema em questão um "terreno inesgotável". Dessa forma, observa-se que ele oferece nichos de abordagem opcionais – seja dentro de um campo específico da filosofia ou de forma analítica temática – para além de perspectivas genéricas, conforme a própria exposição de Wittgenstein, cujo *leitmotiv* consiste em negar qualquer possibilidade de uma linguagem privada. Este trabalho pretende delimitar-se sobre a "perícopé" temática em questão: o argumento da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein.

O tema da linguagem privada, abordado por Wittgenstein em sua obra *Investigações Filosóficas*, talvez seja a razão pela qual essa obra é considerada sua segunda principal contribuição filosófica. Em vista disso, pode-se dizer que, em termos gerais, duas tarefas se apresentam como particularmente desafiadoras a serem deslindadas: primeiro, embora a comunidade acadêmica tenha consagrado os parágrafos §§243–315 como marco delimitador do argumento da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas*, existem controvérsias significativas e elementos que merecem consideração adicional quanto a essa delimitação; segundo, identificar os alvos precisos de Wittgenstein, pois, como aponta Glock (1998, p. 223), ele parece refutar concepções que, na verdade, ninguém sustentou. Este trabalho pretende delimitar-se à “perícopé” temática em questão: o argumento da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein.

Em termos específicos, busca-se alcançar alguns objetivos de forma progressiva, a saber: tentar explicitar o contexto no qual se encontra as *Investigações Filosóficas* na produção filosófica de Wittgenstein; discorrer sobre a delimitação do tema da *linguagem privada* dentro da obra; tentar explicitar os argumentos refutativos da *linguagem privada*, a fim de apresentar as conclusões de Wittgenstein sobre as implicações filosóficas de uma provável *linguagem privada* e a natureza genuína da linguagem em si. Para este fito, faz-se necessário levar em conta, além da análise textual e temática do tema nas *Investigações Filosóficas*, igualmente a literatura a respeito.

O presente trabalho dissertativo limita-se a três capítulos, cujos objetivos consistem nos seguintes propósitos, a saber: a) o primeiro capítulo tem como finalidade apresentar Wittgenstein e as *Investigações Filosóficas*, primeiro discorrendo sobre o protagonismo de Wittgenstein na filosofia e seu espólio literário, bem como sobre as características metodológicas e temáticas das *Investigações Filosóficas* e o que se sugere chamar de “ruptura” da mesma com o *Tractatus* e a tradição filosófica: esta introdução tem como finalidade

compreender o contexto do tema da *linguagem privada* dentro da obra supracitada; segundo, expõe-se o tema do *argumento da linguagem privada*, pretendendo explicitá-lo tanto no quesito macro quanto microestrutural, além das suas implicações delimitativas dentro da obra; e por fim, apresenta-se a análise da introdução do *argumento da linguagem privada*, não abordando a tese da suposta linguagem, mas os pressupostos. No segundo capítulo, **b)** continua a discussão introdutória do *argumento da linguagem privada*, apresentando também os argumentos subsequentes e temas contíguos relacionados aos argumentos acerca da *linguagem privada*, buscando apresentar de forma mais profunda analisar a questão mediante a explicitação do exposto nas *Investigações Filosóficas* sobre a *linguagem das sensações*, que compõem o *argumento da linguagem privada*. Por um lado, a discussão se dá pela análise de Wittgenstein por si mesmo na obra, e por outro lado pelo que tem observado seus comentadores mais ilustres ao longo do tempo. Os temas contíguos aos *argumentos da linguagem privada* serão expostos neste capítulo, embora bastasse um único tema para compor o capítulo; no entanto, são expostos, metodologicamente e de forma sintética, devido às suas características afins, com a finalidade de apresentar as conclusões de Wittgenstein sobre estas questões, que possuem influências diretas e decisivas sobre os *argumentos da linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas*.

Já o terceiro capítulo **c)** propõe-se a difícil tarefa de apresentar, em conformidade com as reflexões dos capítulos anteriores, o *argumento cético* de Wittgenstein enunciado por Kripke. Neste capítulo, apresentamos as peculiaridades metodológicas de Kripke em comparação com Wittgenstein acerca do *argumento da linguagem privada*; discorreremos igualmente sobre os principais argumentos de Kripke utilizados pelo cético de Wittgenstein, enfatizando que Kripke não apresenta nem Wittgenstein nem ele mesmo, mas os efeitos dos argumentos de Wittgenstein sobre as *Investigações Filosóficas* e de que maneira ele atinge Kripke. E por fim, vamos ressaltar que os argumentos típicos do cético, expostos por Kripke no seu livro *Wittgenstein: sobre regra e linguagem privada*, não conduz a fins distintos das conclusões de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, acerca da natureza da linguagem.

Cap. 1 – A LINGUAGEM PRIVADA NO TEXTO E CONTEXTO DAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

INTRODUÇÃO

Este capítulo busca apresentar o contexto em que foram compostas as *Investigações Filosóficas* (IF) de Wittgenstein, a fim de explicitar sobretudo o lugar no qual está inserido o *argumento da linguagem privada* na obra¹, constituindo-se este o ponto de maior relevância discursiva na academia. Para isso, apresentaremos as seguintes seções: **a)** um breve esboço da vida do autor, e principalmente sobre a produção intelectual de Wittgenstein, a fim de destacar o lugar das IF na vida e no conjunto do escopo wittgensteiniano; **b)** apresentar uma sucinta exposição sobre as IF, sua peculiaridade, método, estilo, organização dos temas, destacando a relevância do tema da *linguagem privada* e a subdivisão dos argumentos que a compõem; **c)** e por fim, apresentar a ideia basilar do argumento da linguagem privada nos parágrafos que a introduzem.

1.1 WITTGENSTEIN E AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS.

Ludwig Josef Johann Wittgenstein nasceu em Viena, 26 de abril de 1889, e faleceu em Cambridge, 29 de abril de 1951; foi um filósofo austríaco, que contribuiu para o pensamento contemporâneo com as bases de discussão do positivismo lógico²; a criação de processo de decisão na lógica formal³; e foi precursor da virada linguística pragmática⁴. Ele é amplamente considerado um dos filósofos mais importantes e influentes do século XX, assim como um dos mais controvertidos, tanto do século passado quanto atualmente; quer seja pelas características

¹ Ao longo do texto pode ocorrer que o nome da obra: *Investigações Filosóficas* possa vir abreviado IF.

² O positivismo lógico foi um movimento intelectual do século XX que sustenta que todo conhecimento deve ser baseado em fundamentos lógicos e científicos; Wittgenstein é um dos principais expoentes, com o seu *Tractatus*. Para Filho (1981-2, p. 143), os positivistas leram o *Tractatus* em função dos seus interesses epistemológicos e Wittgenstein por interesses análogos.

³ Na obra TLP, o autor expôs o método para os operadores lógicos como se conhece. Hoje, esse método é conhecido como notação de tabela-de-verdade (conf. TLP: 4.31ss). Existem debates acerca da autoria da tabela de verdade. Sobre isso, SILVA (2016 p.124) analisa a questão e frisa que pesquisadores defendem Peirce como sendo o primeiro a defender uma representação diagramática, 20 anos antes da Tabela de verdade do TLP. Além de Peirce, Emil Post em 1921 publicou um artigo intitulado *Introduction to a General Theory of Elementary Propositions*, artigo este no qual abordou a noção de tabela de verdade. Sendo Wittgenstein o autor ou não da Tabela de verdade, o fato é que ela ajuda a compreendê-lo de alguma forma em seu projeto inicial.

⁴ A virada linguística foi uma mudança de paradigma na linguística que ocorreu na segunda metade do século XX. Em vez de se preocupar com a estrutura abstrata da língua, muitos linguistas passaram a se debruçar sobre os fenômenos mais diretamente ligados ao uso que os falantes fazem da língua, que para Wittgenstein é “atividade humana” e “forma de vida”.

das suas obras mais famosas: *O Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP), concluído em 1918 e publicado pela primeira vez na Alemanha em 1921; e as *Investigações Filosóficas* (IF), obra sobre a qual afirma-se que em 1938 Wittgenstein completa um manuscrito de uma versão anterior da mesma; ele desiste de publicá-lo, entretanto, e a obra completa só foi publicada em 1953, dois anos após sua morte.

É importante pontuar que, em relação às dificuldades de compreensão do pensamento de Wittgenstein em ambas as obras citadas, pode-se destacar dois fatores gerais: primeiro, pontua-se seu estilo singular de escrita, em forma de aforismos simples e complexos que, conforme Giannotti (68, p. 37), fazem a leitura do *Tractatus* fechar-se sobre si mesma, de forma que qualquer explicação exterior ao texto penetra no domínio do que não deve ser dito; em segundo lugar, de acordo com Oliveira (2015, p. 118) as *Investigações* são “ininteligíveis”, em virtude da exposição de pensamento de forma, aparentemente, desordenada das ideias (sem fio condutor) entre os temas, ausência de coordenação do pensamento, além dos diálogos em forma de parágrafos com tese e antítese, sem resultado explícito. Por esta razão, podemos somar estes aos motivos pelos quais Wittgenstein muitas vezes não é devidamente compreendido. Pelo que se constata dos relatos históricos sobre a vida do filósofo, não somente seus escritos são confusos e complexos, como igualmente sua personalidade.

Quanto aos seus escritos, Wittgenstein escreveu muito, mas publicou pouco. Dentre os textos publicados em vida, temos uma curtíssima resenha de *A Ciência da Lógica*, de Peter Coffey; um dicionário, ou melhor, um livro de ortografia para alunos de língua alemã; um artigo acadêmico intitulado *Some Comments on Logical Form*; uma carta ao editor da revista *Mind*; além do *Tractatus Logico-Philosophicus*, que foi sua principal obra e, para muitos estudiosos, o único livro de filosofia que Wittgenstein publicou durante sua vida.

Quase tudo o que temos hoje em formato de volume foi publicado postumamente, incluindo as *Investigações Filosóficas* (IF), consideradas pelo próprio Wittgenstein uma obra inacabada. Após sua morte, em 1951, seus executores literários — G. E. M. Anscombe, R. Rhees e G. H. von Wright — ficaram encarregados da difícil tarefa de classificar e agrupar suas anotações manuscritas e datilografadas para posterior publicação.

Wittgenstein teve uma longevidade intermediária, ao longo de seus 62 anos de vida; a metade disso foi dedicada à filosofia: depois que concluiu o *Tractatus* e admitiu ter “resolvido os problemas da filosofia”, “divorciou-se” da filosofia por 10 anos, mas de 1929 até sua morte em 1951 escreveu quase que ininterruptamente, somando ao todo 20.000 páginas de escritos⁵.

⁵Erbacher, Christian: Im Jahr 1929 nahm er jedoch das philosophische Schreiben wieder auf und arbeitete von da an nahezu ununterbrochen an einem zweiten Buch. Während dieser 22 Jahre produzierte er mehr als 20 000 Seiten

Seu espólio filosófico de 20.000 páginas foi incluído na lista da Memória do Mundo da UNESCO, no final de outubro de 2017, e compreende 83 manuscritos, 45 datilografados e 11 ditados. Os documentos originais são mantidos por várias instituições em diferentes países⁶. A respeito da quantidade de escritos de Wittgenstein, a exposição de Erbacher e as informações da Unesco estão de acordo, conforme constata-se nas fontes citadas.

Retomando o problema acerca da incompreensão do filósofo em questão, é importante ressaltar que o próprio Wittgenstein admite não ter sido compreendido no *Tractatus* nem mesmo pelo seu amigo, Russell, que inclusive escreveu a apresentação do *Tractatus* explicando suas ideias fundamentais e a importância da obra, razão pela qual foi possível publicá-la. Wittgenstein considerou insatisfatória a compreensão de Russell naquela apresentação, na qual afirma que constatou “superficialidade” e “mal-entendidos”. Até os membros do Círculo de Viena, que se reuniam inclusive para discutir os temas do *Tractatus*, a saber: pensadores como Moritz Schlick (1882-1936), Rudolf Carnap (1891-1970), Otto Neurath (1882-1945), Friedrich Waismann (1896-1959) e outros, tinham muita dificuldade para compreender as ideias expostas na obra. Rudolf Carnap admite em sua obra *autobiografia intelectual* que, apesar das competições existentes entre os membros do Círculo de Viena, eles possuíam um objetivo comum: o entendimento do *Tractatus*; porém, não obtiveram a interpretação desejada, e isto apesar do esforço comum, segundo afirma:

No Círculo de Viena, uma grande parte do livro de Ludwig Wittgenstein *Tractatus Logico-Philosophicus* foi lida em voz alta e discutida frase a frase. Muitas vezes, eram necessárias longas reflexões para se compreender o sentido. E por vezes, não se encontrou nenhuma interpretação clara. Mesmo assim, entendemos grande parte do livro e mantivemos vivas discussões sobre ele⁷. (CARNAP, 1992, p. 59-60, tradução nossa).

Destes encontros no Círculo de Viena Wittgenstein também participou algumas vezes, já depois do Círculo formado; devido à sua personalidade difícil, foi convidado e persuadido a

philosophischer Schriften. Wenngleich er wiederholt Vereinbarungen mit Cambridge University Press für eine Veröffentlichung traf, kam es nie zu einer Drucklegung. Ende Januar 1951 betraute Wittgenstein schließlich drei seiner ehemaligen Studenten mit der Herausgabe seiner Schriften. Tradução nossa: Em 1929, porém, retomou a escrita filosófica e a partir de então trabalhou quase ininterruptamente em um segundo livro. Durante esses 22 anos produziu mais de 20.000 páginas de escritos filosóficos. Embora ele tenha feito acordos repetidos com a Cambridge University Press para publicação, nunca foi impresso. No final de janeiro de 1951, Wittgenstein finalmente confiou a três de seus ex-alunos a publicação de seus escritos.)

⁶Para conferir UNESCO-WELTDOKUMENTENERBE - ZWEI NEUAUFNAHMEN:

<<https://www.unesco.at/presse/artikel/article/unesco-weltdokumentenerbe-zwei-neuaufnahmen>>. Acesso em: 18, 05, 2023.

⁷ Em el Círculo de Viena se leyó en voz alta e se discutió punto por punto um gran parte del *Tractatus logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. Muchas veces necesitábamos largas reflexiones para hallar su significado, y em ocasiones no encontrábamos ninguna interpretación clara. Pero aun así, entendimos gran parte del libro y mantuvimos vivas discusiones sobre él. (Carnap, 1992, pg. 59-60)

participar segundo suas condições: “para convencer Wittgenstein a comparecer a essas reuniões, Schlick teve de assegurar-lhe que a discussão não precisava ser filosófica; ele poderia discutir o que quisesse”. (Monk,1990, p. 233, tradução nossa⁸). Mas a permanência de Wittgenstein foi temporária nos encontros, embora o contato e discussões com os seus membros ou alguns deles tenha permanecido ativo por muito tempo. Ademais, o fato é que o problema da incompreensão acerca da filosofia de Wittgenstein o acompanha também nas *Investigações Filosóficas*; o próprio Russell leu as *IF* e admitiu não ter encontrado nada que fosse interessante. Ele não somente critica as *Investigações Filosóficas*, como considera uma irresponsabilidade intelectual dos filósofos da última escola de Oxford depois de 1945 ter dado credibilidade à nova abordagem filosófica de Wittgenstein, para constatar:⁹

As doutrinas da última das três escolas de filosofia que Russell enumerou como tendo dominado a cena filosófica britânica, à qual ele se referiu como “WIT (significando a filosofia posterior de Wittgenstein e os tipos de filosofia praticados em Oxford depois de 1945), pareciam a ele uma abnegação de responsabilidade intelectual. “Suas doutrinas positivas me parecem triviais”, escreveu ele, “e suas doutrinas negativas infundadas”. Não encontrei nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein nada que me parecesse interessante e não entendo por que toda uma escola encontra sabedoria importante em suas páginas’. (HACKER, 1996, p. 228, tradução nossa).

Em outras palavras, aparentemente, a crítica de Russell abrange não só o crédito que a escola de Oxford depois de 1945 concede às investigações *Filosóficas*, como a escola de um modo geral. É perceptível que cada um tinha suas próprias razões e sabiam o que defendiam, inclusive Wittgenstein, uma vez que o período das *IF*, -ou seja, de estudos, análise, escrita e reescrita dos temas expostos na obra-, conforme Wittgenstein admite no prefácio da obra, ocuparam-lhe 16 anos. É evidente que isso foi resultado de maturidade intelectual, uma revisão dos pontos de vista, ou seja, uma evolução na noção da linguagem: esta nova medida, agora, abnega do purismo lógico e empreende seu percurso nas práticas linguísticas – os conhecidos "jogos de linguagem" –, que revelam configurações específicas do comportamento humano: “uso”, “significados”, "formas de vida" e outros.

Essas noções conceituais demonstram uma afinidade com a "virada linguístico-pragmática" na filosofia da linguagem, a saber: “o que caracteriza essa nova orientação é que

⁸ Para convencer a Wittgenstein de que assistiera a esas reuniones, Schlick tuvo que asegurarle que la discusión no tenía por qué ser filosófica; podía discutir de lo que quisiera. (Monk,1990, p. 233).

⁹ The doctrines of the last of the three schools of philosophy which Russell enumerated as having dominated the British philosophical scene, which he referred to as ‘WIT (meaning Wittgenstein’s later philosophy and the kinds of philosophy practised at Oxford after 1945), seemed to him an abnegation of intellectual responsibility. ‘Its positive doctrines seem to me to be trivial’, he wrote, ‘and its negative doctrines unfounded. I have not found in Wittgenstein’s *Philosophical Investigations* anything that seemed to me to be interesting and I do not understand why a whole school finds important wisdom in its pages’ (Hacker, 1996, pg, 228).

para ele, agora, a *linguagem é uma atividade humana* como andar, passear, colher etc.” (Oliveira, 2015, pg. 138.). Nesse período da composição das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein se encontrava em Cambridge; neste ínterim, o *Tractatus* era lido e discutido pelo mundo, e certamente seus leitores aguardavam alguma novidade de Wittgenstein. A publicação do *Tractatus* provocou um reboiço na filosofia acadêmica, mas sua influência não finda por aí, apesar do seu impacto:

“No entanto, a influência diversa de Wittgenstein em muitas disciplinas acadêmicas e artísticas diferentes emanou significativamente de sua "filosofia tardia", inclusive das *Investigações*. Isso só se tornou conhecido publicamente por meio de edições de seu espólio”. (ERBACHER. 2016, p. 197, tradução nossa)¹⁰

Seria ousadia atribuímos a Wittgenstein o sugestivo atributo de que foi alguém que escreveu sobre tudo; de fato, não se trata pontualmente disso, mas de um filósofo que tentou pensar por si mesmo sobre muitos problemas da filosofia. Talvez não fosse necessário todo seu espólio para constatar sua influência sobre outras áreas do conhecimento, mas só as *Investigações Filosóficas* em si mesmas já dizem muito. Não resta dúvida que a publicação das IF tenha sido um “trovão em céu aberto” para os que esperavam alguma inovação filosófica após o *Tractatus*; todavia, possivelmente, embora esta fosse inimaginável de distante em metodologia e abordagem do *Tractatus*, possuía, no entanto, um elemento em comum: a linguagem. Como se constata:

O que Wittgenstein tinha a dizer durante aqueles anos diferia em abordagem, tom e conteúdo do aparentemente definitivo trabalho inicial. Constantemente retrabalhando seus pontos de vista em manuscritos, ele não estava disposto a aceitar qualquer lançamento deles como definitivo. A trilha dessas tentativas está bem documentada pela publicação de seus manuscritos. Só postumamente, em 1953, surgiu um ápice desses esforços, as *Investigações Filosóficas*. (JAMES et al, 2003, VII, tradução nossa)¹¹.

Não é fácil traçar um limiar entre o que divide o Wittgenstein do *Tractatus* e o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*. Acontece que entre ambas as obras existem expressivos traços de descontinuidade entre o pensamento inicial de Wittgenstein e suas

¹⁰ Wittgensteins vielfältiger Einfluss auf viele verschiedene akademische und künstlerische Disziplinen ging jedoch maßgeblich von seiner, späten Philosophie ‘aus. Diese wurde ausschließlich durch Editionen aus seinem Nachlass öffentlich bekannt. (Erbacher. 2016, pg, 197)”.

¹¹ What Wittgenstein had to say during those years differed in approach, tone, and content from the seemingly definitive early work. Constantly reworking his views in manuscripts, he was unwilling to accept any casting of them as finais. The trail of these attempts is well documented by the publication of his manuscripts. Only posthumously, in 1953, did a culmination of these efforts, the *Philosophical Investigations*, appear. (James et al, 2003, VII).

reflexões “maduras”; esta circunstância tem sido frequentemente enfatizada até mesmo pelo próprio Wittgenstein no prefácio das *Investigações Filosóficas*, assim como em algumas passagens, especialmente no que diz respeito à evolução de sua concepção da natureza da linguagem como formalmente estruturada no "início", assim como ligada às formas variáveis de cultura no estágio "posterior". Conforme Oliveira (2015, p.177): “Wittgenstein desenvolve seu pensamento na segunda fase como uma crítica radical à tradição filosófica ocidental da linguagem, cuja expressão última havia sido precisamente o "Tractatus ".

Além disso, linhas de continuidade podem ser percebidas, especialmente na concepção da filosofia como uma "crítica da linguagem" e o "ponto ético" do trabalho filosófico, que não pretende operar como fundamento nem dar origem a uma teoria, mas reflete a força transformadora do ser humano, como afirma Wittgenstein: “Não existe um método de filosofia, mas existem métodos, como diferentes terapias.” (IF,133, tradução nossa)¹². Com isso, acrescenta-se o seguinte:

No período que se segue à publicação das *Investigações Filosóficas*, era comum considerar Wittgenstein como o criador de duas filosofias muito diferentes e diametralmente opostas: a primeira filosofia do *Tractatus* e a filosofia tardia das *Investigações Filosóficas*. Com a publicação de mais partes dos escritos de Wittgenstein e com a distância crítica propiciada pelo tempo, a relação entre a primeira obra e a obra tardia de Wittgenstein parece mais complicada, ao menos em dois aspectos. Em primeiro lugar, é claro que existem continuidades significativas entre o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas*, bem como significativas descontinuidades. Há um debate vivo e contínuo entre comentadores acerca da natureza, da extensão e da importância relativa dessas continuidades e descontinuidades. Em segundo lugar, os escritos de Wittgenstein entre 1929 e 1951 não representam uma “filosofia tardia” unificada e homogênea. As ideias apresentadas nas *Investigações Filosóficas* se desenvolveram gradualmente, depois do retorno de Wittgenstein à filosofia, com mudanças significativas ao longo do caminho. (CHILD, 2013, p. 20).

Observa-se que Child avalia a produção filosófica de Wittgenstein a partir de 1929 e 1951 como uma fase de uma evolução gradual que irá ser consolidada com a publicação das *Investigações Filosóficas* (IF), mas esta é considerada uma filosofia tardia, enquanto as outras publicações para ele não representam muita coisa, embora muito do conteúdo filosófico das publicações de 1929 em diante se encontra nas *Investigações Filosóficas*, e não no *Tractatus*; de qualquer forma, trata-se de uma progressão no pensamento filosófico de Wittgenstein, e é inegável que essa progressão de pensamento é marcada por encontros e desencontros com o TLF; outra consideração importante, a saber:

¹²Wittgenstein. *Philosophische Untersuchungen*. Blackwell publishers Ltd. Massachusetts, 1958.

Os escritos de Wittgenstein do período anterior ao Livro Azul são de considerável interesse, principalmente para o historiador de ideias filosóficas. Seu valor intrínseco é, penso eu, menor que o do *Tractatus* ou das *Investigações Filosóficas*. Isso é natural, considerando que representam um estágio de transição no desenvolvimento de Wittgenstein. (MALCOLM, 2001, p. 13, tradução nossa)¹³.

Nota-se que Child não levou em conta que o se chama de *transição* parece ser a expressão mais apropriada para que se possa situar essas publicações entre o velho e o novo Wittgenstein; além disso, é importante destacar como acréscimo o que demonstra ser novidade, como explicita Malcolm sobre o *Livro Marrom*: o que o distingue do *Livro Azul* não se sabe se é oportuno, mas para esclarecimento observa-se:

Eu mesmo acho difícil encaixar o *Livro Azul* no desenvolvimento dos pensamentos de Wittgenstein. *O Livro Marrom* é um caso um pouco diferente. Pode ser considerada como uma versão preliminar do início das *Investigações*. Em agosto de 1936, Wittgenstein iniciou uma revisão, em alemão, do *Brown Book* que havia sido ditado em inglês um ano antes. Ele chamou a revisão *Philosophische Untersuchungen* [Investigações Filosóficas]. Ele abandonou o trabalho, considerado insatisfatório e recomeçou no outono do mesmo ano. O que ele então escreveu é substancialmente idêntico às primeiras 188 seções das *Investigações* em sua forma impressa. (MALCOLM, 2001, p. 13-14, tradução nossa)¹⁴.

Pelo estilo enigmático e elíptico dos escritos de Wittgenstein, é difícil determinar o quanto ele conservou das suas reflexões filosóficas do período *transitório* nas exposições das *Investigações Filosóficas*; por exemplo, a linguagem das sensações é um tema nítido, pois exatamente aqui se encontra um problema: a linguagem das sensações, que é o recurso utilizado por Wittgenstein para expor a discussão sobre *Argumento da Linguagem Privada* (ALP), assim como a *linguagem privada* já se encontram em escritos anteriores, mas ainda não se pode afirmar se a concepção de antes é a concepção das *IF*; contudo, isso ainda é uma incógnita que se pretende desvelar nos capítulos seguintes aos “curiosos leitores”. O fato é que, para a comunidade acadêmica wittgensteiniana, é imprescindível negar a existência das sutis pontes de continuidade que ligam o *Tractatus* às *Investigações*, assim como as fronteiras da descontinuidade.

¹³ Wittgenstein's writings of the period anterior to the Blue Book are of considerable interest, not least to the historian of philosophical ideas. Their intrinsic value is, I think, less than that of either the *Tractatus* or the *Philosophical Investigations*. This is natural, considering that they represent a transitional stage in Wittgenstein's development. (Malcolm, 2001, pg, 13).

¹⁴ I myself find it difficult to fit the Blue Book into the development of Wittgenstein's thoughts. The Brown Book is a somewhat different case. It may be regarded as a preliminary version of the beginning of the *Investigations*. In August 1936 Wittgenstein began a revision, in German, of the Brown Book which had been dictated in English one year earlier. He called the revision *Philosophische Untersuchungen* [Philosophical Investigations]. He soon abandoned work on it as unsatisfactory, and made a fresh start in the autumn of the same year. What he then wrote is substantially identical with the first 188 sections of the *Investigations* in its printed form. (Malcolm, 2001, pg, 13-14).

Portanto, pode-se discordar Malcolm em algum ponto; por exemplo, supõe-se que o *Tractatus* (TLF) seja o ponto *Alfa* da produção intelectual de Wittgenstein e as *Investigações* (IF) o ponto *Ômega*, apesar de que Hans-Johann Glock prefere atribuir o conceito de *Summa* a ambas as obras – O *Tractatus* e as *Investigações*. Neste caso, é preferível denominar *Alfa* como princípio evolutivo, começo de uma trajetória que culmina em *Ômega*, o fim. Assim, pode parecer difícil, mas não se pode retirar o Livro Azul como um degrau importante deste período progressivo da filosofia de Wittgenstein. E ainda não se pretende retirar o mérito do que foi escrito depois das *Investigações*, assim como aquilo que lhe foi concomitante, como o livro *Sobre a Certeza* (*On Certainty*).

Existem estudiosos, como Danièle Moyal-Sharrock e Moyal-Sharrock, que em defesa de um suposto terceiro Wittgenstein afirmam ser *Sobre a Certeza* (*On Certainty*) o que se atribui ser o ponto *Ômega* da filosofia wittgensteiniana, mas aqui não se pretende entrar nesta discussão. O que se pretende realmente defender é a relevância de todo o escopo filosófico de Wittgenstein, sem fazer juízo de valor em importância de nenhum dos excertos, a fim de se compreender o contexto das *Investigações Filosóficas*. Tendo em vista este caso particular de Wittgenstein, podemos afirmar por analogia que, sem a importância singular do que se pode chamar de “pontes”, não haveria transição. Ademais, convém perceber que ele afirma ter relido sua obra anterior (TLF) no prefácio das *Investigações*, assim como por longo tempo as *Investigações Filosóficas* (IF), assegurando-se que nesse período ele escreveu praticamente de forma contínua, não exclusivamente só as IF mas provavelmente *Sobre a Certeza* (*On Certainty*).

Em consequência das interpretações divergentes acerca da continuidade e descontinuidade da filosofia de Wittgenstein, surgiu a pergunta: sob o ponto de vista de autoria conceitual, quem realmente escreveu as *Investigações Filosóficas*? Teria sido o Wittgenstein autor do *Tractatus* e das *Investigações*, ou seria um Wittgenstein que se opõe ao *Tractatus*? David G. Stern mapeia as possíveis respostas em seu artigo *How many Wittgensteins?* e desta maneira enumera algumas interpretações; afirma ele:

algumas das principais áreas de desacordo sobre a natureza da filosofia de Wittgenstein: (1) Entre os defensores de uma leitura de “dois Wittgensteins” (que traça uma nítida distinção entre Wittgenstein inicial e tardio) e a interpretação oposta de “um Wittgenstein”. (2) Entre os intérpretes de “dois Wittgensteins,” sobre quando surgiu a filosofia posterior e sobre a diferença central entre Wittgenstein inicial e tardio. (3) Entre aqueles que sustentam que Wittgenstein se opõe apenas à filosofia passada a fim de fazer filosofia melhor e aqueles que sustentam que Wittgenstein

pretendia pôr fim à filosofia e nos ensinar a sobreviver sem uma substituição. (PICHLER et al, 2006, p. 205. Tradução nossa).¹⁵

Percebe-se que Stern não faz menção a terceiras hipóteses, não menciona o possível terceiro Wittgenstein¹⁶. Só que isso não é tão importante quanto o fato de que as IF são a obra basilar desta discussão, por mais que no “mundo das interpretações” de Wittgenstein sempre tenha havido e provavelmente haverá interpretações antagônicas. Constata-se, pela leitura dos escritos wittgensteinianos, que para chegar a uma interpretação mais plausível, passível de diálogo e aceitação, todos os pontos prováveis devem ser considerados, como pode observar-se:

Por que encontramos tantos Wittgensteines na literatura secundária, por que somos irresistivelmente atraídos ou repelidos por “notações” como “o primeiro Wittgenstein”, “o último Wittgenstein”, “o novo Wittgenstein”? Para entender melhor o desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein, precisamos prestar atenção a dois aspectos complementares de sua escrita que raramente foram colocados em foco ao mesmo tempo: o extenso processo de revisão e seleção que levou à composição das *Investigações Filosóficas*, e o estilo bastante particular da obra mais polida de Wittgenstein. Aqueles que estão seriamente interessados no estilo das *Investigações Filosóficas* raramente prestam muita atenção ao *Nachlass*, e os estudiosos de *Nachlass* raramente levam o estilo a sério.¹⁷ (PICHLER et al, 2006 p. 220-221, tradução nossa).

Não se faz necessário adentrar no mundo desta discussão, até porque existem inclusive “intérpretes dos intérpretes” wittgensteinianos que acusam ambas as dimensões de interpretação da obra: primeiro, os que defendem um único Wittgenstein, e segundo aqueles que insistem na defesa de dois Wittgenstein; na opinião desses “intérpretes dos intérpretes”, muitas vezes aqueles incorrem em crassos erros de interpretação. Apesar disso, Pichler defende que uma vez que existem, de forma concomitante em sua obra, essa continuidade e descontinuidade, não se deve negar que os escritos de Wittgenstein: (...) “estão relacionados

¹⁵ Some of the main areas of disagreement over the nature of Wittgenstein’s philosophy: (1) Between defenders of a “two Wittgensteins” reading (which draws a sharp distinction between early and late Wittgenstein) and the opposing “one Wittgenstein” interpretation. (2) Among “two-Wittgensteins” interpreters as to when the later philosophy emerged, and over the central difference between early and late Wittgenstein. (3) Between those who hold that Wittgenstein opposes only past philosophy in order to do philosophy better and those who hold that Wittgenstein aimed to bring an end to philosophy and teach us to get by without a replacement. (Pichler et al, 2006, pg,205).

¹⁶ À guisa de pesquisa, este assunto pode ser explorado no livro a seguir: MOYAL-SHARROCK, D. The Third Wittgenstein: the post-investigation works. Hampshire: Ashgate, 2004.

¹⁷ Why do we encounter so many Wittgensteins in the secondary literature, why are we irresistibly attracted or repelled by “notations” such as “the early Wittgenstein”, “the later Wittgenstein”, “the new Wittgenstein”? To make better sense of the development of Wittgenstein’s thought, we need to attend closely to two complementary aspects of his writing that have rarely been brought into focus at once: the extensive process of revision and selection that led to the composition of the Philosophical Investigations, and the quite particular style of Wittgenstein’s most polished work. Those who are seriously interested in the style of the Philosophical Investigations rarely pay much attention to the *Nachlass*, and *Nachlass* scholars rarely take style seriously. (Pichler et al, 2006 pg, 220-221).

entre si de muitas maneiras diferentes” (PI § 65), e voltando-se para a tarefa mais produtiva de investigar essas relações em maior detalhe”.¹⁸ A opinião de Pichler demonstra notável sensatez, de um modo geral; por este motivo, devido à complexidade do tema até mesmo seu ponto de vista deve ser analisado com cautela:

Como esse delicado equilíbrio entre questões filosóficas e sua dissolução não é alcançado na maioria de seus outros escritos publicados e não publicados, devemos ser muito cautelosos ao usar as teorias e métodos que encontramos nesses outros escritos como um guia para a leitura das *Investigações Filosóficas*¹⁹. (PICHLER et al, 2006, p. 206, tradução nossa).

Essa provável “cautela” é mister adotar quando se analisa esses filósofos wittgensteinianos, pois conforme já foi destacado Malcolm assinalou a similaridade existente entre as *IF* e o *Livro Marrom*, e ainda diz que Wittgenstein nomeou este último de “Philosophische Untersuchungen [Investigações Filosóficas].” Por outro lado, Pichler assinala a importância da “cautela” ao se determinar como guia de iluminação das *Investigações* qualquer outro escrito de Wittgenstein. Esta decisão demonstra plausibilidade, devido à complexibilidade do problema.

Neste caso, pode ocorrer o entendimento de que Pichler não assinalou a questão do *Livro Marrom* levantado por Malcolm por uma questão de lapso de atenção; daí podemos considerar o conselho de Pichler, mas aproveitar a colocação de Malcolm a respeito do *Livro Marrom* e lê-lo, talvez ao lado das *Investigações*, sem jamais desconsiderar a importância dos outros escritos, inclusive vendo-os como importantes “pontes de passagem”, ou seja, sendas hermenêuticas pelas quais se percorre holisticamente sua obra, do *Alfa* até o *Ômega*, do antigo ao novo Wittgenstein.

Existe uma notória observação, a saber; os estudiosos da transição de Wittgenstein têm ignorado ou julgado de pouca importância. É preciso destacar que, ao analisar esse detalhe, toda discussão tornar-se-á amena. É importante encarecer que Wittgenstein faz as seguintes afirmações no prefácio das *Investigações Filosóficas* (IF): a) foram 16 anos de dedicação às *Investigações*; b) as *Investigações* são compostas de muitos assuntos; c) escreveu como comentários, em parágrafos curtos; d) às vezes em cadeias mais longas, sobre o mesmo assunto, às vezes saltando de uma área para outra em rápida sucessão; e) o modo foi intencional, foram

¹⁸ Ibid. Texto original: “are related to one another in many different ways” (PI § 65) and turning to the more productive task of investigating those relations in greater detail.

¹⁹ Because this delicate balance between philosophical questions and their dissolution is not achieved in most of his other published and unpublished writings, we should be very cautious when using the theories and methods we find in those other writings as a guide to reading the Philosophical Investigations. (Pichler et al, 2006, pg.206).

diferentes ideias que surgiram em momentos diferentes; f) as observações filosóficas deste livro (IF) são uma infinidade de esboços de paisagens que surgiram nessas longas e complicadas viagens; g) teve a ideia de publicar os velhos pensamentos (TLF) e os novos (IF) juntos, para que o novo seja compreendido à luz do contraste com o velho (TLF); h) reconheceu erros graves no antigo livro (TLF).

É importante frisar que Wittgenstein afirma ter reconhecido “erros”, mas não afirma que tudo o que escreveu está errado. É mister atentar que em nenhum momento Wittgenstein faz menção a outro manuscrito, mas destaca exclusivamente o *Tractatus*. Destaca-se que o filósofo nutria o desejo de publicar o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas* juntos, alegando ser o meio apropriado para que a leitura do primeiro “iluminasse” a do último. Ele frisa o longo tempo dedicado às *Investigações Filosóficas*; contudo, como já citado, Wittgenstein não escreveu exclusivamente as *Investigações filosóficas*: neste ínterim, ele escrevia, reescrevia, “retrabalhava seus pontos de vista”, como afirma James C. Klagge; é igualmente muito curioso que somente estes livros (TLF e IF) foram contemplados com prefácios escrito pelo seu próprio autor; as razões são óbvias: estes para ele eram seus livros, e nesses prefácios nenhum escrito sequer foi mencionado; apenas no prefácio das *Investigações Filosóficas* é feita uma menção ao *Tractatus*, com o propósito de justificar “as descontinuidades” deste.

Então, talvez Pichler tenha razão, e seja necessário ler estes outros escritos da transição como “guia” para a compreensão e interpretação das *Investigações Filosóficas* (IF), assim como iluminação do ALP na obra. O mais provável é que talvez nem toda produção intelectual de Wittgenstein do período intermediário²⁰ seja considerada como guia de leitura para as *Investigações Filosóficas*, devendo ser estudada na sua particularidade. As IF são fruto de inúmeros esforços mentais de Wittgenstein, apresentando-se como uma correção de “erros” de seus posicionamentos remotos, além de demonstrar ser a *Summa* de todo espólio do filósofo: a obra da superação em sentido conotativo, o ponto Ômega da filosofia de Wittgenstein, ou seja, de todo o *Nachlass*²¹ wittgensteiniano, se no caso o TLF e as IF fossem incluídos no *Nachlass*.

²⁰ O referido “período intermediário” é definido pela produção intelectual das seguintes obras, a saber: as *Observações filosóficas* produzidas em 1930, quando ele era professor da Faculdade de filosofia, em Cambridge e associado com Trinity College; a obra foi escrita como condição para se tornar associado; em 1933 produziu o “Grande manuscrito”, que ele revisou por muitos anos. A sua versão revisada está agora publicada como *O grande manuscrito*. Uma versão do manuscrito foi publicada antes como *Gramática filosófica*. De 1933-34 ditou o Livro azul à sua turma em Cambridge; de 1935-36 ditou o Livro marrom a dois estudantes. Aqui deve se considerar o *Nachlass*, que é o escopo de palestras realizadas em Cambridge e conversas privadas com seus alunos que chegaram até nós devido às anotações de seus alunos e interlocutores. Textos como *Sobre a certeza*, *Observações sobre as cores*, Zettel, Gramática filosófica, Cultura e Valor tiveram de ser submetidos previamente a uma seleção, agrupamento e classificação de suas observações.

²¹ *Nachlass* é uma palavra alemã, usada na academia para descrever a coleção de manuscritos, notas, correspondência e assim por diante, quando um estudioso morre. Pelo que se constata, os estudiosos de Wittgenstein não incluem o TLF e as IF como parte do *Nachlass*.

É importante frisar-se que, muitas vezes, o embate intelectual surge até mesmo sobre a nomenclatura da obra *Investigações Filosóficas (IF)* de Wittgenstein; diante de pesquisa feita em língua portuguesa e noutras línguas neolatinas, constatou-se que só existe esta obra com este nome e, é claro, seu autor é Wittgenstein. Ocorre que, às vezes, o nome da obra se confunde tanto com as atividades filosóficas do autor como com a nomenclatura da obra “as *Investigações Filosóficas*”. Dependendo do contexto pode referir-se a ambas, mas aqui pauta-se majoritariamente a obra, e assim pode-se descrever a mesma da seguinte maneira:

Do ponto de vista genético, a I parte das *Investigações* divide-se em três partes. A primeira, §§ 1-189, origina-se da “versão inicial” (TS 220). Wittgenstein apresentou essa versão à Cambridge University Press, recolhendo-a de volta; entretanto, depois de um mês fez inúmeras tentativas de completar esse volume. O primeiro acréscimo (TS 221: uma versão da Parte I de *Remarks on the Foundations of Mathematics*) se deu na mesma época da “Versão inicial” e trata da matemática. A segunda tentativa se dá em 1943, quando Wittgenstein submete uma cópia datilografada (hoje perdida) à Cambridge University Press. É provável que essa cópia incluísse também uma discussão sobre matemática, uma vez que esse constituía o tema principal dos manuscritos de Wittgenstein até 1943. Talvez isso explique por que motivo o prefácio escrito em 1945 ainda inclui os “fundamentos da matemática” como um dos tópicos discutidos. Na terceira tentativa, a “Versão intermediária” de 1944 (TS242), Wittgenstein substituiu os trechos dedicados à matemática pelos parágrafos 189-421. As seções finais, §§ 422-693, foram acrescentadas em 1945/46 (provenientes de TS 228). Wittgenstein fez pequenas revisões até 1950, e deixou o livro para publicação póstuma. (GLOCK op. cit., 1998, p. 222,)

Então, percebe-se que os parágrafos §§ 189-421, dentre os quais estão tradicionalmente os parágrafos que compõem os argumentos em torno da linguagem privada, não fazem parte da primeira versão da IF de forma tão “madura”; aparentemente, o fato desta versão intermediária de 1944 ser incluída numa terceira tentativa induz-nos a pensar que não fazia parte dos propósitos de Wittgenstein discutir o tema na obra de modo mais profundo. Além disso, é importante acrescentar outra observação complementar: entende-se que as *Investigações Filosóficas* das atuais edições nem sempre foram como são; as informações a seguir vão esclarecer o leitor sobre este tópico:

As edições padrão dessa obra contém duas partes. Nas primeiras edições (publicadas em 1953, 1958 e 2001), essas são intituladas *Investigações Filosóficas* parte I e Parte II. A quarta edição (publicada em 2009) são chamadas de, respectivamente, *Investigações Filosóficas* e *Filosofia da Psicologia — um fragmento*. (CHILD, 2013, p.20).

Visto isso, salienta-se que neste trabalho adota-se o padrão atual da obra (IF), ou seja, a versão publicada a partir de 2009, que é composta pelas partes I e II, a filosofia da Psicologia. Tem-se como texto basilar no presente trabalho a edição bilíngue traduzida por Anscombe,

Hacker e Schulte. Mas nada obsta eventuais consultas a outras traduções. Entretanto, destaca-se que existem problemas de interpretação entre tradutores.

Por exemplo, a exposição de Almeida trata-se de uma descrição atualizada e de fonte com eminente credibilidade. Por outro lado, entra em desacordo com a exposição de Ahmed, que se trata de uma fonte também atualizada e com crédito ad libitum. Evidencia-se uma interpretação distinta, tanto das bases/fontes credíveis de Almeida quanto de Ahmed, que evidentemente não são as mesmas. Sendo assim, confere-se:

As *Investigações Filosóficas* são muito menos organizadas do que o *Tractatus*. Como já indicado, o trabalho anterior tenta tirar conclusões bastante gerais sobre a natureza da realidade, o significado da vida etc. a partir de uma investigação altamente focada na natureza da representação linguística. Mas, na obra posterior, Wittgenstein salta de um tópico para outro de maneiras que nem sempre exibem qualquer conexão lógica muito evidente – na verdade, é por isso que ele diz que o livro é um álbum de esboços e não um tratado sistemático (PI p. ix). Na verdade, muito mais assuntos do que os seis listados no próprio Prefácio de Wittgenstein são tratados nas *Investigações Filosóficas*. Eles incluem (em ordem aproximada da primeira aparição): (1) a concepção agostiniana da linguagem, (2) jogos de linguagem, (3) semelhança familiar, (4) a natureza da filosofia, (5) a natureza da verdade, (6) seguimento de regras, (7) linguagem privada, (8) imagens mentais e processos mentais, (9) o eu, (10) consciência, (11) o fenômeno de significar algo, (12) indução, (13) significado linguístico e inferência, (14) a vontade e (15) percepção de aspecto (Parte II)²². (AHMED, Arif. 2010, p. 3, tradução nossa).

Embora Ahmed tenha pontuado que as *Investigações* são menos organizadas que o TLP, nota-se que a temática do *seguimento das regras* e a *linguagem privada* constam organizados logicamente, dentro dos parágrafos 189-421. De fato, o problema de algum parágrafo encontrar-se deslocado do seu tema ou encontrar-se dentro de outro tema diferente parece ser singular em ambos os livros. Além do mais, é constatável um número maior de literatura produzida a partir da obra (IF), uma consideração que merece ser destacada:

Suas *Investigações Filosóficas* renunciam aos princípios fundamentais da compreensão da linguagem, que dominaram a filosofia ocidental desde Platão. De acordo com o último Wittgenstein, as palavras não têm como significado entidades, as sentenças não descrevem uma realidade (logicamente) anterior à prática linguística, e a atividade mental não é uma condição suficiente para uma fala significativa. Ao

²² Philosophical Investigations is much more loosely organized than the *Tractatus*. As already indicated, the earlier work attempts to draw quite general conclusions about the nature of reality, the meaning of life etc. from a highly focused investigation of the nature of linguistic representation. But in the later work Wittgenstein jumps from one topic to another in ways that do not always exhibit any very evident logical connection – indeed this is why he says that the book is an album of sketches rather than a systematic treatise (PI p. ix). In fact, many more subjects than the six listed in Wittgenstein's own Preface to it get treated in *Philosophical Investigations*. They include (in rough order of first appearance): (1) the Augustinian conception of language, (2) language games, (3) family resemblance, (4) the nature of philosophy, (5) the nature of truth, (6) rule-following, (7) private language, (8) mental images and mental processes, (9) the self, (10) consciousness, (11) the phenomenon of meaning something, (12) induction, (13) linguistic meaning and inference, (14) the will and (15) aspect perception (Part II). (AHMED, Arif. 2010, p. 3).

apresentar um argumento poderoso para esses pontos, Wittgenstein ataca não apenas a visão tradicional da linguagem, mas também - e acima de tudo - os princípios subjacentes tanto da metafísica clássica quanto da epistemologia fundamentalista²³. (Kanev, 2001, p. 375, tradução nossa).

Kanev destaca as características gerais das *Investigações Filosóficas*, ressaltando sua singularidade e ruptura com uma concepção de filosofia que para Wittgenstein parecia ultrapassada. Contudo, em termos mais específicos é importante ressaltar que o tema mais famoso dentre os elencados pelos intérpretes de Wittgenstein seja talvez o *argumento da linguagem privada*²⁴, tradicionalmente destacado nos parágrafos 243 – 315. Estes excertos das *Investigações Filosóficas* talvez se constituam na parte de sua obra em que Wittgenstein foi mais bem compreendido, uma vez que se constata, segundo todos os seus comentadores, que ele refuta a ideia de uma possível *linguagem privada*.

Além disso, é importante destacar que, segundo Baker, (2004, p.109) o tema do argumento da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas* caracteriza-se como o tema mais conhecido e debatido da obra. Conforme sugere o autor, talvez seja o assunto que fez Wittgenstein ser conhecido como o “rei” dos filósofos. Nada obsta, mas pode-se considerar também o conjunto da obra, embora o tema da linguagem privada (§§ 243 – 325) tenha tido maior visibilidade.

Diante disso, é importante frisar a importância do contexto no qual a obra é escrita e qual o lugar que o argumento ocupa na mesma, uma vez que compreendê-lo é basilar, seja para a melhor ou possível interpretação hermenêutica de um texto, seja para o trabalho exegético. Neste caso em questão, não se trata de um método ou de outro, mas sobretudo de considerar o contexto e a singularidade da obra aqui abordada para que se atinja o objetivo proposto: a melhor compreensão da obra, e a partir dela, a captação hermenêutica dos excertos que explicitam o *argumento da linguagem privada*, conforme ressalta:

Considerar o aspecto contextual é relevante no caso em questão, pois não significa sanar as dúvidas e contra censos; mais: é dar uma contribuição modesta para a sua procura, que tem a ver com o reconhecimento de uma expressão, ou de uma fisionomia, como veremos, assim como também tentar pensar um pouco melhor a

²³ His Philosophical Investigations renounces the fundamental principles of the understanding of language, which have dominated Western philosophy since Plato. According to the later Wittgenstein, words haven't for their meaning entities, sentences do not describe a reality (logically) prior to linguistic practice, and mental activity is not a sufficient condition for meaningful speaking. In making out a powerful case for these points, Wittgenstein does attack not only the traditional view of language, but also-and above all-the underlying principles both of classical metaphysics and foundationalist epistemology. (KANEV, Alexander, On The Nature Of Wittgenstein's Revolutions Of Philosophy. In: 24. Papers of the 27th International Wittgenstein Symposium. Kirchberg am Wechsel: Österreichische Ludwig Wittgenstein Gesellschaft, 2001, p. 375).

²⁴ Wrisley, George. Private Language. STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Disponível em: <Private Language (Stanford Encyclopedia of Philosophy)>. Acesso em: 06/08/2003.

respeito de um tema recorrente em Wittgenstein: o porquê seria esse autor tão pouco compreendido quanto aos seus propósitos. (ALMEIDA, 2015, p. 13).

As considerações sobre o aspecto textual da obra parecem ser relevantes, inclusive para que não se incorra em erros crassos quando se analisa os excertos que expõem o *argumento da linguagem privada*, assim como observar o que os intérpretes têm escrito sobre as *Investigações* e o tema da *linguagem privada* na obra em questão. O intuito não é inovar, mas pelo menos, dada a vasta literatura, não incorrer no fato redundante de repetir o que outros já escreveram.

Talvez a análise do tema na obra supracitada e a forma metodológica com que Wittgenstein a expõe não tivessem alvos definidos. Chegar a conclusões definidas sobre isso é uma tarefa difícil. Wittgenstein aborda a questão de forma singular, mas segundo afirma Glock (1998, p. 230): “(...) a possibilidade de uma linguagem privada é tacitamente pressuposta pela corrente dominante na filosofia moderna, desde Descartes, passando pelo empirismo inglês clássico e pelo kantismo, até o representacionismo cognitivo contemporâneo.”

Por outro lado, sobre o surgimento da questão, de forma mais explícita Nielsen (2016, p.9) defende que o tema da *linguagem privada* já fazia parte de uma disputa entre Carnap e Neurath, antes mesmo do Círculo de Viena; estes foram contemporâneos de Wittgenstein, e por este motivo há autores que sugerem a existência do tema no *Tractatus*²⁵. Entretanto, não convém entrar no desdobramento dessa questão fora do escopo das *Investigações Filosóficas*. À guisa de informação, é plausível ressaltar que o tema da *linguagem privada* não é exclusivo das *Investigações*, mas:

ele falou de uma 'linguagem privada' tanto nas *Investigações* (§256, §269, §275) quanto em seus antecedentes manuscritos imediatos (MS 180a, 10v-11r; MS 124, 225 f.; MS 120, 42), e ele se referiu à 'discussão de uma linguagem privada' (MS 165, 101). Ele escreveu sobre a suposta "privacidade" das representações ou *Vorstellungen* (MS 109, 296; MS 110, 300; PI §251); da privacidade dos dados dos sentidos (MS 110, 7; BT 224; LPE 221, 237; LSD 290), de experiências ou 'experiências internas' (LPE pp. 208, 234 f.; PI §243, §272), de imagens visuais (LPE 214), de impressões (LPE 220) e impressões coloridas (PI §§272 – 9) e de sensações (PI §246). (HACKER, 2019, p. 1. Tradução nossa)²⁶.

²⁵ Cora Diamond, em seu artigo em um dos trechos mais notáveis: Does bismarck have a beetle in his box?, assevera que no *Tractatus* Wittgenstein já defende uma ideia inicial de linguagem privada. No entanto, William Child, no artigo: "Does the Tractatus contain a private language argument?" defende que, embora o *Tractatus* toque em questões “inexprimíveis” de estados internos, ele não desenvolve a questão que se conhece nas *Investigações*.

²⁶ he did talk of a ‘private language’ both in the *Investigations* (§256, §269, §275) and in its immediate manuscript antecedents (MS 180a, 10v–11r; MS 124, 225 f.; MS 120, 42), and he referred to ‘the discussion of a private language’ (MS 165, 101). He wrote of the putative ‘privacy’ of representations or *Vorstellungen* (MS 109, 296; MS 110, 300; PI §251); of the privacy of sense-data (MS 110, 7; BT 224; LPE 221, 237; LSD 290), of experiences or ‘inner experiences’ (LPE pp. 208, 234 f.; PI §243, §272), of visual images (LPE 214), of impressions (LPE 220) and colour-impressions (PI §§272 – 9), and of sensations (PI §246). (HACKER, 2019, p. 1.)

Por último, é importante destacar que as *Investigações Filosóficas* é a obra detentora da discussão sobre a *linguagem privada*; este dado é importante, pois como é constatável que Wittgenstein abordou temas inerentes à *linguagem privada* noutros escritos pós *Tractatus*, que pode-se até chamar de “estágios preliminares” sobre a questão, em nada escreveu de forma tão profunda como nas *Investigações Filosóficas*, uma vez que sua abordagem sobre o tema é filosoficamente respaldada em pressupostos com teses e antítese, uma discussão consistente na qual ele, aparentemente, pretende esgotar em si mesmo toda discussão. Ademais, permanece o impasse de saber se o tema do *argumento da linguagem privada* foi decisivo ou não para que Wittgenstein fosse considerado quem é no século XXI.

1.2 A EXPOSIÇÃO DO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS (§§ 243-315)²⁷.

O argumento *da linguagem privada* das *Investigações Filosóficas* (IF) consiste num dos temas mais densos da obra, em sentido mais amplo; refere-se ao conteúdo mental e ao comportamento, e, em termos mais *stricto*, também a uma série de discussões sobre o problema epistêmico ou como propriedade privada do conteúdo mental “inacessível”, ou seja, pode-se dizer que o pressuposto em *sentido lato* para a existência de uma suposta linguagem privada leva em conta a premissa da “incomunicabilidade”, uma vez que tal linguagem apresenta-se como restrita à experiência interior/privada do indivíduo e incomunicável aos demais.

Enquanto delimitação do tema dentro das *Investigações Filosóficas*, pode-se afirmar que pelo consenso dos estudiosos wittgensteinianos o *argumento da linguagem privada* corresponde, precisamente, aos parágrafos §§ 243 – 315 da obra em questão, mas sobre isso existem controvérsias. Além disso, até sobre o próprio termo “argumento” da linguagem privada pode levantar questionamentos, uma vez que, segundo Wrisley (2019, p.2), Wittgenstein nunca usou essa denominação. Entretanto, Wittgenstein trata nos parágrafos supracitados sobre uma possível *linguagem privada*, uma linguagem não pública e nem social, mas uma linguagem entendida e restrita exclusivamente ao domínio do próprio usuário.

Percebe-se que, embora a discussão em torno do assunto compreenda aproximadamente 11 páginas das *Investigações Filosóficas*, pela configuração da exposição da questão e a forma ordenada das ideias compreende-se a exposição do assunto segundo a analogia de um livro dentro de um livro. Portanto, é sugestivo ressaltar essas delimitações do tema, assim como suas

²⁷ Parte parcial desta seção foi adaptada para um artigo científico. Intitulado: O argumento da linguagem privada nas investigações filosóficas.

possíveis implicações delimitativas, uma vez que se faz mister observar além do que é explícito, atentar-se ao implícito, endógeno, interioridade mística, o inefável, o lado de dentro do filósofo. Primeiro observa-se o que se expõe a seguir, um retrato temático dos argumentos acerca da *linguagem privada* na ótica dos intérpretes de Wittgenstein, a saber:

Os parágrafos §§ 243-55 introduzem a ideia de uma linguagem privada e mostram que nosso vocabulário psicológico não é privado nesse sentido, ao passo que as §§ 256-71 sustentam a ideia de que a própria ideia é incoerente. As §§ 272 – 315 argumentam que isso não implica que a esfera mental seja irreal. (GLOCK, 1998, p. 230).

Esta é a configuração explícita e consensual sobre o argumento da *linguagem privada* ou a *ideia de uma linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas*, que pela forma da exposição fornece a estrutura de uma introdução, desenvolvimento e conclusão. Esta é a forma atual como o tema é, tradicionalmente, conhecido dentro da obra. Mais importante é destacar que estudiosos como Child (2013, p. 160) argumentam que a primeira discussão de Wittgenstein não foi diretamente sobre a *linguagem privada*, mas sobre a *linguagem das sensações*, numa abordagem de 1929-30; já Glock (1998, *ibidem*) afirma que a noção de uma *linguagem privada* surge primeiramente nas preleções de 1935-36, e o argumento contra essa noção é desenvolvido em manuscritos de 1937-39, sendo completado apenas em 1944-45.

O fato é que todo o argumento da *linguagem privada*, ou seja, os argumentos acerca da *linguagem privada* se propõem a um só propósito: refutar tal suposta linguagem²⁸. Segundo a análise sobre a composição dos argumentos, percebe-se que a refutação da *linguagem privada* não está na primeira parte das IF que compõem os parágrafos §§ 1-189, mas encontra-se na denominada “versão intermediária” de 1944, que inclui as seções §§ 189-421, como já explicitado na seção anterior. Quanto aos temas dos excertos que compõem o argumento contra a *linguagem privada*, alguns autores inclusive preferem dividir os parágrafos por temas (dando noção de capítulo de livro, como já mencionado), a saber:

Os monologistas de Wittgenstein (§243); **2.** Uma criança está chorando (§§244–5); **3.** A Nuvem de Wittgenstein: do Desconhecimento (§246); **4.** Privacidade, Paciência e Imagens: Primeiro Metodológico Interlúdio (§§248, 251–2); **5.** Irmãos Corsos de Cavell (§253); **6.** Ponto-e-vírgula de Wittgenstein: Segundo Metodológico Interlúdio (§255); **7.** Diarista de Wittgenstein: Três Leituras (§258); **8.** Excursus: Mezuzá de Cavell; **9.** O dom de Wittgenstein (da imaginação gramatical); Potes e bonecas, pedras e moscas (§§268–9); **10.** O Manômetro Humano (§270); Coda: Besouro de Wittgenstein (§293). (MULHALL, 2007, viii).

²⁸ Notoriamente, se a linguagem é um instrumento de comunicação entre os indivíduos cujo objetivo é interpretar e compreender o mundo. Neste caso, para Wittgenstein uma linguagem privada a partir do pressuposto da incomunicabilidade seria inútil, já que não exerce a função precípua que caracterizaria a comunicação.

De fato, percebe-se que Wittgenstein não organizou as *Investigações Filosóficas* de forma sistemática, subdividindo seus temas e apresentando-os num sumário. Mas de alguma forma, pelo que expõem seus intérpretes, demonstra que os excertos que compõem o ALP receberam um cuidado especial por parte do autor. No entanto, dúvidas sobre a delimitação sobre o tema da *linguagem privada* na obra ainda existem. Existem divergências entre os intérpretes de Wittgenstein. Não somente sobre a configuração do tema nos excertos do ALP supracitados, como existem suposições de que os parágrafos em questão entram em outras temáticas das IF; como pode-se explicitar adiante.

O segundo ponto notável nesta discussão é em relação à obra; conseqüentemente, existem contestações entre os estudiosos sobre a II parte das *Investigações Filosóficas* (IF), a assim chamada *Filosofia da Psicologia – um fragmento*. Há quem argumente que a discussão acerca do tema da psicologia já começa no debate acerca da *linguagem privada*; nada obsta, entretanto, que a filosofia da mente de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* encontra-se expressamente dentre os parágrafos consensuais que compõem os argumentos sobre a *linguagem privada*, já que o conteúdo mental é o terreno basilar da discussão. Embora seja vasto o leque temático das IF, e a questão da mente norteie toda a obra, é importante observar o que afirmam sobre a questão supracitada, a saber:

A discussão de Wittgenstein sobre a psicologia filosófica começa com as observações sobre a ideia de uma linguagem privada, que se tornou familiar como “argumento da linguagem privada de Wittgenstein”. Este é sem dúvida o aspecto mais referido da filosofia posterior de Wittgenstein e pode-se argumentar que representa a contribuição mais significativa de Wittgenstein para a filosofia da mente²⁹. (MCGINN, 2002, p. 115, tradução nossa).

Contudo, observa-se que sobre o lugar do argumento da *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas*, Kripke, mesmo correndo o risco de ser duramente criticado, opta por opinar na primeira pessoa, dispensando a si mesmo de qualquer responsabilidade. A iniciativa resultou em certos riscos, como críticas posteriores às suas afirmações; entre os críticos de Kripke, está Brandt (2017, p.529), que argumenta que Kripke interpretou Wittgenstein incorretamente, já que Wittgenstein afirma explicitamente que o “paradoxo” do PI §201 é

²⁹ Wittgenstein’s discussion of philosophical psychology begins with the remarks on the idea of a private language that have become familiar as ‘Wittgenstein’s private language argument’. This is without doubt the most referred-to aspect of Wittgenstein’s later philosophy and it could be argued that it represents Wittgenstein’s most significant contribution to the philosophy of mind. (MCGINN, 2002, p. 115).

decorrente de um “mal-entendido”. No entanto, na suspeição de Kripke sobre o consenso acerca da delimitação do argumento da *linguagem privada* nas IF, afirma ele:

Na minha opinião, o verdadeiro 'argumento da linguagem privada' pode ser encontrado nas seções anteriores ao §243. De fato, no § 202 a conclusão já é expressa explicitamente: "Portanto, não é possível obedecer a uma regra 'privadamente': caso contrário, pensar que alguém está obedecendo a uma regra seria a mesma coisa que obedecê-la", pensou em si mesmo como antecipando um argumento que ele daria em maiores detalhes mais tarde. Pelo contrário, as considerações cruciais estão todas contidas na discussão que leva à conclusão declarada no §202. As seções seguintes ao §243 devem ser lidas à luz da discussão anterior; por mais difíceis que sejam em qualquer caso, eles são muito menos prováveis de serem compreendidos se forem lidos isoladamente³⁰. (KRIPKE, 1995, p.3, tradução nossa).

O parágrafo § 202, na verdade, faz parte dos parágrafos nos quais o tema sobre o “seguimento da regra”, que termina no parágrafo §242, parágrafo este que tradicionalmente é consagrado como o começo dos argumentos sobre a *linguagem privada*. Para Kripke, o *seguimento da regra* e o argumento da *linguagem privada* são praticamente indissociáveis. Um oponente declarado das ideias de Kripke, Hacker (já citado) se opõe vigorosamente às interpretações de Wittgenstein por Saul Kripke. Para ele, o *ALP* começa no parágrafo § 243. Quanto à influência das *Investigações Filosóficas* e do *ALP* Hacker, afirma:

O número de filósofos que escreveram sobre sua obra é uma legião, e o número que usou suas ideias em suas próprias obras é grande. Dar conta até mesmo de uma seleção razoável deles seria uma tarefa de proporções enciclopédicas. Diferentes ondas de ideias wittgensteinianas irromperam sucessivamente sobre os filósofos. Debates sobre significado e uso incendiaram a imaginação filosófica por um tempo; o conceito de critério foi muito discutido; a ideia de semelhança familiar foi apreendida e utilizada em vários domínios filosóficos; o tema das 'línguas privadas' foi debatido por três décadas;³¹ (HACKER, 1996, p. 137, tradução nossa).

Não resta dúvida de que a literatura escrita sobre o leque temático das *Investigações Filosóficas* (IF) compõe uma enciclopédia, caso fosse possível juntar tudo o que já foi escrito, o que estão escrevendo e o que provavelmente escreverão sobre esta obra; não exclusivamente

³⁰ In my view, the real 'private language argument' is to be found in the sections preceding §243. Indeed, in §202 the conclusion is already stated explicitly: "Hence it is not possible to obey a rule 'privately': otherwise thinking one was obeying a rule would be the same thing as obeying it. " I do not think that Wittgenstein here thought of himself as anticipating an argument he was to give in greater detail later. On the contrary, the crucial considerations are all contained in the discussion leading up to the conclusion stated in §202. The sections following §243 are meant to be read in the light of the preceding discussion; difficult as they are in any case, they are much less likely to be understood if they are read in isolation. (KRIPKE, 1995, p.3).

³¹ The number of philosophers who wrote upon his work is legion, and the number who used his ideas in their own work is great. To give an account of even a reasonable selection of these would be a task of encyclopaedic proportions. Different waves of Wittgensteinian ideas successively broke upon philosophers. Debates about meaning and use fired the philosophical imagination for a while; the concept of a criterion was much discussed; the idea of family resemblance was seized upon and put to use in a variety of philosophical domains; the subject of 'private languages' was debated for three decades; (HACKER, 1996, p. 137).

sobre as IF e o argumento da *linguagem privada*, mas sobre todo o escopo filosófico de Wittgenstein. Hacker, de forma diferente do que opina Kripke³², realmente defende que o “argumento”³³ da *linguagem privada* das *Investigações Filosóficas* compõe as §§243-315. E ainda, segundo ele, o excerto compõe o suposto “capítulo” oitavo das IF.

O argumento da linguagem privada tem resultado em várias controvérsias entre os comentadores, assim como as IF em si; para Agassi (2018, P.29), possivelmente, deve-se estudar e buscar compreender as *Investigações Filosóficas* como Wittgenstein definia a filosofia: uma terapia. Embora para muitos de seus estudiosos, erroneamente, as IF e seus termos possam parecer termos vistos como *técnicos*, para Wittgenstein são palavras *comuns*; geralmente eles tomam, de forma incorreta, os usos das palavras comuns, tais como “esclarecimento”, “semelhança familiar”, “linguagem privada” e “seguimento de regras”, como termos técnicos que ele inventou e esqueceu de explicar. E ironicamente acrescenta que eles parecem incapazes de imaginar que essa distorção de seus textos é um insulto para ele (Wittgenstein). E acrescenta: essa expressão (“linguagem privada”) é a última da lista de termos que os comentaristas interpretam equivocadamente como termos técnicos.

1.3 INTRODUÇÃO À IDEIA DE UMA LINGUAGEM PRIVADA §§243 – 255

A premissa que orienta a discussão nos parágrafos §§ 243-255 das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, e que ele se propõe a examinar e, por fim, refutar, é a hipótese da suposta possibilidade de uma *linguagem privada*. Estudiosos como Marques (2012, p. 73) e Glock (1998, p. 330) compartilham dessa ideia e afirmam que esses parágrafos podem ser considerados uma 'introdução' à concepção de *linguagem privada*. Para esses autores, o esforço analítico de Wittgenstein nesse trecho consiste em demonstrar que o nosso vocabulário psicológico é incompatível com o conceito de *linguagem privada*, pois não é privado nesse sentido. Em outras palavras, nos parágrafos introdutórios, Wittgenstein age como se construísse 'edifícios' que posteriormente seriam desconstruídos.

Há uma dificuldade evidente em abordar esse tema nas *Investigações Filosóficas*, pois não se trata de um único argumento que sustente uma teoria da linguagem privada, mas sim de

³² O capítulo terceiro aprofunda essa ideia de Kripke e outras questões da sua interpretação sobre Wittgenstein. Ele é crucial neste trabalho, e constatará, que apesar de trilhar caminhos metodológicos distintos de Wittgenstein, ambos comungam da mesma conclusão: a visão comunitária da linguagem.

³³ Até aqui a palavra “argumento” da linguagem privada vem entre aspas, porque esse termo nunca foi usado por Wittgenstein, poder-se-ia dizer, argumento contra a linguagem privada ou refutação da linguagem privada. Estaria correto, mas no capítulo seguinte a palavra *argumento* não virá entre aspas; será adotado o uso corrente, comum: argumento da linguagem privada.

uma série de argumentos interligados sobre o tema, que envolvem teses implícitas e antíteses explícitas. Esses argumentos são apresentados de maneira metodologicamente complexa, devido à natureza do diálogo, em que autor e personagem frequentemente se confundem.

Dentre os argumentos, alguns são mais famosos, a saber: (§ 243) – explora a possibilidade de uma linguagem privada, na qual um indivíduo se comunica apenas consigo mesmo, sem depender de regras compartilhadas; (§ 257) – discute se é possível descrever sensações internas sem recorrer a um vocabulário público; (§ 258) – analisa a possibilidade de distinguir entre duas experiências idênticas sem um critério externo; (§ 273) – discute como a percepção das cores depende de convenções linguísticas e não apenas de experiências individuais; (§ 293) – argumenta que, se cada pessoa tivesse um 'besouro' em uma caixa que ninguém mais pudesse ver, o termo 'besouro' perderia significado, pois não haveria um critério público para seu uso. Por meio de diferentes ângulos e analogias, esses argumentos servem para demonstrar a impossibilidade ou a ininteligibilidade de uma 'linguagem privada', conforme a crítica de Wittgenstein.

Além disso, sabe-se que nem mesmo Hacker, um dos maiores comentadores de Wittgenstein, ao lado de Anscombe, Malcolm, Pears, Kripke e outros, esgotou a análise de cada parágrafo que compõe a exposição do consagrado argumento da linguagem privada. Não se busca, aqui, uma análise exaustiva de cada parágrafo, mas antes, contribuir para o debate à luz das pesquisas correntes, mediante a apreciação dos que se julga mais conveniente.

No parágrafo § 243, onde majoritariamente os estudiosos de Wittgenstein defendem que começa o argumento da linguagem privada (ALP), destaca-se a explanação de três possíveis maneiras ou teorias as quais poder-se-ia sustentar como possibilidades de uma linguagem privada. Contudo, as duas primeiras possibilidades Wittgenstein abandona ainda na seção §§ 243, alternando para o problema das sensações (*Empfindungen*) nas seções seguintes, a partir da seção §§ 244. No primeiro parágrafo da seção §§ 243, em que se balizam as duas primeiras possibilidades teóricas da ALP, podemos denominá-las do seguinte modo: a primeira é a tese da autocomunicação (*Selbstkommunikation*), e a segunda dos Monólogos:

Uma pessoa pode encorajar a si mesma, comandar a si mesma, obedecer, repreender, castigar, apresentar uma pergunta e respondê-la. Então, você poderia pensar em pessoas que só falam por monólogos. Que fizessem acompanhar suas atividades com conversas consigo mesmas. – Um pesquisador que as observasse e espionasse as suas conversas (auto conversas) poderia conseguir traduzir a linguagem delas na nossa. (Ele estaria, assim, em posição de predizer corretamente as ações dessa gente, pois ele as ouviria também deliberar e tomar decisões³⁴). (IF, §§ 243, tradução nossa).

³⁴ Ein Mensch kann sich selbst ermutigen, sich selbst befehlen, gehorchen, tadeln, bestrafen, eine Frage vorlegen und auf sie antworten. Man könnte sich also auch Menschen denken, die nur monologisch sprächen. Ihre

As duas teorias apresentadas neste parágrafo são similares. Ao olhar desatencioso do leitor podem ser interpretadas como parte da mesma tese; no entanto, Wittgenstein distingue-as perceptivelmente no seu método dialético de expor; ao contrário de outros temas que giram em torno do ALP, o problema dos monolíngues é o mais discutido pelos comentadores neste parágrafo § 243, enquanto Wittgenstein o usa apenas para iniciar a exposição do ALP. A teoria que propositalmente aqui denomina-se de autocomunicação (*Selbstkommunikation*), pode-se dizer que se apresenta como um pressuposto menos explorado por Wittgenstein, e ele o usa dentro dos ALP como uma premissa indissociável das demais; por outro lado, a literatura atual aponta esse problema³⁵ como um dos mais recorrentes na atual filosofia da mente, pois contempla discussões que percorrem campos de teorias desde o pampsiquismo, dualismo cartesiano, fisicalismo e outros³⁶.

Provavelmente, Wittgenstein não estava interessado em entrar neste campo de discussão; porém, seu propósito nas IF, que tem por objeto a análise de uma possível linguagem privada, é levantar todas as hipóteses possíveis para que assim seja confirmada ou descartada a possibilidade de uma linguagem privada. Dentre essas sugestões, essa questão da autocomunicação (*Selbstkommunikation*) abre um leque de alternativas: o monólogo, por exemplo, pode ser visto como um *auto comunicador*.

O fato é que os estudiosos wittgensteinianos não deram credibilidade a todas as sugestões sobre o ALP quando analisam a explanação do assunto das seções §§ 243 – 315, e aqui se inclui a questão da autocomunicação (*Selbstkommunikation*). Mas observa-se que o problema de Wittgenstein é admitir que atos de se encorajar, ordenar-se, obedecer-se, repreender-se, compreender-se, refletir-se, concluir-se e determinar-se são comandos internos que admite existirem e que as pessoas são capazes de realizar, mas não define se são objetos de uma *linguagem privada*. Levantar tais questões e não as explicitar é como se o filósofo em

Tätigkeiten mit Selbstgesprächen begleiteten. – Einem Forscher, der sie beobachtet und ihre Reden belauscht, könnte es gelingen, ihre Sprache in die unsre zu übersetzen. (Er wäre dadurch in den Stand gesetzt, Handlungen dieser Leute richtig vorherzusagen, denn er hört sie auch Vorsätze und Entschlüsse fassen.) (Wittgenstein, 1958, §§ 243.).

³⁵ No livro: Viana, Wellistony C. Hans Jonas e a filosofia da mente. São Paulo: Paulus, 2016. A discussão gira em torno do problema da autocomunicação no problema mente/corpo e de como se dá essa interação à luz das teorias da filosofia da mente.

³⁶ Pampsiquismo tem origem no termo grego pan (πᾶν: “tudo, todo”) e psique (ψυχή: “alma, mente”); ela é uma teoria filosófica que afirma que a mente ou um aspecto semelhante à mente é uma característica fundamental e onipresente da realidade. Sua origem remete a Tales de Mileto, e já assumiu inúmeras formas ao longo do tempo. Hoje, é bastante explorada pela neurociência; o dualismo cartesiano defende que mente e corpo são distintos em substância entre si, porém interagem reciprocamente; fisicalismo é a tese de que tudo é físico, material, inclusive a mente, tudo subserviente ao físico.

questão após subir ao penhasco tivesse derrubado a escada. Pois, como percebe-se noutra ponto de vista:

“(…) é uma característica marcante da discussão de Wittgenstein sobre a ideia de uma linguagem privada que, tendo-a introduzido em PI 243, ele imediatamente a abandona e inicia uma investigação gramatical de nossa linguagem sensorial comum³⁷”. (MCGINN,2002, p.120, tradução nossa).

O segundo argumento do parágrafo consiste na observação dos monólogos³⁸. Na opinião de Wittgenstein, o pesquisador que os observa pode tirar conclusões e inclusive traduzir sua linguagem para a nossa; para Wittgenstein, tal pesquisador, mesmo se mantido unicamente no domínio da observação estrita, estaria “em condições de predizer as ações dessas pessoas”. Mas não é o monólogo um auto comunicador? Sim, contudo nem todo o auto comando ou autodeterminação no primeiro argumento seria expresso por quem os observasse. É importante esclarecer que os monólogos em questão são passíveis de observação e interpretação.

No segundo parágrafo, o problema da linguagem privada e de sua definição conceitual é pautado com clareza e distinção, pois para Wittgenstein os significados dessas palavras devem ser definidos exclusivamente pelo falante, uma vez que outras pessoas “não poderiam compreender”:

Mas seria também concebível uma linguagem em que alguém tomasse nota, para o seu próprio uso, das suas vivências internas – seus sentimentos, humores etc. –, ou pudesse proferi-las? — Não poderíamos fazer isto, então, na nossa linguagem comum? – Mas eu não quis dizer isso assim. As palavras dessa linguagem devem referir-se ao que só o falante pode saber; às suas vivências imediatas, privadas. Então, uma outra pessoa não poderia compreender essa linguagem³⁹. (IF, §§ 243, tradução nossa).

O aparente problema dos monólogos talvez seja pelo fato de que eles podem ser interpretados, observados, e mediante a expressão das suas ações são compreendidos por quem os observa. Ainda sobre a análise do segundo parágrafo, acrescenta-se que:

³⁷ It is a striking feature of Wittgenstein’s discussion of the idea of a private language that, having introduced it in PI 243, he immediately drops it and takes up a grammatical investigation of our ordinary sensation language. MCGINN,2002, p.120.

³⁸ Em termos gerais, trata-se de uma peça artística teatral ou literária onde o personagem fala consigo próprio ou se expressa ao público exteriorizando seus pensamentos, lutas interiores etc. conforme o Dicionário de língua portuguesa licenciado para Oxford University Express: É o ato de falar consigo mesmo; solilóquio.

³⁹ Wäre aber auch eine Sprache denkbar, in der Einer seine inneren Erlebnisse – seine Gefühle, Stimmungen etc., – für den eigenen Gebrauch aufschreiben, oder aussprechen könnte? — Können wir denn das in unserer gewöhnlichen Sprache nicht tun? – Aber so meine ich's nicht. Die Wörter dieser Sprache sollen sich auf das beziehen, wovon nur der Sprechende wissen kann; auf seine unmittelbaren, privaten, Empfindungen. Ein Anderer kann diese Sprache also nicht verstehen. (Wittgenstein, 1958, §§ 243).

Aqui está uma maneira de ler o segundo parágrafo do § 243. A primeira frase esboça uma ideia - a de usar a linguagem para dar voz às nossas experiências interiores para nosso uso pessoal - e o restante do parágrafo distingue duas maneiras diferentes de preenchê-la. A primeira é exemplificada por nossa vida cotidiana com a linguagem, ao manter um diário, escrever um livro de memórias, compor um poema de amor e assim por diante; mas Wittgenstein rapidamente rejeita isso como não sendo o que ele quis dizer. As duas frases finais especificam o que ele quer dizer: a ideia de uma linguagem cujas palavras se referem às sensações imediatas e privadas do falante e, portanto, cujo significado pode ser conhecido apenas por aquele falante. Essa ideia e as questões filosóficas que ela coloca em jogo são o tema das próximas seções do texto⁴⁰. (MULHALL, 2007, p.17, tradução nossa.)

Como colocado, esta é uma das inúmeras maneiras pelas quais pode-se ler a seção em questão, mas isso também pode se aplicar à leitura de todas as IF, contanto que as conclusões não descarrilhem das primitivas intenções de Wittgenstein. No último parágrafo, quando Wittgenstein refuta suas hipóteses anteriores, afirmando que não quis dizer aquilo, observa-se que seu apelo já define que a tal linguagem privada trata das sensações (*Empfindungen*) privadas; algum ou outro tradutor a traduz como “vivência”.

A partir da seção §§ 244, o tema das sensações é recorrente na maioria das seções que compõem o ALP, exatamente como ato de interpretar a linguagem privada, a saber: §§ 244, 256, 258, 261–3, 268, 270, 272, 288, 298; em outras seções o tema das sensações é usado, mas com outros aparentes propósitos. Por exemplo, a sensação como característica: §§ 151, 159 – 60; as sensações como vivências privadas nas seções: §§ 246 – 8, 251, 270. Embora isso já esteja admitido como óbvio no final do último parágrafo da seção § 243, na descrição geral do que poderia vir a ser uma linguagem privada, Wittgenstein deixa explícito que seu vocabulário é definido por sensações às quais apenas o usuário tem acesso.

Em outras palavras, tanto para descrever o objeto interno quanto a linguagem privada Wittgenstein utiliza deste recurso que SCHURICHT (2010, p. 138) chama de “linguagem das sensações”. Wittgenstein já faz uso dessa linguagem desde 1936, pontualmente no *Livro marrom*. Entretanto, não deixa claro o que significam as “sensações” (*Empfindungen*); a definição mais precisa, segundo Schuricht, deve ser apreendida nos seus manuscritos denominados de *Observações sobre a filosofia da psicologia*; para constatar, afirma: “Sensação é aquilo que se considera imediatamente dado e concreto, que basta olhar para reconhecê-

⁴⁰ Here is one way of reading the second paragraph of § 243. The first sentence sketches an idea— that of using language to give voice to our inner experiences for our personal use—and the rest of the paragraph distinguishes two different ways of filling it out. The first is exemplified by our ordinary life with language, when keeping a journal, writing a memoir, composing a love poem, and so on; but Wittgenstein swiftly rejects this as not what he means. The final two sentences specify what he does mean: the idea of a language whose words refer to the speaker’s immediate, private sensations, and hence whose meaning can be known only to that speaker. This idea, and the philosophical issues it puts in play, are the topic of the succeeding sections of the text. MULHALL, 2007, p.17.

la; aquilo que realmente está lá. (O assunto, não seu emissário.)⁴¹.” Certo que a sensação é um dado concreto e imediato, sentido é perceptível pelo detentor das sensações, mas e o olhar? Tratar-se-ia de um olhar do sujeito para si mesmo, a percepção da sua própria dor ou do olhar de um observador que percebe o comportamento de quem sente? Observa-se o seguinte:

“A frase não se refere apenas às sensações. Por sensação, Wittgenstein também significa todos os pensamentos, memórias, todos os sentimentos, emoções, humores - tudo o que eu experimento que, como as pessoas gostam de dizer, ocorre dentro de mim. Então isso seria o que realmente está lá. Todo o resto é conjectura⁴²”. (SCHURICHT, 2010, p. 138, *ibid.*, tradução nossa).

Com outros recursos e por outros modos, Wittgenstein poderia ter exposto o problema da linguagem privada, mas pelo que se infere o uso da “linguagem das sensações” demonstra ser o recurso mais forte para argumentar nessa dialética sobre a possível linguagem privada, a ser ilustrada pelos excertos em questão. Embora a definição de sensação ainda apareça imprecisa, as seguintes seções podem clarear tal definição. O primeiro problema que Wittgenstein apresenta na seção §§ 244 em torno do ALP é a nomeação das sensações, o que para ele é mais difícil que atribuir nomes a objetos externos; a reflexão é a seguinte:

Como palavras se referem a sensações? – Não parece haver ali qualquer problema; pois não falamos diariamente de sensações e as nomeamos? Mas como vem a ser estabelecida a ligação do nome com o denominado? A pergunta é a mesma que: como uma pessoa aprende o significado de nomes de sensações? Por exemplo, da palavra “dor”. Esta é uma possibilidade: as palavras vêm a ser ligadas com a expressão original, natural, da sensação, e colocadas no seu lugar. Uma criança se machuca e grita; os adultos, então, falam com ela e lhe instruem com exclamações, e, mais tarde, sentenças. Eles ensinam à criança um novo comportamento de dor. “Você diz, então, que a palavra ‘dor’ realmente significa o grito?” – Pelo contrário; a expressão verbal da dor substitui o gritar, não o descreve⁴³. (IF, §§244, tradução nossa).

⁴¹ Empfindung, das ist das was man für unmittelbar gegeben & konkret hält, was man nur anzuschauen braucht, um es zu erkennen; das was wirklich da ist. (Die Sache, nicht ihr Abgesandter.) Ms. 134,9[2] Transcrição normalizada.

⁴² Der Satz bezieht sich nicht nur auf die Sinnesempfindungen. Mit Empfindung meint Wittgenstein auch alle Gedanken, Erinnerungen, alle Gefühle, Emotionen, Stimmungen – alles, was ich erlebe, was, wie man gern sagt, in meinem Inneren vorkommt. Das wäre dann also das was wirklich da ist. Alles Andere ist Vermutung. (SCHURICHT, 2010, p. 138, *ibid.*).

⁴³ Wie beziehen sich Wörter auf Empfindungen? – Darin scheint kein Problem zu liegen; denn reden wir nicht täglich von Empfindungen, und benennen sie? Aber wie wird die Verbindung des Namens mit dem Benannten hergestellt? Die Frage ist die gleiche wie die: wie lernt ein Mensch die Bedeutung der Namen von Empfindungen? Z.B. des Wortes »Schmerz«. Dies ist eine Möglichkeit: Es werden Worte mit dem ursprünglichen, natürlichen, Ausdruck der Empfindung verbunden und an dessen Stelle gesetzt. Ein Kind hat sich verletzt, es schreit; und nun sprechen ihm die Erwachsenen zu und bringen ihm Ausrufe und später Sätze bei. Sie lehren das Kind ein neues Schmerzbenehmen. »So sagst du also, daß das Wort ›Schmerz‹ eigentlich das Schreien bedeute? « – Im Gegenteil; der Wortausdruck des Schmerzes ersetzt das Schreien und beschreibt es nicht. (IF, §§244).

O problema das sensações é equiparado à questão da dor (*Schmerz*); percebe-se nas seções seguintes que Wittgenstein fala algumas vezes das sensações, às vezes das dores e às vezes das duas juntas. Por tratar-se das sensações, outros sentimentos poderiam ser pautados, como o sentimento da raiva, da alegria, tristeza, ociosidade, angústia etc., mas pautar outras sensações poderia incluir maiores problemas, uma vez que incluiria outros sentidos pelos quais derivam essas e outras sensações, a saber: o sentido visual, o sentido auditivo, o sentido olfativo, o sentido do paladar, o sentido do tato etc.⁴⁴; nota-se que estes sentidos são portas de influência e causas externas de determinadas sensações. Daí pressupõe-se que, por risco (medo? receio? temor) de fugir da natureza dos conceitos propriamente internos, Wittgenstein restringiu-se à sensação da dor como descrição mais viável para o ALP.

A questão chave, pontuada na seção §§ 244, consiste na explicitação das sensações (*Empfindungen*), da dor (*Schmerz*) e da expressão da dor (*Schmerzäußerung*), e isso pode ser exposto com a seguinte explanação: veja que, segundo Wittgenstein, na vida cotidiana as pessoas não estão preocupadas com questionamentos, tais como: De que maneira as palavras se referem às sensações? O que estabelece a ligação entre nome e denominado? No dia a dia, as pessoas naturalmente utilizam as palavras que designam as sensações, mas não se perguntam como aprenderam tal significado. O fato, porém, é que as palavras são conectadas à expressão original, natural, exatamente na posição definida da sensação. Então, o interlocutor fictício wittgensteiniano usa o exemplo da criança machucada e de como ela aprende o significado da palavra “dor”; a explicação dar-se-á do seguinte modo:

Se a palavra 'dor' não é introduzida por meio de uma definição ostensiva interna, então certamente o que a criança sente não faz parte de seu significado. O significado da palavra “dor” está relacionado puramente com o comportamento exterior. Wittgenstein responde a esse pensamento da seguinte forma: “Ao contrário: a expressão verbal da dor substitui o choro e não o descreve.” Isso deve ser entendido como uma observação sobre a gramática da palavra “dor”, ou seja, como uma descrição do tipo de técnica que o uso das palavras 'estou com dor' representa. A maneira como essas palavras se conectam com o que a criança sente é por meio de seu aprendizado usá-las como uma técnica para expressar como ela se sente. Nenhum ato de definição ostensiva interna é necessário para que as palavras “estou com dor” se conectem com o que é sentido; a ligação é assegurada pela gramática do conceito, pelo fato de ser utilizada como um novo meio de exprimir o que se sente. A conexão entre ‘dor’ e o que um sujeito sente é alcançada, não por onde a criança olha quando aprende a palavra, mas pela gramática do conceito que está sendo ensinado. Assim, contrabalançar a tentativa de Wittgenstein de nos afastar da intuição de que os fenômenos psicológicos são conhecidos por meio da introspecção é uma tentativa de

⁴⁴ Os estudos mais recentes apontam outros sentidos, como: sentido cinestésico ou propriocepção e o sentido cinestésico. Mas são sensações que podem ser facilmente confundidas com os sentidos tradicionalmente conhecidos, já citados, e que não convém referi-los novamente em questão.

nos mostrar que é a gramática distinta dos conceitos psicológicos que revela a natureza dos fenômenos que eles descrevem⁴⁵. (MCGINN, 2002, p. 121).

A tese explicativa de McGinn parece responder às questões das seções §§ 245, assim como da seção §§ 246, pois da mesma forma que a conexão entre a dor e o sujeito que a sente é alcançada pela “gramática do conceito”, pode aplicar tal gramática conceitual entre a expressão da dor e a dor. Na seção 246, o comportamento para Wittgenstein é limitado, e assim nunca dará absoluta certeza ao outro sobre a dor que “eu a tenho” (*Ich habe sie*). Desse modo, para os outros “minhas dores” serão sempre duvidosas, o que não posso dizer de mim mesmo. Em suma, o significado da palavra não está diretamente associado à experiência interna da criança, mas ao uso público e compartilhado da linguagem. A linguagem da dor depende de regras gramaticais que determinam como a utilizamos para entender o conceito de dor, e não de uma definição ostensiva interna. Não obstante:

Pode-se dizer 'eu sei que estou com dor' como uma afirmação enfática de que estou com dor (PI §246), como alguém pode dizer 'eu sei que pretendo ir para Londres' como uma concessão exasperada a alguém que está reclamando. Ou pode-se usar tais expressões como declarações gramaticais para enfatizar que a dúvida ou incerteza não tem sentido (PI §247). Claro, também dizemos coisas como 'Não sei o que quero (penso, pretendo); mas isso não é uma expressão de ignorância a ser resolvida por uma introspecção mais cuidadosa. Pelo contrário, é uma expressão da incerteza da indecisão, e o que é necessário não é informação sobre meus desejos (pensamentos, intenções), mas resolução⁴⁶. (HACKER, 1990, p.61, tradução nossa).

Por um lado, as perspectivas abordadas podem ter diferentes funções na linguagem, dependendo do contexto. Por outro, isso nos leva a entender que o significado dessas expressões não está na introspecção ou na verificação interna, mas no uso que fazemos delas na linguagem

⁴⁵ If the word ‘pain’ is not introduced by means of an inner ostensive definition, then surely what the child feels is not part of its meaning. The meaning of the word ‘pain’ is connected purely with the outward behaviour. Wittgenstein responds to this thought as follows: ‘On the contrary: the verbal expression of pain replaces crying and does not describe it.’ This is to be understood as a remark about the grammar of the word ‘pain’, i.e. as a description of the sort of technique that the use of the words ‘I’m in pain’ represents. The way that these words connect with what the child feels is through his learning to use them as a technique for giving expression to how he feels. No act of inner ostensive definition is required for the words ‘I’m in pain’ to connect with what is felt; the connection is secured by the grammar of the concept, by virtue of the fact that it is used as a new means to express what is felt. The connection between ‘pain’ and what a subject feels is achieved, not by where the child looks when he learns the word, but by the grammar of the concept that he is being taught. Thus, offset against Wittgenstein’s attempt to wean us from the intuition that psychological phenomena are known through introspection is an attempt to show us that it is the distinctive grammar of psychological concepts that reveals the nature of the phenomena they describe. (MCGINN, 2002, p. 121).

⁴⁶ One may say 'I know I am in pain' as an emphatic assertion that I am in pain (PI §246), as one may say 'I know I intend to go to London' as an exasperated concession to someone who is nagging. Or one may use such expressions as grammatical statements to emphasize that doubt or uncertainty is senseless (PI §247). Of course, we also say such things as 'I don't know what I want (think, intend);, but this is not an expression of ignorance to be resolved by more careful introspection. Rather, it is an expression of the uncertainty of indecision, and what is requisite is not information about my desires (thoughts, intentions), but resolution. (HACKER, 1990, p.61).

cotidiana. Wittgenstein arremata as duas seções anteriores, afirmando na seção §§ 248 que sensações privadas e paciência são equivalentes, ou seja, cada um (o sujeito) possui suas sensações ou a sua paciência, os dois conceitos ou frases (Satz) existem privativamente. Noutra ponto de vista, a análise da seção §§ 246 é ponderada pela seguinte perspectiva, a saber:

A leitura padrão do §246 e outras passagens em que o narrador ataca a convicção do interlocutor de que “só eu posso saber se estou realmente com dor; outra pessoa só pode supor” (§246^a) é que esta é a consequência do compromisso de Wittgenstein com uma teoria das condições para fazer uma declaração com um sentido. A teoria geralmente atribuída a ele é que, para ter o direito de alegar que eu sei algo, essa alegação deve ser feita com base em evidências, evidências que são, pelo menos em princípio, passíveis de dúvida. Pois minhas sensações não são algo que eu possa descobrir, da mesma forma que posso descobrir sobre as dores dos outros; em vez disso, a questão é que “eu os tenho”, e tê-los de uma forma que torna sem sentido afirmar que sei que estou com dor. Certamente, o narrador diz que “Não se pode dizer de mim (exceto talvez como uma piada) que eu sei que estou com dor. O que isso deve significar – exceto talvez que eu esteja com dor?” (§246-A). Mas isso não precisa ser interpretado como um compromisso com a teoria esboçada acima. Em vez disso, podemos interpretá-la como uma forma de nos fazer suspeitar do uso filosófico da palavra “saber” dessa maneira, como uma forma de motivar uma imagem da mente sobre a qual só eu tenho acesso direto aos meus estados interiores⁴⁷. (STERN, 2004, p.173, tradução nossa).

A questão do verbo saber (*wissen*) leva a outras implicações, quando colocado nessa questão do problema da dor. Pois é mais fácil afirmar que “eu sei que sinto a dor (*Schmerz*)” que *eu sei que sei que sinto a dor*. Dessa forma, o problema ganha proporções epistêmicas, já não é somente a dor um conteúdo inalienável, mas ela está associada ao próprio autoconhecimento. Isso leva, evidentemente, a um argumento *Reductio ad absurdum*, porque a dor e a sua existência pressupõem o conhecimento dela como o conhecimento do próprio conhecimento da dor em questão.

O problema do significado interno e externo das sensações, de fato, é uma questão explicitamente evidentemente: complicada, difícil de desmistificar. Veja que, como afirma Wittgenstein no parágrafo § 249, “a mentira é um jogo de linguagem a ser apreendido como qualquer outro”. Por isso, o narrador afirma, e com convicção, que ninguém pode afirmar sobre

⁴⁷ The standard reading of §246 and other passages where the narrator attacks the interlocutor’s conviction that ‘only I can know whether I am really in pain; another person can only surmise it’ (§246a) is that this is the consequence of Wittgenstein’s commitment to a theory of the conditions for making a statement with a sense. The theory usually attributed to him is that in order to be entitled to claim that I know something, that claim must be made on the basis of evidence, evidence that is, at least in principle, open to doubt. For my sensations are not something I can find out about, in the way that I can find out about others’ pains; rather, the point is that ‘I have them’, and have them in a way that makes it senseless to assert that I know I am in pain. Certainly, the narrator does say that ‘It can’t be said of me at all (except perhaps as a joke) that I know I am in pain. What is it supposed to mean – except perhaps that I am in pain?’ (§246a). But this does not have to be interpreted as a commitment to the theory sketched above. Rather, we can construe it as a way of getting us to be suspicious of the philosophical use of the word ‘know’ in this way, as a way of motivating a picture of the mind on which only I have direct access to my inner states. (STERN, 2004, p.173).

mim que eu sinto dores, pois eu poderia estar mentindo. Mas por outro lado, não poderia afirmar o mesmo sobre o riso da criança, pois embora seu riso seja dado pelas influências externas, ela ainda não aprendeu a mentir. Esse problema pode ser semelhante ao tratado no parágrafo seguinte:

“Por que um cachorro não pode fingir dores? Ele é, assim, tão honesto? Poderia ensinar um cão a fingir dor? Talvez possa ensiná-lo, em certas ocasiões, a ganhar de dor, sem senti-la. Mas para a simulação real faltaria ainda a esse comportamento o ambiente certo⁴⁸. (IF, 1958, § 250, tradução nossa). Sobretudo, na questão do cachorro, pode-se dizer que lhe falta em primeiro lugar a intencionalidade e segundo que fingir dor requer um entendimento da linguagem e da prática social de expressar estados internos de maneira intencional. Isso lhe faltaria.

No caso anterior, a *sensação* do riso manifestada pela criança trata-se de uma expressão pública cujo significado também é público, assim como dada a influências externas; mas sua expressão é genuinamente original e inconsciente. Evidentemente, sobre isso não paira dúvida. Já no caso do cachorro, o fingimento não é possível; apenas sob a experiência de convívio pode concluir-se que determinado ganido deriva de uma sensação de dor. Neste caso, tanto a manifestação expressa pelo cachorro quanto a da criança podem ser interpretadas como genuínas. Visto que no caso do cão, nunca poderá mentir, ainda que treinado. Em quais pressupostos pode se basear esta afirmação? Em sentido lato, deve-se levar em consideração as limitações linguísticas do cão ou, em outras palavras, as formas de vida ou jogos de linguagem que o animal em questão não possui.

No parágrafo §251, Wittgenstein apresenta a denominada *sentença gramatical* como norteadora de determinados aferimentos da nossa mente, assim como expressão de algumas das nossas interpretações. De outro modo, a sentença gramatical é o modo de falar algo que não se pode falar de outra forma. Na *gramática filosófica*, ele descreve um exemplo que pode ser aplicado noutros casos: “a gramática como (por exemplo) a geometria de negação. Gostaríamos de dizer: “a negação tem a propriedade de, quando duplicada, resultar em uma afirmação”. Mas a regra não fornece uma descrição adicional de negação; ela constitui a negação. Ou seja, é como a palavra dor que apenas substitui a expressão da dor. (Wittgenstein, 2013, p. 37).

É por este motivo que Wittgenstein responde ao seu interlocutor no parágrafo §253 que embora se questione que o outro sinta a minha dor, suas manifestações externas levam-me a

⁴⁸ Warum kann ein Hund nicht Schmerzen heucheln? Ist er zu ehrlich? Könnte man einen Hund Schmerzen heucheln lehren? Man kann ihm vielleicht beibringen, bei bestimmten Gelegenheiten wie im Schmerz aufzuheulen, ohne daß er Schmerzen hat. Aber zum eigentlichen Heucheln fehlte diesem Benehmen noch immer die richtige Umgebung. (IF, 1958, § 50).

crer nisso. No entanto, ele não possui minhas sensações, pois desconhece minhas impressões internas. O pronome demonstrativo *esta* não é o suficiente para definir o critério de identidade de que minha dor não é a dor do outro. Daí surge a questão do *idêntico* no § 254: a análise dá-se pela dúvida sobre qual a expressão deve ser aplicada ou não. Questões de tal gênero Wittgenstein considera matéria prima da filosofia, quando se tenta empregar um determinado *modo de expressão*. E assim, Wittgenstein conclui sua exposição da possível *linguagem privada* no parágrafo § 255, afirmando: “O filósofo trata de uma pergunta; como uma doença” (*Der Philosoph behandelt eine Frage; wie eine Krankheit.*). O tratamento nem sempre consiste na cura, embora este deva ser seu fim basilar, mas o fato é que na pergunta sobre o que significa a *linguagem privada*, realmente Wittgenstein deu notória atenção e exclusiva dedicação em refutar a possibilidade da linguagem privada. Os temas contíguos, apresentados a seguir, servem-se de base argumentativa para avaliar os pontos fracos e fortes de Wittgenstein nas *Investigações filosóficas*, assim como a consistência dos argumentos.

Diante dessa exposição, percebe-se que Wittgenstein não apenas busca delimitar o escopo teórico da questão, mas também estabelece os fundamentos que sustentam sua crítica à possibilidade de uma linguagem inacessível ao público. Tais fundamentos não permanecem isolados dentro da obra; ao contrário, são confrontados com diversas implicações filosóficas que ampliam o debate e desafiam sua consistência. Desse modo, percebe-se que a análise da *linguagem privada* em Wittgenstein, não se limita a um simples questionamento sobre sensações individuais, mas aborda a relação entre o significado público e as experiências internas/privadas. Tal reflexão traça um caminho para questões mais amplas sobre a linguagem e a mente, estabelecendo uma base sólida para o capítulo seguinte, no qual temas contíguos a esta discussão serão explorados em maior profundidade.

Cap. 2 – TEMAS CONTÍGUOS À REFLEXÃO DA LINGUAGEM PRIVADA NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

INTRODUÇÃO

Este segundo capítulo tem o propósito de discorrer sobre alguns temas inerentes à questão da linguagem privada, ou seja, não são temas alheios às *Investigações Filosóficas*, mas objetos que, de maneira implícita ou explícita, fazem-se inclusive presentes nos excertos tradicionalmente conhecidos como delimitantes dos argumentos sobre a linguagem privada na

obra em questão, a saber: a) descrever as sensações como um recurso para exposição e refutação da ideia da linguagem privada nas *Investigações filosóficas*; b) apresentar a definição ostensiva e suas insuficiências na descrição da linguagem privada; c) abordar a questão da privacidade, salientando a similaridade de abordagem com a ideia de linguagem privada; d) destacar o problema de outras mentes, enfatizando a impossibilidade de acesso ao conteúdo de acesso a outras mentes; d) em suma, sublinhar o problema de primeira e terceira pessoa.

2.1 O USO DAS SENSACÕES COMO INCONSISTÊNCIA DA LINGUAGEM PRIVADA

A linguagem das sensações é o fio condutor da filosofia intermediária de Wittgenstein. O registro dessa linguagem ou a utilização deste recurso percebe-se desde seus escritos de 1929 – 1930, e percorre até seu último escrito, o livro *Sobre a certeza*. Esta recorrência, supostamente, dá-se devido algumas questões filosóficas em seu pensamento; e sobretudo, ligado à sua crítica ao privatismo do significado. Nas *Investigações Filosóficas* o uso deste recurso tem sua forma mais exaustiva. Aqui pretende-se explicitar a inconsistência desse recurso na análise de Wittgenstein.

De um modo geral, pode-se chamar a linguagem das sensações assim porque, para Wittgenstein, as sensações representam a melhor definição de experiência interna. No entanto, elas não são isoladas. Por um lado, poderíamos, com cautela, supor que possuem dois significados: um interno e outro externo. Por outro, essa distinção requer atenção, pois os significados das palavras que as descrevem não têm um sentido estritamente privado; ou seja, dependem de critérios públicos.

Ademais, destaca-se que Wittgenstein, no parágrafo §§ 243, introduz/apresenta/ilustra a ideia de privacidade; no entanto, ele já antecipa suas conclusões refutando a possibilidade de outra pessoa compreender uma linguagem de sensação imediata e privada. Além disso, ele ainda não menciona a questão das sensações como exemplo de dores, pressuposto que ele usa no parágrafo seguinte.

É mister observar que, embora a maior parte da comunidade acadêmica concorde que o problema da *linguagem privada* se encontra dentro dos parágrafos 243 – 315, deve-se ressaltar que a abordagem das *sensações* que começa no parágrafo § 244 percorre até o parágrafo § 317. Isso pode implicar no surgimento de uma hipótese: o denominado *argumento da linguagem privada* pode ir além do que, consensualmente, é mais admissível. Percebe-se que a *linguagem das sensações* se faz presente nos parágrafos §§ 159, 160 e 173; contudo, é evidente que

Wittgenstein faz uso do recurso das sensações nesses parágrafos com outros propósitos alheios à questão da *linguagem privada*. Todavia, é questionável se o argumento da linguagem privada se encerra realmente no parágrafo §§ 315 das *Investigações Filosóficas*.

Quando se pensa nas sensações, imagina-se algo experimentado de forma privada. Mesmo que outra pessoa testemunhe, observe e acompanhe a expressão ou manifestação de uma sensação, ela jamais será capaz de descrever com exatidão a terceiros a intensidade com que esse indivíduo se manifesta por meio de seus comportamentos. Além disso, as manifestações externas — isto é, a expressão pública das sensações — parecem apresentar limitações. Nos excertos do ALP, Wittgenstein analisa detalhadamente esse problema, considerando tanto o viés da introspecção quanto o da exterioridade. Assim:

A ideia de Wittgenstein era, com efeito, que as palavras de sensação de cada pessoa têm dois significados: um significado privado, puramente introspectivo, em que as suas palavras de sensação se aplicam somente a suas próprias sensações e que somente ela entende; e um significado público, que pode ser entendido pelas outras pessoas bem como por ela mesma. (CHILD,2013, p. 161.)

Nos parágrafos iniciais dos excertos que delimitam o *ALP*, o problema da *descrição* das *sensações* já é exposto (§244), assim como a notável dificuldade do outro descrever *minhas dores* §246. Neste caso, tanto a linguagem das *sensações introspectivas* quanto a linguagem das *sensações exteriores* parecem que se encontram na mesma balança, ou seja, com a mesma dificuldade de descrição e elucidação. Porém, a suposta dualidade de significado não se sustenta, pois esse suposto significado privado não tem uso prático (já afirmado) sem um correspondente público, porque o significado linguístico depende de critérios compartilhados de uso.

Por isso, Wittgenstein afirma no parágrafo §248 que: “A sentença – ‘sensações são privadas’ é comparável a: ‘paciência se joga sozinho’.” Segundo Hacker (2019, p. 31), essas duas sentenças não podem ser interpretadas em sentido amplo, mas devem ser entendidas como proposições gramaticais que se referem a aspectos do uso de regras em contextos restritos; ou seja, não se aplicam empiricamente a todos os “jogos de paciência”. A comparação com “paciência se joga sozinho” sugere que afirmar que sensações são privadas constitui uma proposição gramatical, e não uma descrição empírica da realidade. Em outras palavras, ambas as afirmações não acrescentam um fato sobre a mente, mas indicam um uso específico da linguagem.

No entanto, imagine alguém que observa um interlocutor exercitando a paciência e não consegue descrever nada além de seu comportamento paciente. O fato é que pouco se pode afirmar a partir desse comportamento, o qual revela apenas um aparente exercício da paciência. Além disso, nada se sabe sobre o que ocorre na mente do interlocutor ou sobre seus verdadeiros sentimentos. De forma semelhante ao caso das sensações privadas – que existem –, não é possível afirmar que há uma linguagem absolutamente introspectiva para descrevê-las, uma vez que nada as externaliza.

Observa-se que essa análise pode conduzir a dois pressupostos: (1) se a linguagem privada e a linguagem das sensações são equiparadas, então ambas seriam a mesma coisa; e (2) se não existe uma linguagem privada, conseqüentemente, sensações privadas não podem constituir tal forma de linguagem. Isso, contudo, não nega o caráter interno das sensações, apenas impede que sejam concebidas como uma linguagem.

Adicionalmente, Wittgenstein, embora reconheça a subjetividade inerente das sensações, refuta a concepção de uma privacidade absoluta que permitiria a elas fundamentar uma linguagem. Ele argumenta contra a possível existência da linguagem privada principalmente por meio da análise do uso das expressões de sensação, salientando que sua crítica se estende para além do domínio exclusivo das sensações.

Visto que a existência de uma depende necessariamente da outra, a linguagem das sensações, para Wittgenstein, revela-se *sine qua non* — isto é, uma condição indispensável para analisar e elucidar as implicações envolvidas no argumento da linguagem privada (ALP). Nos escritos anteriores às *Investigações Filosóficas*, nos cadernos Azul e Marrom, assim como nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* Wittgenstein aparenta ter uma visão mais clara das sensações, ou pelo menos explana de forma mais simplificada a descrição *das sensações*, como ver-se-á adiante, enquanto nas *Investigações Filosóficas* são expostas de uma forma mais complexa, no contexto da sua antítese contra a *linguagem privada*. Talvez se faça *jus* ao parágrafo § 255, no qual Wittgenstein afirma que o filósofo deve cuidar de um problema, assim como um médico cuida de uma doença.

Dentro do contexto da *linguagem das sensações*, Wittgenstein apresenta alguns exemplos distintos, a fim de demonstrar a inconsistência do ALP; o exemplo seminal da criança genial, que nasce num mundo no qual as sensações não têm o significado público/externo, as pessoas não expressam suas sensações; porém, a criança não aprendeu os significados das sensações, neste caso, a “dor de dente” -, e sim criou-os para si mesmo, segundo ilustra:

Mas agora ela não poderia, seguramente, fazer-se entender com essa palavra. – Então, ela compreende o nome, mas não pode explicar para ninguém o seu significado? – Mas o que significa, então, que ‘ela deu nome à sua dor’? – Como ela fez isto: nomear a dor?! E seja o que for que ela tenha feito, qual é o seu propósito? – Quando se diz “Ela deu um nome à sensação”, você esquece que muito já deve estar preparado na linguagem para que o mero nome tenha sentido. E se dizemos que alguém deu nome à dor, então a gramática da palavra “dor” é aqui a preparada; ela exhibe o posto no qual a nova palavra é colocada. (IF, 1997, p. § 257).

Wittgenstein está argumentando que, para que essa denominação tenha sentido, a linguagem já precisa conter estruturas que permitam seu uso. De outro modo, a palavra "dor" em questão não teria sentido por ser associada a uma sensação interna, mas pelo contexto linguístico no qual ela ganha forma de vida. Observa-se que as sensações podem ser inexprimíveis, mas os significados não: a criança só existiria no mundo ficcional onde habitaria tal humanidade, e, no caso em questão, fica evidente que a “gramática” não existe. Contudo, o propósito dessa linguagem demonstra ser inútil para Wittgenstein.

Noutro ponto de vista, imagina-se uma criança surda com dor de dente; ela ainda é incapaz de expressar todos os comandos ou comportamentos que expressam “dor de dente” ao modo de um adulto. No entanto, seus familiares mais próximos são capazes de ler seu comportamento e traduzir para o dentista os sintomas da “dor de dente” daquela criança. No mundo fictício ilustrado por Wittgenstein, tais familiares não conseguiriam interpretar tal comportamento.

No parágrafo § 258, Wittgenstein descreve um cenário em que alguém sente diariamente uma sensação interna e, em vez de nomeá-la, apenas registra um signo 'S' no calendário. A intenção desse ato seria estabelecer uma conexão entre o signo e a sensação, funcionando como uma espécie de definição. No entanto, Wittgenstein argumenta que esse processo não garante um critério objetivo para a identificação da sensação, pois a definição ostensiva interna não pode fornecer regras verificáveis para o uso do signo. Assim, essa prática se limita a uma mera recordação subjetiva, sem critérios públicos de correção, tornando impossível distinguir entre seguir uma regra e apenas acreditar que se está seguindo uma regra.

Para Wittgenstein, no parágrafo §261: (...) *“sensação” é, na verdade, uma palavra de nossa linguagem em geral e não de uma linguagem inteligível apenas por mim.*” Assim, “o uso dessa palavra exige uma justificação que todos compreendam”. Quando Wittgenstein retoma o exemplo do signo “S” no parágrafo §270, aplicado à conclusão de que: “minha pressão sanguínea” sobe sempre que sinto determinada sensação, sem titubeio ele afirma: “este é um resultado inútil.” E a inutilidade da conclusão consiste no fato de que foi um resultado

exclusivamente individual. Por isso Wittgenstein acrescenta em seguida no § 271; “a roda que se pode mover, sem que nada mais se mova, não pertence à máquina”. Para Wittgenstein:

O essencial em vivências privadas não é que cada um possua seu exemplar, mas que nenhum saiba se outro tem também *isto* ou algo diferente. Seria possível a suposição – ainda que não verificável – de que uma parte da humanidade tenha uma sensação do vermelho e outra parte uma outra sensação. (IF, §272).

O problema da *linguagem das sensações* enquanto conceito de dores ocupou a reflexão de Wittgenstein até este parágrafo transitório. Percebe-se que a *linguagem das sensações* como conceito de dores chega ao ponto limite, pois ainda que “eu não me expresse a dor que sinto” posso supor que a outra pessoa possa compreender, e ainda que não queira compreender, tenho a convicção de que, em qualquer momento, ela possa sentir algo semelhante à sensação que sinto, embora nenhum possa verificar a dor do outro, com o propósito de saber se é igual *a sua*. Não existem critérios, apenas suposições. Já que a linguagem das sensações como dores não demonstra consistência para fundamentar a existência da linguagem privada, Wittgenstein alterna para a sensação das cores.

A mudança de paradigma na linguagem das sensações de um parágrafo para o outro dá-se por uma perspectiva de olhar, pois enquanto na linguagem das sensações como *dores* e outras, ou seja, sensações imediatas, o olhar do sujeito tem como referencial ele mesmo; já na linguagem das cores o olhar é de dentro para fora. O referencial é externo. De imediato, Wittgenstein não explana os méritos e deméritos do novo paradigma, mas afirma que:

É claro que não nos auxilia em nada para a compreensão da função de “vermelho” dizer que ele “*se refere a*”, em vez de “*ele designa*” o privado; mas ela é a expressão psicologicamente adequada para uma determinada vivência quando filosofamos. É como olhar de esguelha para a minha própria sensação enquanto digo a palavra, tal como se dissesse para mim: eu já sei o que quero dizer com isso. (IF, §274).

Para Wittgenstein, o conceito de vermelho, quando designado do ponto de vista referencial, mesmo que eu aponte para o vermelho, a cor externa, o conceito e a sensação da cor denotam-se como algo interno, não um sentimento diferente da dor, mas um sentido, uma sensação introspectiva. A sensação das cores supera a sensação da dor? Pelo menos segundo Wittgenstein não, pois para ele ambas são expressões psicológicas adequadas para descrever nossas experiências sensoriais e filosofar-se acerca do problema da linguagem privada.

Neste caso, a sensação da cor implica a existência de um conceito introspectivo da cor, seja ela vermelha ou branca. Para o senso comum, a impressão da cor ou expressão da cor leva a crer que esta experiência fenomenológica se dá exclusivamente de fora para dentro, do externo

para “nossas” impressões ou sensações internas. Mas do ponto de vista filosófico este movimento pode ser vice-versa. No entanto, se levar em conta o vocabulário interno, vai chegar à fronteira da inverificabilidade. Desse modo, a linguagem não seria comunicável nem compreendida pelas demais pessoas. Wittgenstein explicita o exemplo do indivíduo solitário que contempla o infinito:

Olhe para o azul do céu e diga a você mesmo “Como é azul o céu!” – Se você fizer isso espontaneamente – não com pretensões filosóficas –, então não lhe ocorre que essa impressão de cor pertence apenas a você. E você não tem nenhum constrangimento em dirigir essa exclamação para outra pessoa. E se você, com essas palavras, aponta para alguma coisa, este é o céu. Quero dizer: você não tem o sentimento do apontar para-si-mesmo, que frequentemente acompanha o ‘denominar a sensação’, quando se cogita sobre a ‘linguagem privada’. Você tampouco pensa que realmente deveria apontar para a cor, não com a mão, mas com a atenção. (pense o que significa “apontar para alguma coisa com a atenção”.) (IF, §275).

A explanação de Wittgenstein parece simplificada, mas não é. A conclusão que se leva do parágrafo em pauta é que a *linguagem privada* não deve seguir o mesmo padrão da expressão espontânea na designação do céu azul. Em outras palavras, a linguagem privada, para existir, deve ser perceptível mediante a análise filosófica. Se é espontânea não é uma linguagem privada, pois incorre no fato de ser compartilhada; por outro lado, se não é compartilhável perde o genuíno pressuposto da linguagem: a comunicação. Por isso a sensação da cor se oferece somente sob o espectro das pretensões filosóficas. De qualquer forma, para Wittgenstein a sensação de nomear a dor e a cor são idênticas.

A linguagem das sensações oferece a Wittgenstein um escopo de reflexões diversificado, e ele o usa de todos os modos possíveis para desmistificar a suposta existência da linguagem privada. No caso da dor na mão §286, a quem se consola? à mão ou ao dono da mão? Para Wittgenstein, evidentemente, quem sofre é o corpo, por isso não se “consola a mão”, e essa dor é reconhecida porque: “você o vê nos olhos” (*man sieht ihm in die Augen*) de quem sente tal dor. Além disso, a explicação que se pode dar ao ato de sentir compaixão de alguém se oferece na seguinte explicação §287: “a compaixão, pode-se dizer, é uma forma de acreditar que o outro tem dores”. Enfim, chegou-se à conclusão de que o outro está sofrendo, evidentemente, pela expressão de dor manifesta no comportamento da pessoa que a sente.

Assim, segundo Wittgenstein §289, quando digo que “tenho dores” “sou justificado diante de mim mesmo”. Na dúvida, se um outro pudesse saber que o que chamo de “dor” foi aplicado corretamente, Wittgenstein ressalta que: “usar uma palavra sem justificação não significa usá-la sem razão.” Neste caso, é como se a interpretação do outro, mediante sua análise do meu comportamento, não tivesse concluído que minha exclamação corresponde ao “meu”

comportamento de dor. De qualquer forma, Wittgenstein não nega a existência dos conceitos internos; contudo, nega que outros possam ter acesso a eles. O conceito de dor, por exemplo, validado por mim e invalidado pelo outro. Em determinado contexto, o sujeito que usa tal conceito pode dizer “tenho dores” sem sentir dores, -talvez mentindo-, ou pode seu comportamento dar indícios de sofrimento, mas ao ser questionado ele pode negar que sinta algo.

Wittgenstein descreve no parágrafo §293 o famoso exemplo do *Besouro na caixa*, no qual pessoas recebem caixas com besouros ou não, e cada um só vê o que contém na sua própria caixa, e seja o que for é denominado besouro; pode acontecer, no entanto, que a coisa na caixa mude com frequência. Contudo, cada um conhece o conteúdo da sua caixa como besouro. Para Wittgenstein, “quando se constrói a gramática da expressão da sensação segundo o modelo de ‘objeto e designação’, então o objeto sai fora de consideração, como irrelevante”. E acrescenta que:

Se você diz que ele vê uma imagem privada à sua frente, e que ele a descreve, então você fez, de algum modo, uma suposição acerca do que ele tem diante de si. E isso significa que você pode descrevê-la com mais detalhes, ou a descreve. Admita que você não tem nenhuma ideia de que tipo de coisa poderia ser o que ele tem diante de si, – o que lhe induziu então, apesar disso, a dizer que ele tem algo diante de si? Não seria isso como se eu dissesse de alguém: “Ele tem alguma coisa. Mas não sei se é dinheiro ou dívidas ou se não tem nada uma caixa vazia, eu não sei.” (IF, 294)

A partir desse exemplo, conclui-se, conforme §295, que “cada um diz saber o que é a dor apenas a partir da sua própria dor”. Portanto, ninguém pode medir a dor alheia, uma vez que não a percebe diretamente, podendo apenas inferi-la com base nas características descritivas do comportamento manifestado. Isso é insuficiente. Pode-se ilustrar um caso de um paciente diante do médico. O paciente descreve suas dores, isso auxilia no diagnóstico do médico, mas o médico não sente as dores do paciente. Assim, §301: “uma representação não é uma imagem, mas uma imagem pode corresponder a uma representação”. Wittgenstein quer dizer que a representação externa não é a imagem interna, mas a imagem pode corresponder a ela.

Assim como uma ideia não é um objeto, mas o objeto pode corresponder a uma ideia. Dessa forma, em § 302:” (...) se precisamos representar-nos a dor dos outros segundo o modelo de nossa própria dor, então isso não é uma coisa fácil: pois se deve representar dores que *se sente*, segundo dores que se sente”. Para Wittgenstein, “o comportamento de dor pode indicar uma região dolorosa – mas é a pessoa que padece que manifesta a dor”. Um interlocutor pode até negar:

“Mas você não pode negar que, por exemplo, um processo interno ocorre ao lembrar.”
 – Por que se tem a impressão de que queremos negar algo? Quando se diz “Ocorre, aí, um processo interno” – quer-se, então, continuar; “Você o vê, é claro.” E é esse processo interno que se tenciona dizer com a palavra “lembrar-se”. A impressão de que queríamos negar algo comove porque nos voltamos contra a imagem de um ‘processo interno’. O que negamos é que a imagem do processo interno nos dê a correta ideia do emprego da palavra “lembrar”. Nós dizemos, de fato, que essa imagem, com suas ramificações, nos impede de ver o emprego da palavra tal como ela é. (IF, 305).

No epílogo dos excertos que compõem as ALP, Wittgenstein parece introduz, um constructo conceitual e uma terminologia que se diferenciam da linguagem das sensações. É o caso desse parágrafo. O processo de rememoração e recordação (lembrar-se) passa então a ser, tacitamente, denominado "linguagem do pensamento". O filósofo adota essa estratégia com o intuito de refutar qualquer argumento que pudesse reavivar a tese de uma *linguagem privada*. Embora a exposição argumentativa pudesse ter sido estruturada desde o início com base na linguagem dos conceitos mentais do pensamento, Wittgenstein reserva essa "elucidação" para o desfecho do argumento em questão.

Os conceitos mentais, inerentes ao ato de pensar, revelam-se mais discretos no plano introspectivo; contudo, não se configuram como absolutos dentro da concepção de linguagem privada, dada a sua potencialidade de serem compartilhados. Por outro lado, em §312, Wittgenstein afirma: "Posso exibir dores, como exibo o vermelho, e como exibo o direito e o torto, a árvore e a pedra. – Chamamos isso justamente de exibir."

Nesse contexto, o conceito é de natureza sensorial, aparentemente interno, mas a "exibição" constitui a manifestação exterior do conteúdo mental internalizado, sem que isso altere a essência do conteúdo externalizado. Em última instância, Wittgenstein conclui que a linguagem das sensações, enquanto pressuposto interno não compartilhável, não pode ser equiparada a uma forma de linguagem privada. Ainda que o significado interno possa ser, em certa medida, exteriorizado por meio do comportamento, ele permanece subjetivo. Dessa forma, a sensação não é absolutamente interna e privada, tampouco totalmente apreensível pelos interlocutores, visto que é inviável mensurar dores que não se experimenta diretamente, mas que são sentidas apenas pelo outro.

Em suma, embora linguagem privada e sensações sejam diferentes. Infere-se que Wittgenstein parte do pressuposto de que as sensações poderiam ser uma forma de linguagem privada, seria uma tese. Por isso, essa suposta tese é desconstruída por ele mesmo mediante suas inconsistências. Já no caso da rememoração, a preocupação de Wittgenstein não é ontológica (se existe ou não um processo), mas gramatical e conceitual. Além disso, sensações imediatas,

como as sensações privadas e outros constructos conceituais mentais, podem ser designados por meio de uma definição ostensiva interna? Uma suposição. Esta análise é aprofundada no tópico subsequente.

2.2 DEFINIÇÃO OSTENSIVA

O uso frequente da definição ostensiva no segundo Wittgenstein surge como um substituto da visão anterior acerca do significado da linguagem pela tradição analítica. Pois a definição da palavra presente nos trabalhos de Moore, Russell e interpretado no Wittgenstein do *Tractatus* era que o significado de uma palavra é o objeto que ela representa. Contudo, isso muda nas *Investigações Filosóficas*, pois os nomes não são mais a base significativa da linguagem, mas como define Wittgenstein: “o significado da palavra é seu uso”. De outro modo, pode-se dizer que o uso da definição ostensiva se faz presente tanto “lá quanto cá” em versões diferentes.

Neste contexto, no ponto de vista de Glock (1998, p. 122) Wittgenstein usa a definição ostensiva para resolver um problema de que se ocuparam os positivistas lógicos: como explicar o estatuto necessário de enunciados encontrados nas *Observações sobre os fundamentos da Matemática*, como: “nada pode ser completamente vermelho e completamente verde ao mesmo tempo” e “o preto é mais escuro que o branco” (RFM 75-6). Então, pode-se observar que a definição ostensiva é usada como um recurso linguístico explicativo do significado que compõe o adereço da continuidade entre o *novo* e *velho* – Wittgenstein. É importante destacar ainda que no *Tractatus* a definição ostensiva é abordada implicitamente, e em nenhuma proposição Wittgenstein usa o termo “definição ostensiva”, mas é explicitamente enfático nos seus novos escritos, inclusive nas *Investigações*.

Nota-se que as dificuldades do passado em aparência se perpetuam no presente do pragmatismo linguístico do novo Wittgenstein, diante da dificuldade para explicitar o significado das palavras, seja no sentido descritivo seja no sentido verificativo. Wittgenstein admite reconhecer dois métodos elucidativos; isto é, o método de definição verbal e definição ostensiva; no *Livro Azul*, no qual ambas as definições são citadas, distinguem-se da seguinte forma: “A definição verbal, visto que nos conduz de uma expressão verbal a outra, não nos leva, num certo sentido, mais longe. Na definição ostensiva, contudo, parece que nos aproximamos, de um modo mais efetivo, de conhecimento de sentido”. (Wittgenstein, 1992, p. 26). A definição verbal é abandonada por Wittgenstein, mas ele adota a definição ostensiva no

decorrer de seus escritos *tardios*, embora admita: “(...) não existirem muitas definições ostensivas para muitas palavras nossas” (ibid.).

A noção mais frágil da inconsistência da definição ostensiva para Wittgenstein, possivelmente, encontra-se na exposição dos argumentos sobre a linguagem privada, já que: “uma definição ostensiva é a explicação do significado por meio de um enunciado como “Isto é um elefante” ou ‘Esta cor é o vermelho’” (GLOCK, 1998, p. 122). Percebe-se que o problema da definição ostensiva na explicitação das sensações privadas dá-se de forma difícil quando se tenta explicitar internamente, uma vez que: “(...) a trajetória normativa de uma definição ostensiva é estabelecida por uma prática de correção e de justificação com base em amostras”. (ibid., p. 125). Portanto, a trajetória normativa ocorre do interno para o externo, pois é o sujeito que nomeia e define o objeto externo, uma vez que o externo nunca nomeia o interno nem o define, apenas dá correspondência a este. O caminho inverso não é admissível porque será sempre o sujeito nomeador, embora o externo seja o influenciador do interno como princípio de verdade. Por isso: “uma representação não é uma imagem. Mas uma imagem pode corresponder a ela”. (IF, §301).

Por um lado, a imagem mental aparenta necessitar de correspondente externo real, do contrário encontrar-se-á limitada ao descrever qualquer significado introspectivo e externá-lo, como no caso das *sensações*. A referência apresenta-se como a condição sem a qual a ostensividade não consegue descrever a imagem do mental. Esta imagem é o que “eu” sinto e percebo como conteúdo mental. Salvo quando ocorra a representação externa como correspondente da imagem mental, a definição ostensiva encontra seu “calcanhar de Aquiles”. Por outro lado, esta limitação da ostensividade na descrição do interno é abordada por intérpretes atuais noutra perspectiva; assim, enfatiza-se que: “a natureza mental da imagem não seja essencial, quer dizer, dentre outras coisas, que a definição ostensiva não funciona como se os objetos existissem previamente num cenário mental e pudéssemos batizá-los, conferindo-lhes um nome”. (OLIVEIRA, 2015, p.113).

Wittgenstein explica que: “a definição ostensiva explica o uso – o significado – da palavra quando já está claro que papel, em geral, a palavra deve cumprir na língua”. (IF, §30). Isso esclarece o problema pelo qual a definição ostensiva não basta para que descreva a linguagem das sensações, e sobretudo “nossas dores”, visto que todos medem a dor alheia a partir da sua própria dor. Assim:

É bem verdade que frequentemente, por exemplo na definição ostensiva, apontamos para o denominado e pronunciamos o nome. E do mesmo modo, por exemplo na definição ostensiva, proferimos a palavra “este” ao apontarmos para a coisa. E a

palavra “este” e um nome ficam frequentemente no mesmo lugar no contexto da sentença. Mas é uma característica imediata do nome que ele se explica pela ostensão “Isto é ‘N’” (ou “Isto se chama ‘N’”). Mas explicamos também: “Isto se chama ‘este’” ou “Este se chama ‘este’”? (IF,38)

A definição ostensiva, em termos mais simplistas, pode ser denominada de definição indicativa. Mas isso pela forma como Wittgenstein a descreve. E dessa forma, mediante a definição ostensiva, pode até descrever-se a questão das cores, levando em conta o *uso* e o *contexto*, mas implica crassa dificuldade na linguagem das *sensações privadas*, exatamente porque implica o fato de que usá-la nas *sensações privadas* significa indicar, apontar para dentro de si mesmo.

Até aqui se analisou a questão da definição ostensiva das *Investigações Filosóficas* e do *livro azul*, tratando-se de uma abordagem mais restrita. Por outro lado, de um modo geral a reflexão se revela abrangente, uma vez que Wittgenstein aborda nas *Observações sobre Filosofia da Psicologia* a *definição ostensiva privada*, chamando-a de “fenômeno psicológico específico”. Esta nova nomenclatura, embora seja de caráter geral, não difere das explicitações nas obras supracitadas. Diante disso, é preciso analisar essa questão à luz das *Investigações Filosóficas* e a razão pela qual Wittgenstein talvez não a tenha aplicado no contexto dos argumentos sobre a *linguagem privada*. A premissa é a seguinte: se no uso da definição ostensiva o sujeito pudesse apontar para dentro de si mesmo, então seria um ato de autocomunicação, comunicar consigo mesmo. Mas isso não é possível. Wittgenstein expõe a privacidade da definição ostensiva do seguinte modo nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*:

O que se pode aduzir contra a expressão “fenômenos psicológicos específicos” ou “fenômenos irreduzíveis”? elas são enganadoras; mas de onde elas são tiradas? Vai se dizer: “se alguém não conhece o doce, o amargo, o vermelho, o verde, notas musicais e dores, não dá para fazer compreender o que estas palavras significam”. Por outro lado, é possível explicar a quem nunca comeu uma maçã azeda o que isso quer dizer. Vermelho é justamente *isto*, azedo *isto*, e dor *isto*. Mas, quando se diz isso, é preciso que realmente se exiba o que essas palavras querem dizer. Ou seja, é preciso mostrar algo vermelho, provar ou fazer provar algo amargo, infligir dores a si mesmo ou a outro etc., e não pensar que se pode, de maneira privada, apontar para a dor dentro de si. Assim sendo, porém, como se vai *exibir* o que quer dizer “imaginar”, “lembrar-se”, “pretender”, “acreditar”? ora, a expressão “fenômeno psicológico específico” corresponde àquela da definição ostensiva privada. (OFP,200).

O que Wittgenstein explicita é que “fenômeno psicológico específico” pode ser associado à “definição ostensiva privada”, ou seja, poderia assim definir o que ocorre em nossas mentes, mas é inacessível às outras mentes. O parágrafo §258 das *Investigações* parece recorrer a este exemplo da definição ostensiva privada no “diário das sensações”, e embora Wittgenstein

reconheça que “(...) uma definição serve para determinar o significado de um símbolo”, - no caso do parágrafo em questão o símbolo é a sensação-, ele também reconhece: “Mas no nosso caso não tenho nenhum critério para a correção. Poder-se-ia dizer aqui: correto é o que sempre me parece correto. E isso só significa que aqui não se pode falar de ‘correção’”. E o critério de correção é a validação do Outro, uma condição sem a qual não se pode caracterizar uma linguagem.

Portanto, a definição ostensiva ou a “definição ostensiva privada” surgem como uma possibilidade nos argumentos acerca da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas*. Mas assim como a *linguagem das sensações*, a definição ostensiva não corrobora na consistência dos argumentos, que expõem uma possível *linguagem privada* para Wittgenstein. Pois pressupor uma *definição ostensiva interna/privada*, através da qual se aponta para dentro de si mesmo, neste caso não é possível sob este prisma ser um pressuposto para a *linguagem privada*: é uma premissa falível, isto é, carece de critérios externos.

2.3 SOBRE PRIVACIDADE

A reflexão sobre o tema da privacidade tem origem não exclusivamente dentro dos argumentos sobre a possível *linguagem privada* discutida por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, mas trata-se de um tema anterior às *Investigações*; assim como a ideia da *linguagem privada*, se considerarmos por exemplo a questão das *sensações privadas*, ou seja, pode-se dizer que a ideia de *linguagem privada* e a ideia de *entes privados* coexistiram juntamente dentro da filosofia anterior às *Investigações Filosóficas*. Além disso, pode-se dizer que a reflexão atual sobre *privacidade* e o argumento wittgensteiniano sobre *linguagem privada* são temas praticamente indissociáveis, de forma que é inoportuno falar de *linguagem privada* excluindo a dimensão dos *entes internos e privados*.

Pode-se afirmar que o motivo da contínua indissociação de ambos os temas se dá pelo fato de que o tema da *privacidade* demonstra ter resultado em maiores reflexões, exatamente a partir do argumento da *linguagem privada* de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. Para Richter (2014, p.173), a antiguidade da reflexão sobre a privacidade dá-se pelo olhar puramente cartesiano, cuja consistência consiste na ideia de que a mente é uma espécie de teatro contemplado exclusivamente pelo olho do próprio *eu*. Objetivamente, o que se pode afirmar sobre a vetustez dos temas *privacidade* e *linguagem privada* são efeitos dos indícios temáticos

constatados pelos intérpretes atuais sobre os filósofos do passado, já que não se levantavam questões diretamente sobre *linguagem privada e privacidade*.

Por outro lado, a forma de abordagem atual acerca da *privacidade* se dá de forma mais ampla e direta; quanto ao modo com que esta abordagem se manifesta, dar-se-á sob dois aspectos, a saber: sob o ponto de vista da inalienabilidade ou propriedade privada e do ponto de vista epistêmico. Estes dois pontos de vista são amplamente explorados por alguns intérpretes de Wittgenstein, como Hans-Johann Glock, Anthony Kenny e Edward Craig. Visto que Glock acrescenta que o fundamento da concepção de mente e a extensão da reflexão acerca da *privacidade* tem seu fundamento na dicotomia dos conceitos de Interno/Externo, um dos temas discutidos na filosofia tardia de Wittgenstein, sobretudo nas *Investigações Filosóficas*. Porém, ressalta-se que não se trata de uma dicotomia atribuída exclusivamente a Wittgenstein, mas que esteve presente em toda filosofia moderna, cujo enfoque maior contudo encontra-se nas regiões da reflexão wittgensteiniana sobre a *linguagem privada*.

Além disso, quanto aos aspectos da reflexão sobre privacidade, Glock (1998, p. 282) ilustra como as questões são abordadas: “(...) constituem propriedades privadas ou são inalienáveis: ninguém mais pode sentir a minha dor; os outros podem, no máximo, sentir uma dor semelhante à minha”. O aspecto da inalienabilidade do ente privado, que neste caso é a sensação de dor, Wittgenstein expõe acerca desta questão no parágrafo §251 das *Investigações Filosóficas*; segundo ele: “se alguém dissesse que minhas representações são privadas; ou que só eu mesmo posso saber se sinto uma dor e coisas semelhantes. “Não posso imaginar o contrário”. Percebe-se que, embora Wittgenstein tenha se distanciado do *Tractatus* nas *Investigações*, ele ainda demonstra aparente preservação lógica, neste caso, pois imaginar o contrário seria como romper a lógica da expressão linguística e mental, enquanto por semelhança entende-se tudo que pertence à esfera do conteúdo mental.

A segunda abordagem, segundo Glock, se oferece de modo epistêmico, pois: “são epistemicamente privados: só eu posso saber que eu estou com dor, uma vez que só eu a sinto; os outros podem apenas presumir que a sinto, com base em meu comportamento.” Wittgenstein discute a privacidade epistêmica na dimensão do conhecimento, no parágrafo § 253: “O outro não pode ter a minha dor.” E o outro “não pode ter minhas” porque ele não tem critérios para falar sobre ela. E se tal critério depende do princípio de identidade, isso só quem sente a dor possui. Neste caso, entra em jogo a discussão sobre a *primeira pessoa e outras mentes*, mas é assunto para a seção seguinte.

É importante destacar que a questão da *privacidade* não se resume aos dois parágrafos citados, mas que Wittgenstein expõe a mesma em outros parágrafos das *Investigações*

Filosóficas, sendo que a maior parte da reflexão se coloca dentro dos excertos que balizam o *argumento da linguagem privada*. (§§ 202, 243, 246, 248, 251, 256, 259, 262, 268, 269, 272, 274, 275, 280, 294, 311, 358, 380, 653); assim, percebe-se que este tema para Wittgenstein parece ter importância, inclusive dentro de assuntos alheios aos argumentos sobre a *linguagem privada*. No caso dos parágrafos que constam dentro do perímetro que convencionalmente balizam o argumento da linguagem privada, percebe-se que quando Wittgenstein explicita a questão das sensações, ao desenvolver conspicuamente estas análises, implicitamente contém a análise da privacidade, quer seja do ponto de vista epistêmico ou da inalienabilidade (propriedade privada); e mais uma vez, demonstra-se a indissociabilidade dos temas contíguos pelo próprio Wittgenstein do ALP. Contudo, nossa principal reflexão neste caso consiste, sobretudo, nos parágrafos ausentes que contemplam o *argumento da linguagem privada* e, obviamente, na análise dos especialistas wittgensteinianos sobre a reflexão acerca da privacidade. No entanto, além desta referida exposição, é importante elaborar uma análise que se pode chamar de “nossa”, apresentando as considerações plausíveis. Sobre a análise, destaca-se o seguinte: na primeira exposição do tema privacidade nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein adota um modo atípico. A atipicidade dá-se de duas formas: primeiro, o tema é pautado no contexto de regras no parágrafo § 202; e em seguida, Wittgenstein adota o advérbio em latim *privatim*, que pode ser traduzido como *em particular* ou *privadamente*, ao invés de adotar os termos em alemão como *privat*, *private*, *privates*, *privaten*. Como explicita: “Eis porque ‘seguir a regra’ é uma prática. E acreditar que se segue a regra não é seguir a regra. Portanto, não se pode seguir a regra ‘privadamente’, porque, caso contrário, o próprio acreditar que se segue a regra seria como “seguir a regra.”

A questão da privacidade, neste parágrafo § 202, gira em torno do que se pode chamar de mundo privado *interno* e *externo*. Primeiro, é importante destacar que as regras são instituídas, compartilhadas e adotadas. Embora tais regras tenham sido pensadas e planejadas num mundo privado interno de um *eu* ou de *nós*, elas foram expostas, aperfeiçoadas e compartilhadas no mundo exterior. Com isso, Wittgenstein argumenta que as seguir é uma prática, e claro, o “seguir” é o seguir de fato no mundo externo. Em segundo lugar, que o ato de acreditar não possui consistência pragmática no mundo externo neste caso, pois trata-se de uma vivência exclusivamente interna, introspectiva. Contudo, não se segue regras privadas, pois admitir tal hipótese seria o mesmo que ao mundo interno atribuir os mesmos atributos do mundo externo, uma vez que apenas no mundo externo existem acordo e publicidade.

O que Wittgenstein quer demonstrar não é uma reflexão sobre privacidade no seguimento de regras, mas apenas dizer que o seguimento das regras não existe dentro da

privacidade. E aqui entra o critério de verdade, uma vez que não se pode validar uma dor pela declaração de quem diz senti-la; do mesmo modo, falta critério para validar ou verificar uma regra que só existe dentro do conteúdo interno. Pois para isso são necessários critérios, tais como a instituição, a validação e o seguimento. Isso não pode acontecer num mundo exclusivamente psicológico, e, portanto, nem na filosofia da linguagem nem na filosofia da psicologia Wittgenstein acentua esta possibilidade. Isso pode-se afirmar porque as *Investigações Filosóficas* constituem-se de atributos da filosofia da mente, da linguagem e da epistemologia.

No parágrafo § 358, Wittgenstein analisa a questão da privacidade no âmbito do sentido e significado; o seu interlocutor fictício questiona sobre o que dá sentido à frase, e percebe-se que Wittgenstein não ressalta a dimensão epistêmica, mas a inalienabilidade do conteúdo mental. Assim demonstra: “mas não é o nosso *ter em mente* (*Meinen*) que dá sentido à frase?” Veja que aqui existe uma questão referente ao significado do verbo *Meinen*, pois dependendo do contexto alguns traduzem-no como *significar* no sentido introspectivo ou *ter em mente*. De qualquer forma, ambos os modos se inserem na questão em pauta. O fato é que Wittgenstein admite que não se pode *ter em mente* ou *significar* “séries de palavras sem sentido”.

Porquanto, Wittgenstein ressalta que o *ter em mente* ou *significar* é algo alheio ao mundo exterior e restrito ao âmbito mental. E acrescenta: mas também é algo *privado* (*Aber es ist auch etwas Privates!*); pela construção da frase, Wittgenstein parece sugerir que nem tudo que pertence ao campo mental é privado, embora neste caso sim, que é o *ter em mente*. E de fato, o privado aqui é algo que ele admite ser absolutamente *intangível*, *inverificável* pelo outro, e que só é equiparado à própria consciência. Mais uma vez percebe-se que o referencial lógico é reconsiderado como uma necessidade, e a razão disto está em que haja a admissibilidade de sentido na construção de uma frase. Mas a logicidade em questão não se trata da lógica do *Tractatus*, e sim do sentido gramático e pragmático da vida pública/externa.

Nota-se que o objetivo no parágrafo supracitado é compreender como dar sentido a frases sem sentido (*Sinnlose*). O ato de *ter em mente* é exatamente significar o que não possui significado. Com efeito, o sentido de uma frase dada por mim, fora do acordo e da regra públicos incorre na subjetividade, o que Wittgenstein quer evitar. Pode ser que a frase tenha um sentido para mim, mas esta mesma frase pode ser concebida com outro significado para uma segunda ou terceira pessoa, se ela não faz parte do acordo público. E claro, para Wittgenstein afirmar algo para mim mesmo não tem sentido, é ilógico. Por esta razão sua tese, neste caso, é tentar livrar o sentido do subjetivismo.

Pode-se partir do pressuposto de uma pessoa poder ter em mente muitas coisas, coisas que em nada tenham correspondência com a realidade. Alguém pode ter pensamento similar, mas com sentido diferente; uma vez que sejam compartilhadas as mesmas impressões introspectivas, percebam que o vocabulário sensorial é diferente. Se no parágrafo § 202, Wittgenstein tentava salvar as regras da linguagem do mundo privado, no parágrafo §358 ele defende o sentido (Sinn) da frase do conteúdo mental como experiência privada, mas inadequada para o atributo da linguagem, uma vez que lhe falta a regra.

Portanto, Wittgenstein não deixa explícito a quem cabe o atributo de dar sentido às palavras ou frases no mundo privado. Mas fica evidente que a sensatez dos significados precisa ser preservada no âmbito externo. Assim, parece que Wittgenstein não deixa margem nem para o que se definiria como linguagem do pensamento. Dessa forma, se não há significado ou sentido interno, então é mais um argumento que impossibilita a existência da *linguagem privada*.

Ademais, o parágrafo §380 apresenta maior complexidade na análise da privacidade que os dois anteriores. Pois no primeiro o objeto em questão é o *seguimento de regras* dentro da *privacidade*, enquanto no segundo a questão decisiva consiste em que os atributos mentais, como *ter em mente* em relação ao sentido e significado da palavra ou frases, fazem sentido para o pragmatismo externo. Não existem regras, uma vez que lhe falta a instituição externa. Entretanto, neste parágrafo a reflexão em torno da *privacidade* requer a recorrência da reflexão dos parágrafos anteriores, e claro, ir além deles. Pois o objeto da análise não é o mesmo; a questão das cores volta à pauta.

Pode-se dizer que os dois aspectos da reflexão acerca da privacidade envolvem esta análise: a propriedade privada e a privacidade epistêmica. E a questão chave é introduzida com esta pergunta: “como reconheço que isso é vermelho?”; percebe-se que a pergunta surge num contexto de existência, não é uma pergunta no vácuo. Pois na tentativa de responder Wittgenstein assinala: “Vejo que é isto; e agora sei que isto se chama assim.” Bem, mas: “Isto? O quê?” (Dies? – Was?); destaca-se o seguinte exemplo: o vermelho pode ser que já o *vi* como vermelho no passado, mas a tarefa a que me propõe agora é o reconhecimento da cor; no entanto, pode ser que o vermelho seja desconhecido para *mim*, mas *minha* empreitada é atribuir-lhe o nome *vermelho*.

Dessa forma, se a tarefa for apenas reconhecer, mas se no momento *eu* não lembrar do que fui treinado, ensinado sobre as cores, a tarefa vai consistir no mesmo problema. Pois para Wittgenstein existem duas alternativas; a primeira surge como uma definição ostensiva interna, na qual o *eu* conversa consigo mesmo; isso pode consistir no que se chama a formação de um

pré-conceito do objeto existente, mas não nomeado; mas este é um conceito introspectivo, e portanto inútil, já que definição ostensiva interna é falha para Wittgenstein; e segundo, pressupõe-se que o *eu* realmente saiba que aquilo é vermelho, mas o problema epistêmico consiste precisamente no fato de que *não sei por que sei* que é vermelho.

Portanto, talvez o problema maior dessa questão é que a privacidade epistêmica e inalienável ou a privada confluem para a mesma foz, uma vez que o conceito de vermelho como propriedade privada e inalienável não basta por si, já que depende também do existir epistêmico, que vai além do *eu*. Dessa forma, a reflexão do Besouro na caixa § 293 pode ajudar, pois não se pauta a instituição pública pela privacidade do conceito, mas a definição do conceito que se apresenta como propriedade privada, uma vez que é concomitantemente uma privacidade epistêmica além do *eu*. E o problema é que objeto e significado se envolvem na mesma problemática conceitual de privacidade.

2.4 O PROBLEMA DE OUTRAS MENTES.

A questão de outras mentes é um problema que ganha ímpeto dentro das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, como também é um tema intrínseco aos argumentos sobre a *linguagem privada*. Não se sabe exatamente quando o problema surge, Kripke e Ryle não definem isso, mas indicam que teve seu clímax em meados do século XX; todavia, houve um certo silêncio sobre a questão no final do século, silêncio este rompido com o surgimento das *Investigações Filosóficas*. Enquanto método de pesquisa, existe quem defenda a abordagem da questão no âmbito meramente conceitual, como também quem defenda a dimensão epistemológica.

Entretanto, Wittgenstein navega por ambos os caminhos da reflexão; assim como na questão da privacidade, pode-se dizer que para o autor das *Investigações Filosóficas* esta é mais uma reflexão ao lado de outras questões atinentes à temática da *linguagem privada*, como a privacidade, a linguagem das sensações e o objeto interno. Além disso, trata-se de um assunto que, de fato por esta razão, talvez seja um dos motivos pelos quais Wittgenstein aborda a questão tanto na perspectiva conceitual quanto no aspecto epistêmico, uma vez que se trata de uma reflexão muito próxima da privacidade; de outro modo, podemos ressaltar sem dúvida alguma que a “questão de outras mentes” se apresenta como se fosse uma extensão da privacidade.

Contudo, é importante destacar, antes de determo-nos sobre os textos Wittgensteinianos sobre o assunto, quais as implicações do problema de outras mentes na concepção dos autores já mencionados, uma vez que a abordagem de Wittgenstein, pode-se dizer, é metodologicamente distinta da abordagem típica dos meados do século XX. À guisa de explicitação, observa-se o seguinte:

O problema das outras mentes estava no centro das discussões na filosofia da mente na década de 1950, antes que o problema mente-corpo atraísse um público mais amplo. O problema das outras mentes é este: se certos aspectos da doutrina oficial estão corretos e as mentes consistem em episódios que só são cognoscíveis em privado, então precisamos de repensar a nossa afirmação de saber (com certeza) que existem outras mentes. Na altura, pensava-se que esta era uma conclusão intolerável, por isso os filósofos começaram a mostrar como a afirmação de ter conhecimento de outras mentes é, no entanto, justificada. Mas embora já não esteja no centro, o problema das outras mentes espreita no pano de fundo das recentes discussões sobre a “consciência fenomenal”, que herda os aspectos epistemológicos e semânticos da doutrina oficial⁴⁹. (RYLE, 2019, p. XVII, tradução nossa).

Por certo, à guisa de contribuição, julga-se importante destacar que Fodor (1996, p.292), em sua análise sobre a *linguagem do pensamento*, confirma o que Ryle expõe na referida época, pois o problema mente/corpo e outras mentes consistia na única divisão da filosofia da mente; a discussão, porém, era feita pela análise conceitual; para Fodor, no entanto, poucos sabiam o que era análise conceitual, e isso consistia num erro. Tudo indica que ambos os autores se diferenciam do ponto de vista sobre a base metodológica da discussão na época.

Desse modo, o que se pretende explicitar na abordagem de Wittgenstein sobre o assunto em questão – os aspectos: conceitual e epistêmico em alguns parágrafos que compõem o ALP ou inerentes a eles nas *Investigações Filosóficas*, é que de alguma forma, este filósofo, metaforicamente falando, “usa os tijolos das construções antigas para erguer seu próprio castelo”. Por questões metodológicas, convém proceder da seguinte forma: analisar o autor por si mesmo, a fim de que os comentários acerca dele sejam apenas conclusivos para a reflexão.

Primeiro sob o aspecto da propriedade privada, segundo Child (2013, p.170): “quando filósofos ‘discutem o problema de outras mentes’, o problema em questão é geralmente um problema epistêmico”. De fato, não se trata de um aspecto de abordagem absoluta, uma vez que

⁴⁹ The problem of other minds was at centre stage of discussions in philosophy of mind in the 1950s before the mind–body problem attracted the wider audience. The problem of other minds is this: if certain aspects of the official doctrine are correct and minds consist of episodes that are only privately knowable, then we need to rethink our claim to know (with certainty) that other minds exist. The thought at the time was that this was an intolerable conclusion, so philosophers set about to show how the claim to have knowledge of other minds is none the less justified. But though no longer at the centre, the problem of other minds lurks in the background of recent discussions of ‘phenomenal consciousness’, which inherit the epistemological and semantical aspects of the official doctrine. (RYLE, 2019, p. XVII).

o aspecto conceitual não foi descartado. Conforme se constata no parágrafo §246, Wittgenstein argumenta que ninguém pode julgar a dor do outro, nem dizer que *eu* as aprendi, uma vez que *eu as tenho*. Percebe-se que para Wittgenstein possuir a dor significa que epistemicamente ela só pode ser concebida por mim que a *posso* e a *sinto*, e o *eu* em questão sou a fronteira que delimitativa do conhecimento dos outros e suas sensações. Neste caso, a minha sensação de dor é, em certa medida, inalienável: ninguém tem acesso, já que sou *eu* que a sinto, e o outro é apenas um outro *eu* cuja dor é inalienável, tanto quanto a minha.

Veja que *possuir* e *sentir* nada tem a ver com o ato de *aprender* e *conhecer*, visto que só se *conhece* aquilo que se *aprende*. Dessa forma, um crítico poderia dizer que essa questão não poderia ser discutida, uma vez que se a sensação é uma propriedade privada, inacessível, e cujo conhecimento só seu proprietário possui sobre si mesmo, constituindo-se está em uma discussão infrutífera. Observa-se que este crítico poderia ser o próprio Wittgenstein, e de fato o é. O que Wittgenstein quer é apenas resguardar o caráter inalienável da privacidade, e possivelmente, neste caso, resguardar o aspecto conceitual, e assim sugerir que cada mente possui sua privacidade, asseverando-se sempre a condição de que, até que esta seja exposta deliberadamente pelo seu proprietário, ela é uma propriedade privada.

Segundo, pontua-se a questão epistêmica de direito ... podemos abordar essa questão a partir deste questionamento: como posso conhecer a dor do outro? Dois aspectos devem ser considerados, uma vez que Wittgenstein levanta essa questão pontuando o *outro* como ser humano e o *outro* como ser inanimado. Analisando um exemplo de *dor sem comportamento* de dor, Wittgenstein ressalta o exemplo da boneca no parágrafo §281 das *Investigações Filosóficas*. Neste caso, nós atribuímos dores a elas, só que elas não possuem comportamento de dor. No parágrafo §282, Wittgenstein afirma que, neste caso, o conceito de dor é secundário, ou seja, não possui os critérios do conceito de dor que se atribui ao ser humano por exemplo. Decerto, minhas dores eu *sei* e *conheço*. O que se pode acrescentar a essa reflexão é que em língua portuguesa os verbos *conhecer* e *saber* são “vizinhos” e distintos. Visto que, no caso individual, o sujeito sabe e conhece sua dor, já que a possui e sente, mas aparentemente não aparece critério suficiente para que possa ter a mesma convicção sobre as dores do outro. Segundo Wittgenstein, em § 283: “para pedras e plantas etc., não transponho minha ideia”, uma vez que para estes seres faltariam todos os critérios.

Mas a questão epistêmica do parágrafo §282 desenvolve-se para outro nível, pois Wittgenstein pontua a questão das crianças que imitam o trenzinho; admitamos que tais crianças pertencem a uma comunidade urbana, e que, portanto, elas imitam um trem da vida real, ou seja, elas imitam um comportamento aprendido na experiência real. Contudo, existe um grupo

de crianças de uma comunidade remota que não possuem a experiência do trem, nunca o viram, mas numa situação de contato com outras crianças aprenderam a brincadeira. Wittgenstein admite que para elas a brincadeira não tem o mesmo sentido que para as crianças que aprenderam pela experiência.

O problema epistêmico neste caso não é da sensação enquanto dor, mas do sentido ou sensação de sentido como prazer ou alegria. Arrisca-se em afirmar que a sensação neste caso vai além da sensação de prazer no ato de brincar, mas sobretudo de significado para ambos os grupos de crianças. Pois enquanto deleite no brincar nada obsta que as crianças possam ter sensações semelhantes, mas o sentido pelo significado é o que se coloca em dúvida. Porém, suponhamos que aquelas crianças da comunidade remota tenham a oportunidade de conhecer o trem e observar como ele funciona. Infere-se que o significado da sua brincadeira obteria contornos expressamente diferentes do significado anterior.

Talvez o parágrafo §283 possa nos ajudar na compreensão, já que dá continuidade à questão. O interlocutor fictício de Wittgenstein o interroga: “de onde nos vem sequer o pensamento de que seres, objetos, possam sentir alguma coisa?”; sem titubeio, Wittgenstein afirma: “(...) minha educação me levou a isso, na medida em que me chamou a atenção para minhas sensações...contudo, para plantas e pedras não transponho minha ideia.” (ibid.) Em outras palavras, não *fui* ensinado a aplicar minha ideia de dor a qualquer ser inanimado. Para Wittgenstein, “apenas daquilo que se comporta como um ser humano pode se dizer que tem dores.”

Para Child (2013, p. 170), existem três propostas dentro da discussão acerca de outras mentes que Wittgenstein considera *malsucedidas*, optando no entanto em chamá-las de princípios, a saber: a) *o princípio da projeção imaginativa*, na qual, partindo da minha concepção introspectiva de dor, posso imaginar e compreender o que é para alguém estar com dor; b) *o princípio do mesmo tipo de estado e igualdade*, que consiste em afirmar que compreendendo o significado da palavra dor em meu próprio caso, posso supor que o outro tem a mesma dor que eu, o mesmo tipo de estado; c) *o princípio da transição* se efetiva como uma concepção puramente introspectiva, e defende que explorando minhas próprias sensações de dor e comportamento, poderei compreender a alegação da dor de outrem com base no seu comportamento, uma vez que ele se comporta como me comporto quando estou com dor.

É importante ressaltar que tais propostas não são alheias a Wittgenstein, mas são princípios que o próprio pressupõe nas suas elucubrações mentais das *Investigações Filosóficas*; duas dessas propostas fazem parte dos parágrafos que compõem o argumento da linguagem privada. Pretende-se neste caso não seguir a ordem dos argumentos nas

Investigações Filosóficas, mas manter a proposta de Child, já que a ordem dos argumentos não modifica as conclusões de Wittgenstein sobre o sentido das sensações noutras mentes. No princípio da projeção imaginativa, Wittgenstein argumenta:

Se for preciso representar-nos a dor dos outros segundo o modelo de nossa própria dor, então isto não é uma coisa fácil: pois devo representar-me dores que não sinto segundo dores que eu sinto. Não tenho que fazer, nomeadamente, na representação, simplesmente uma transição de um lugar da dor para outro. Como a de dores na mão para dores no braço. Pois eu não devo me representar que sinto dor em um lugar do seu corpo. (IF, § 302)

É importante frisar que este parágrafo já foi citado e analisado no capítulo anterior, no âmbito da linguagem privada e da introspecção; só que neste caso a análise distingue-se da anterior, pois frisa o aspecto introspectivo do ponto de vista do *princípio da projeção imaginativa, tratando-se* do caso das outras mentes. Primeiro, pode-se considerar a abundância do poder imaginativo e o leque de possibilidades da capacidade mental, e Wittgenstein era ciente disso; mas o problema é como ele afirma: imaginar as dores que não sinto segundo as dores que sinto é tarefa difícil. Na análise de Hacker (2019, p. 143), os recursos introspectivos da imaginação podem até imaginar detalhadamente o que o outro sente, mas trata-se de uma suposição incoerente.

Desse modo, percebe-se que Hacker apenas reforça as conclusões às quais Wittgenstein havia chegado. E aqui não se discorda nem de Wittgenstein nem da interpretação que Hacker faz do filósofo em questão, pois apesar da riqueza imaginária do ser humano, o recurso da projeção imaginária é falho e de fato incoerente, porque foge do que Wittgenstein denominara no parágrafo § 437 das *Investigações Filosóficas* de *a dureza do dever lógico*. Portanto, o sentido da dor que sinto não é o mesmo sentido da dor que suponho no outro.

O segundo ponto de análise é a proposta do *princípio do mesmo tipo de estado e igualdade*; este princípio não é distante do *princípio da projeção imaginativa*. No parágrafo § 350, Wittgenstein refuta a suposição acerca dessa proposta de que o estado de dor que o outro demonstra se encontrar é o mesmo que já senti, pois conheço o significado de dor em mim, e assim julgo compreender o do outro com base na minha experiência, pois o outro estar com dor é se encontrar no mesmo estado que eu. De alguma forma, esta é uma forma de comparação e projeção.

Além disso, Wittgenstein argumenta o seguinte: “quando suponho que alguém tem dores, então suponho simplesmente que ele tem o mesmo que eu tive frequentemente”. Percebe-se que a conjectura da proposição se faz presente tanto quanto no princípio anterior. Só que um

ponto é importante ressaltar; tanto Child quanto Hacker não perceberam que este problema é o da continuidade da questão levantada no parágrafo § 348 dos surdos – mudos: “estes surdos – mudos aprenderam todos uma linguagem de gestos, mas cada um deles fala para si mesmo internamente uma linguagem em alta voz”. Wittgenstein admite ali que toda ideia de compreensão por quem tenta compreendê-los tem um “cheiro suspeito”, pois alguma coisa não se sintoniza.

Observa-se que tanto a interpretação da linguagem privada dos surdos – mudos como a suposição de dor no outro mediante a hipótese de *igualdade* comparativa com meu estado de experiência apresentam semelhanças. Mas retoma-se o parágrafo § 350; Wittgenstein ilustra – “são 5 horas aqui, então você sabe o que significa 5 horas no sol, significa que lá é a mesma hora que aqui; quando aqui são 5 horas”. A comparação é estranha, mas deve-se considerar o objetivo de Wittgenstein no § 464: “o que quero ensinar: passar de um absurdo não evidente para um evidente”. O fato é que inúmeros pressupostos seriam considerados numa comparação de 5 horas na minha cidade com 5 horas no sol, visto que o sol é o único critério para os horários terrestres. Todavia, Wittgenstein afirma: “a elucidação por meio da igualdade não funciona neste caso”; desta forma, Wittgenstein quer mostrar o “abismo” que separa “minha” mente do outro. E acrescenta que: “desse modo, não é nenhuma elucidação dizer: a suposição de que ele tem dores é exatamente a suposição de que ele tem o mesmo que eu”.

O terceiro é o *princípio da transição*, que propõe a partir de uma concepção introspectiva de primeira pessoa, como já definido acima, apreender o que significa para o outro estar afetado por dores, partindo das sensações privadas e comportamento. No fundo, o princípio da transição é um princípio de associação, no qual associo o significado da “dor” privada que sinto ao meu comportamento de dor. A partir disso, vejo alguém alegando sentir dor de dente e tal pessoa põe a mão no local do dente, demonstrando sentir uma dor forte pelo seu comportamento e expressão facial; neste caso, isso pode implicar em dois problemas, a saber: posso ainda não ter sentido dor de dente, e isso sugere uma falha na minha compreensão; o outro pode estar simulando uma dor de dente, e neste caso, embora eu tenha sido educado para compreender a dor de dente pelos indícios apresentados, o significado para mim é suspeito, ainda que eu tenha crido.

De qualquer forma, o caráter conceitual e epistemológico está envolvido nesta discussão. Mas em ambos os casos apresentam suas fragilidades. Reflitamos: se por um lado pode ser dito que o outro tem como conceito de dor de dente, uma dor de cabeça, mas o eu em questão, foi educado de forma diferente, de forma que dor de dente é uma dor no local do dente. Neste caso o conceito de dor de dente torna-se subjetivo e vazio de sentido, pois não consigo

medir a dor e conceito de dor do outro com a minha régua: não há normatividade. Percebe-se que transpor tal sentimento de compaixão do outro para mim consiste em erro. Por outro lado, no aspecto epistêmico surge como necessidade de que a base conceitual do outro seja a mesma que a minha, já que com fundamento no meu conhecimento da experiência de dor não é suficiente para minha dor a do outro. Por isso, em § 289: “por isso quando digo “tenho dores” estou em todo caso justificado perante mim mesmo”. Mas não me justifico perante os outros.

Percebe-se que a dor pode existir no comportamento do outro ou não; o que há de comum é o uso gramatical da palavra “dor”, que pode ser entendido como uso conceitual. O parágrafo §297 sobre o Besouro na caixa (já citado) aborda essa questão. Wittgenstein enfatiza que: “isso equivale a dizer que, se construímos a gramática da expressão de sensação no modelo de “objeto e nome”, o objeto sai de consideração como irrelevante”. De outro modo, Wittgenstein descarta a possibilidade de projetar no outro a minha experiência privada, pois isso implica projetar o objeto do nome. O exemplo do Besouro na caixa, objeto desse parágrafo, pode-se dizer que talvez fosse o suficiente por si mesmo para demonstrar a ineficácia das três propostas apresentadas. Assim, transita-se sobre o nome da “dor”, mas não é possível transferir o objeto dela. Portanto, há de se concordar com Kenny:

Filósofos tão diferentes uns dos outros quanto Descartes e Hume pensaram que era possível para uma mente individual classificar e reconhecer seus próprios pensamentos e experiências, mantendo em suspense a questão da existência do mundo externo e de outras mentes. Tal suposição parece implicar a possibilidade de uma língua privada ou de algo muito parecido. Se Wittgenstein está correto em pensar que tal linguagem é impossível, então as tradições cartesianas e empiristas na filosofia precisam de uma revisão radical⁵⁰. (Kenny, 1973, p. 13).

Deste modo, percebe-se que a discussão parece insinuar que Wittgenstein não teve a pretensão de resolver o problema, mas dissolvê-lo. Ele, ao contrário de outros estudiosos sobre a questão de outras mentes, usou um método de abordagem distinto: as sensações desempenham um papel fundamental na sua filosofia tardia, sobretudo nas *Investigações Filosóficas*, pois pelo que podemos constatar Wittgenstein faz uso do mesmo recurso para discutir temas diferentes, como a linguagem privada, privacidade, definição ostensiva e outros, de forma que as sensações não significam apenas algo por si mesmas, mas representam o que é mais característico como critério de introspectividade.

⁵⁰ Philosophers as different from each other as Descartes and Hume have thought it possible for an individual mind to classify and recognize its own thoughts and experiences while holding in suspense the question of the existence of the external world and other minds. Such a supposition seems to entail the possibility of a private language or of something very like one. If Wittgenstein is correct in thinking such a language is impossible then both the Cartesian and empiricist traditions in philosophy need radical overhaul. (Kenny, 1973, p.13)

2.5 A PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA EM WITTGENSTEIN

Além dos temas anteriores percorridos, inerentes ao tema da *linguagem privada*, o problema da primeira e terceira pessoa apresenta-se como uma das questões indispensáveis dentro da análise da *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas* neste capítulo. Neste ponto, é importante levar em conta o assunto já exposto, a saber – o estilo de escrita que Wittgenstein usa na composição das *Investigações Filosóficas*, que consiste em recordar-se que o conteúdo da obra citada, de um modo geral, gira em torno de diálogos entre Wittgenstein e um interlocutor fictício nos quais o uso da primeira pessoa é expressamente acentuado com uma segunda pessoa (o interlocutor fictício) referindo-se com certa “timidez”, vez e outra, a uma terceira pessoa. O que se acrescenta ainda é que, ao longo dos diálogos discursivos em que Wittgenstein dialoga com seu interlocutor, a pessoa sobre a qual se fala apresenta-se como uma terceira pessoa “ativa” que não faz parte do diálogo; trata-se de uma pessoa ausente, mas que se apresenta nas analogias explicativas das discussões, sobretudo como um sujeito cujas ações são narradas pelo “Eu” dirigido ao interlocutor (segunda pessoa).

Entretanto, é importante ressaltar que a questão da terceira pessoa nem sempre é pautada nas discussões filosóficas, enquanto a primeira pessoa domina o foco das questões. Embora a análise em questão desdobre-se nas IF, é importante frisar que o tema não se limita estritamente às *Investigações Filosóficas* (IF), mas para Gaynesford (2017, p. 478) existe uma visão consensual sobre as considerações de Wittgenstein sobre o uso da primeira, que segundo ele, existem – quatro ocasiões principais em que Wittgenstein deu atenção particular e extensa ao EU e “MIM”, a saber: no *Tractatus Logico-Philosophicus* 5.6–5.641, *Observações Filosóficas* VI. §§57–66, o *Livro Azul*, pp.61–70 e *Investigações Filosóficas* §§398–411.

Apesar disso, a presente discussão gira dentro do escopo das IF e não necessariamente nos parágrafos citados, já que a discussão da primeira pessoa vai além do que é indicado por Susan Hacker⁵¹ e confirmado por Gaynesford. Para Child (2011, p.287) o que se pode afirmar disso é que Wittgenstein ora usa a primeira pessoa como um objeto, ora a primeira pessoa é um sujeito. E acentua que Wittgenstein é criticado porque muitas vezes não deixa claro sobre os dois tipos de usos, o que dificulta entender a conexão entre a primeira e a terceira pessoas. Esta

⁵¹ A mencionada intérprete delimita o problema do *eu* e da *autorreferência* nos parágrafos §§398 – 411 das *Investigações filosóficas*, no seu livro Wittgenstein Meaning and Mind. Volume 3 of Na Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, Part II: Exegesis §§ 243 – 427. Hoboken, NJ, USA:Wiley – Blackwell, 2019.

dificuldade, possivelmente, ocorre pelo fato de que se pode levar a terceira pessoa ao mesmo escopo de análise da primeira pessoa. Ao contrário da metodologia de Jiménez,⁵² que distingue a percepção de ambas as pessoas, neste caso tanto a primeira quanto a terceira pessoa assumem a perspectiva de intérpretes das próprias concepções, que são interpretadas descritivamente numa exaustiva análise em busca do pleno acesso, no qual descarta-se a cogitação do suficiente entendimento mútuo.

De um modo geral, a discussão entorno da primeira é ampla, e conforme Gaynesford existem pelos quatro pontos consensuais sobre a primeira pessoa⁵³. Só que para a finalidade desta discussão, apenas interessa uma questão de consenso: o problema do acesso. Isto ver-se-á adiante; por enquanto, o importante é ater-se a algumas questões de pontos de vista sobre o problema da primeira pessoa. Visto isso, é importante destacar que uma das análises mais expressivas⁵⁴ sobre a primeira pessoa pode-se encontrar no artigo de Anscombe, *The First Person*, no qual ela analisa a questão da temática a partir de uma ótica cartesiana, investigando sobretudo a definição do “eu” e o problema da autoconsciência. Partindo do seguinte pressuposto, afirma:

Na minha história, temos uma especificação de um sinal como nome, o mesmo para todos, mas usado por cada um apenas para falar de si mesmo. Como isso se compara com “Eu” – a primeira coisa que se nota é que nossa descrição não inclui autoconsciência por parte das pessoas que usam o nome “A” como eu o descrevi. Eles talvez não tenham autoconsciência, embora cada um saiba muito sobre o objeto que ele (na verdade) é, e tenha um nome, o mesmo que todo mundo tem, o que eles usam em relatórios sobre o objeto que ele (na verdade) é⁵⁵. (ANSCOMBE, 1994, p. 24, tradução nossa)

⁵² Em seu artigo: *First, Second and Third Person in the Emergence of Thought*, Miguel Àngel Pères Jimenez a primeira pessoa adota um vocabulário intencional e normativo e a terceira pessoa, além de ter uma perspectiva científica, adota um vocabulário extensional.

⁵³ Expressing this consensus view with a certain necessary roughness, four general points come to the fore: (i) The first person only ever plays second fiddle in Wittgenstein’s work. This is so despite the fact that he evidently thought hard about it throughout his working life, and despite the fact that many of the results of his thought have been highly influential in analytic philosophy of mind and language, even if their provenance often goes unnoticed or unremarked. (ii) What Wittgenstein has to say about the self, its metaphysics and the epistemology associated with it, is directed by and dependent on what he has to say about the first- person pronoun as a linguistic device, a means (putative, at least) of representing the self in language and thought. (iii) When Wittgenstein attends to the first person, he is usually intent on “denigrating” it in some way; for example, showing that it is redundant or eliminable, or that its role is not so significant as philosophers tend to assume. (iv) The key feature of the first-person pronoun for Wittgenstein, what seems most salient to him, is the pretension to “ownership” that particularly marks its explicitly possessive forms: expressions like “my world,” “my language,” “my experience” (in the earlier work); “my arm,” “my body,” “my sensation” (in the later work). GAYNESFORD. Maximilian de. Wittgenstein on “I” and the Self, p. 478. In. Hans-Johann Glock and John Hyman. **A Companion to Wittgenstein**. Malden, USA: Blackwell, 2017.

⁵⁴ Constata-se que os principais artigos escritos publicados sobre o tema da primeira pessoa fazem referência ao artigo citado; dentre os autores, destacam-se Kenny, Child e Myllan Engel; este último escreveu um artigo sobre o artigo de Anscombe.

⁵⁵ In my story we have a specification of a sign as a name, the same for everyone, but used by each only to speak of himself. How does it compare with “I”? -The first thing to note is that our description does not include self-consciousness on the part of the people who use the name “A” as I have described it. They perhaps have no self-

O sinal histórico frisado por Anscombe é a referência “eu” que é por todos usada, enfatizando-se, contudo, que nem todos possuem autoconsciência de si mesmo, ou seja, a definição de si mesmo para ela vai além do sinal que nos autodescreve. Só que na verdade suspeita-se que a questão chave em si não é para Anscombe a da autoconsciência, uma vez que o termo sofreu alteração ao longo do tempo; todavia, o que é levado em conta é a questão do “Eu” em oposição a “A” que é, aparentemente, o *outro* sobre o qual *eu* falo. Isso não significa o abandono da autoconsciência, já que para Anscombe a primeira noção que este sinal fornece como definição explícita é: a consciência de um *eu*. No fundo, ela adota um viés cartesiano; isso faz com que a ideia do *eu* consciente apareça simplificada. Porém, não é tão simples, conforme Anscombe acrescenta: “‘autoconsciência’ não é uma bobagem. É algo real, embora ainda inexplicável, que os usuários “Eu” têm e que faltaria para os usuários “A”, se o uso de “A” fosse uma ferramenta adequada para sua consciência de si mesmo” (Ibid.).

Percebe-se que o problema da primeira pessoa na análise da autoconsciência leva a outra situação; esta consiste na questão da reidentificação, que no fundo dá-se exatamente na problemática da relação do “eu” enquanto sujeito no entendimento do objeto que sou “eu” mesmo; em outras palavras, o “eu” mental em relação ao “eu” enquanto meu corpo, ambos se apresentam distintos. Kenny julga o pensamento de Anscombe confuso, e dentre suas críticas a não menos relevante consiste em que:

não podemos criar uma cunha entre o corpo que expressa uma ideia de ação em primeira pessoa e o corpo que é o assunto da ideia de ação, porque faz parte do sentido de “Eu” que o enunciador e o sujeito devem ser um e o mesmo. Quaisquer circunstâncias que pudéssemos imaginar onde surgisse um divórcio entre os dois, na mesma medida, questionaria o sentido de “Eu” nos pensamentos de “Eu”⁵⁶. (Kenny, 1984, p.87, tradução nossa.)

Pelo modo de abordagem de Kenny, é como se Anscombe tivesse se distanciado de Wittgenstein e abordado o assunto da primeira pessoa do ponto de vista cartesiano, o que significa uma mudança de perspectiva, mas não necessariamente infidelidade a Wittgenstein. Só que, ao contrário do seu mestre (Wittgenstein), que jamais demonstrou postura semelhante, Anscombe demonstra separar o sujeito pensante (mental) do objeto da ação que é o eu

consciousness, though each one knows a lot about the object that he (in fact) is; and has a name, the same as everyone else has, which he uses in reports about the object that he (in fact) is. ANSCOMBE, G. E. M. *The First Person*. 1994.

⁵⁶ We cannot drive a wedge between the body that expresses a first-person idea of action, and the body that is the subject-matter of the idea of action, because it is part of the sense of 'I' that utterer and subject should be one and the same. Any circumstances which we could imagine which would suggest a divorce between the two would to the same extent call in question the sense of the 'I' in the 'I'-thoughts. (Kenny, 1984, p.87).

(corporal). Assim, é importante destacar que, por um lado, ele afirma que a conclusão “aparente” da visão de primeira pessoa de Anscombe é: “Eu sou o pensador destes pensamentos” não é uma proposição genuína, mas “Eu sou este corpo” é uma proposição real que responde a uma questão real. Achei esta conclusão surpreendentemente pouco wittgensteiniana.⁵⁷” (ibid. tradução nossa), e Kenny acrescenta ainda: “(...) quer as objecções que lhe fiz se mantenham ou não, o artigo parece-me ser de grande interesse, um interesse que é independente da questão de saber se marca a conversão da Professora Anscombe de Wittgenstein para Descartes⁵⁸”. (ibid. tradução nossa.). Assim, pode-se inferir que provavelmente o interesse de Anscombe fosse apenas fazer uma reflexão independente dos caminhos propostos por Wittgenstein; apesar disto, é verossímil supor que as suspeitas de Kenny demonstram plausibilidade.

Diante disso, considera-se que o problema mais expressivo da primeira pessoa está ligado à questão do autoconhecimento e da autoconsciência, embora a questão do “eu” e a discussão em torno de sua definição como objeto, sujeito, pronome ou substantivo evidenciem serem indissociáveis da questão da autoconsciência, admitindo-se, contudo, que estes atributos não necessariamente a autodefinem. Do ponto de vista de Child, quando se analisa a questão da primeira pessoa do ponto de vista das *Investigações Filosóficas* (IF), na verdade, o propósito de Wittgenstein é:

oferecer um relato do “jogo de linguagem” de atribuir sensações e atitudes a si mesmo e aos outros que faça justiça aos aspectos de primeira e terceira pessoa do mental, evitando os extremos gêmeos do introspeccionismo cartesiano, por um lado, e do behaviorismo, por outro. Assim, Wittgenstein rejeita a metafísica cartesiana da sensação, na qual as sensações são concebidas como ‘objetos privados’ com condições de identidade puramente introspectiva⁵⁹. (Child, 2012, p.8, tradução nossa).

Observa-se que, segundo os olhares de fora, Child demonstra ser mais um dos que faz justiça à questão da terceira pessoa, já que tanto Anscombe quanto Kenny não levantam uma problematização sobre o tema. No entanto, a exposição de Child sobre a questão do ponto de vista dos jogos de linguagem aparenta certa simplificação, como também aparece na exposição

⁵⁷ 'I am the thinker of these thoughts' is not a genuine proposition, but 'I am this body' is a real proposition which answers a real question. This conclusion I found surprisingly un wittgensteinian. (Ibid.)

⁵⁸ Whether or not the objections which I have made to it stand up, the article seems to me to be of great interest - an interest which is independent of the question whether it marks the conversion of Professor Anscombe from Wittgenstein to Descartes. (Ibid)

⁵⁹ offer an account of the ‘language-game’ of ascribing sensations and attitudes to oneself and others that does justice to both first-person and third-person aspects of the mental, while avoiding the twin extremes of Cartesian introspectionism, on the one hand, and behaviourism, on the other. Thus Wittgenstein rejects the Cartesian metaphysics of sensation, on which sensations are conceived as ‘private objects’ with purely introspective identity conditions. (Child, 2012, p.8,)

de Anscombe, embora, se quisermos aprofundar consideravelmente este estudo devemos admitir que não é bem assim, pois segundo Thornton (2007, p. 168): “é a normatividade do significado linguístico e do conteúdo mental o que torna o acesso da primeira e terceira pessoas filosoficamente enigmáticos”. É mister frisar que embora Thornton apresente um argumento sustentável, ele opta pelo caminho que outros trilharam: interpretar o problema da própria perspectiva, e não necessariamente do ponto de vista de Wittgenstein. Que a normatividade do significado linguístico e do conteúdo mental é um enigma, é um fato. Nas *Investigações Filosóficas* (IF), a questão da primeira pessoa e da autorreferência tratam-se conjuntamente, ou seja, trata-se do mesmo problema nos parágrafos §§ 398 – 411:

Esta sequência de catorze observações lidas com o Eu ou, mais perspicazmente, com aspectos do uso das palavras “eu” e “meu” que geram certos tipos de confusão filosófica. Está ligado à discussão antecedente da imaginação, na medida em que o exemplo com o qual começa o escrutínio do conceito de “sala visual” (“o mundo subjetivo”) é o de imaginar. Isto, contudo, é incidental, pois “a sala visual” é apenas experiência pessoal em geral⁶⁰. (Hacker, 2019, p.273, tradução nossa).

Esta introdução de Hacker, na verdade, é uma análise geral do parágrafo § 298, o qual começa exatamente com o escrutínio da denominada *sala virtual*. Para Wittgenstein: quando me represento algo ou quando vejo realmente objetos, então *tenho* algo que o meu próximo não *tem*, pois para Wittgenstein você quer *olhar* ao redor e dizer: só eu tenho isso. Isto pode sugerir um tipo de solipsismo (solipsismo pós-metafísico da subjetividade). Dessa forma, o filósofo e seu interlocutor admitem o problema do significado linguístico, já que nem o “ver” é ver de fato e o ter é o “possuir” de fato. A partir disso, Wittgenstein admite que: quando você exclui logicamente que um outro tem algo, também perde o sentido dizer que você tem. Percebe-se que a questão aqui desdobra-se ainda apenas na esfera do mental e seus conteúdos. O problema da autorreferência pode ser traduzido como autoconsciência de mim mesmo, como o outro deve ser visto como a terceira pessoa sobre ela mesma.

O segundo ponto deste parágrafo destaca a questão do ter em mente (*meinst*) e é anexo à situação do “quarto visual”. Pelo que se entende, ele pode *ter em mente* o que sinto em meu íntimo, pois o que ele tem em mente pode ser descrito em gestos ou fala. O problema é que a descrição é limitada, de qualquer forma, uma vez que *eu* ou *ele* possuímos no próprio íntimo o quarto visual, tanto *eu* quanto *ele* somos inacessíveis ao conteúdo mental um do outro. Por isso

⁶⁰ This sequence of fourteen remarks deals with the self or, more perspicuously, with aspects of the use of the word ‘I’ and ‘my’ which generate certain kinds of philosophical confusion. It is linked to the antecedent discussion of the imagination in as much as the example with which scrutiny of the concept of ‘the visual room’ (‘the subjective world’) begins is that of imagining. This, however, is incidental, for ‘the visual room’ just is personal experience in general. (Hacker, 2019, p.273).

o “quarto visual” é uma metáfora, pois logicamente é um quarto inexistente, embora possa receber a característica de mundo subjetivo, visto que mesmo que seja imaginado não é pragmaticamente acessível nem a mim nem ao outro. Neste contexto, a *linguagem privada* encontrar-se-ia privada dentro da fronteira que delimita o “eu” de “ele”. Nesta perspectiva, o problema da descrição da *linguagem privada* se encontra tanto no significado linguístico quanto no conteúdo mental de Thornton.

Pode-se imaginar que a construção do “quarto visual” seja a construção de uma forma de *linguagem privada*. Wittgenstein descreve que: “poderia dizer que o possuidor do “quarto visual” deveria ser, essencialmente, igual a ele; mas nem o possuidor se encontra nele, nem há um possuidor fora dele”. O que Wittgenstein vai descrever nos parágrafos seguintes (§§ 400 e 401) é que, na suposição de que o inventor de tal “quarto visual” tenha adquirido um novo modo de falar, de fazer comparação e até mesmo nova sensação, tudo isso se interpreta como uma nova concepção, ou seja, com a visão de um novo objeto. Entretanto, mesmo com o movimento “gramatical” na nova concepção, tais novidades introspectivas não se encontram livres de objeções. Neste caso, nossa língua usual é supostamente incontestável, já que é convencionalmente aceita e pragmaticamente favorece o entendimento mútuo.

Por outro lado, a possível *linguagem privada* nesta ótica não receberia o mesmo tratamento na ação descritiva das novas concepções. Uma crítica que Thornton (2007, p. 169) dirige a Wittgenstein sobre o acesso à primeira pessoa dá-se pela ocorrência de que “(...) ao invés de uma explicação mecanicista, Wittgenstein fornece simplesmente uma tese descritivista”. Esta afirmação faz sentido, pois além das menções a William James o recurso da descrição fez-se constante ao longo das *Investigações Filosóficas* (IF); o filósofo também não admite intermediários; talvez esta seja a razão das suas críticas diretas a algumas correntes filosóficas §402⁶¹. Quando se analisa perspicuamente, chega-se a inferir que nem mesmo o descritivismo de Wittgenstein é autossuficiente, o que os leva a sugerir a ótica dos jogos de linguagem, opção de Child.

Os parágrafos §§403 – 408 dão tratamento especial à questão do *uso* reivindicativo da expressão *eu tenho dores*. Segundo Wittgenstein, alguns fatores podem ser apresentados;

⁶¹ Pois quando o idealista nos diz que os objetos materiais são na verdade apenas coleções de ideias, ele não quer dizer que não nos machucaremos se raspamos as canelas numa mesa; e quando o solipsista do momento presente argumenta que apenas o presente é real, ele não quer dizer que não tomou café da manhã esta manhã. Em vez disso, interpretam mal o que estão a fazer, confundem diferentes formas de representação e pensam que alcançaram uma compreensão da verdadeira natureza das coisas. Confusão semelhante é evidente naqueles realistas que, na verdade, defendem a nossa forma normal de expressão contra o idealismo e o solipsismo, mas o fazem afirmando fatos que todos conhecemos, como o Dr. Johnson fez ao “refutar” Berkeley chutando uma pedra, ou (menos cruamente) G. E. Moore fez ao “provar a existência do mundo externo” ao demonstrar que ele tinha duas mãos. (Hacker, 2019, p.254, tradução nossa).

primeiro, afirma-se que o outro (terceira pessoa) pode sentir a dor que eu chamo de minha, ou seja, ele usa o nome de uma sensação que eu denominei, e isso não seria injustiça; segundo, a expressão *tenho dores* quer chamar a atenção alheia para mim; terceiro, existe o problema da diferença entre *eu* e o *outro*, pois uma coisa é a expressão e a outra é quem possui a dor de fato; quarto, o gemido demonstra ser mais forte que a descrição *eu tenho dores*; quinto, todos os fatores podem ser significativos. Realmente, o uso linguístico da expressão da primeira e da terceira pessoas sugere certo subjetivismo, embora Wittgenstein não seja subjetivista. Portanto, uma análise consistente:

(...) argumenta que: a motivação para inserir interpretações nesse caso de terceira pessoa é o pensamento de que as explicações do significado nunca podem conter o total do significado, e o comportamento nunca pode conter o comportamento total de alguém. A explicação não pode conter a totalidade do uso correto de uma palavra porque o uso está aberto. (Thornton, 2007, p.172)

Olhando por este prisma, o problema do solipsista apresentado no parágrafo §409 é que, como Wittgenstein reconhece, a dor dos outros não serve como autorreferência para o “eu” em questão se a questão da “força lógica” for considerada. Entende – se que noutro contexto de *uso* Wittgenstein poderia admitir tal forma, a saber: quando se defende os direitos humanos levamos em conta princípios éticos norteados por crenças cristãs, por exemplo: não agredir o inocente, pois à medida em que o submeto à agressão estou, do ponto de vista da compaixão, “agredindo a mim mesmo”: aqui, o outro sou eu. Neste caso, a inserção da interpretação faz-se mister, como pontua Thornton, tendo em vista que o uso não se limita à explicação. De certa forma, o jogo e o uso para Wittgenstein sobressaem sobre qualquer possibilidade. Tudo isto se dá porque não posso atribuir às dores alheias, de terceiros, as perspectivas subjetivistas que se exprimem no fato de que são minhas dores, no contexto do jogo em questão.

Portanto, muitos fatores podem ser levados em consideração, mas em termos gerais o ponto que se ressalta diante do exposto nesta discussão trata – se de que o problema da primeira pessoa e da terceira pessoas referem-se- a um mesmo problema: o acesso. São pessoas inacessíveis em totalidade. Toda a análise em questão tem como substrato o fundamento (*grund*) da *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas* (IF). Wittgenstein deixa claro que a *linguagem privada* não existe; entretanto, observa-se que Wittgenstein refuta tais hipóteses de linguagem precisamente no coração de suas análises das *sensações*, *exatamente* nos excertos sobre a *linguagem privada*. Isso leva-nos a concluir que se Wittgenstein admitisse o acesso da primeira pessoa pela perspectiva da terceira, estaria entrando em contradição.

Este capítulo se distingue do anterior e do seguinte pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os limites da *linguagem privada* e do significado linguístico, desafios centrais que Wittgenstein articula em sua refutação à concepção de *linguagem privada*. Diante das análises expostas sobre os temas contíguos, este capítulo sugere um enigma em torno da normatividade e da autorreferência, levando à constatação de que as conclusões convencionais de Wittgenstein apresentam lacunas interpretativas. Tais desafios não apenas evidenciam a insuficiência das explicações descritivas, mas também ressaltam a complexidade do acesso ao significado e ao conteúdo mental, reforçando o caráter enigmático do sujeito solipsista.

Nesse contexto, o Capítulo 3 surge como uma continuidade lógica, explorando como Kripke, a partir de uma abordagem metodológica própria, busca enfrentar as limitações identificadas nos capítulos antecedentes. Kripke se insere como interlocutor crítico, oferecendo uma perspectiva cética que não apenas dialoga com Wittgenstein, mas também tensiona seus pressupostos sobre a linguagem e a regra. A necessidade de discutir Kripke decorre precisamente da busca por uma alternativa à compreensão convencional, que, ao confrontar os paradoxos apresentados por Wittgenstein, abre caminho para uma interpretação mais robusta das relações entre normatividade, significado e comunidade. Assim, a transição entre os capítulos nesta dissertação, evidencia que os desafios da linguagem privada não podem ser plenamente resolvidos sem uma análise rigorosa do paradoxo do cético, articulado por Kripke como ponto central de sua abordagem.

Cap. 3 – O PARADOXO DO CÉTICO DE WITTGENSTEIN ENUNCIADO POR KRIPKE

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo examinar a relação entre Kripke e Wittgenstein, com ênfase na interpretação que Kripke faz do argumento da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas*. A análise busca compreender como Kripke se distancia das leituras convencionais de Wittgenstein, propondo uma abordagem metodológica própria para enfrentar o paradoxo do cético. Ao longo da discussão, serão exploradas as principais trilhas argumentativas de Kripke, incluindo sua busca pela normatividade, pelo significado e pela regra como elementos centrais para a linguagem. A partir disso, pretende-se demonstrar como Kripke chega ao conceito de comunidade como condição essencial para a existência da linguagem, reforçando, ainda que por caminhos distintos, a tese defendida por Wittgenstein sobre a centralidade da interação

comunitária. Este capítulo não apenas apresenta as nuances da interpretação de Kripke, mas também esclarece como seus esforços culminam em um ponto de convergência com Wittgenstein: a impossibilidade de uma linguagem privada e a necessidade de critérios públicos para a comunicação e o significado.

3.1 WITTGENSTEIN DE KRIPKE.

Para compreender o paradoxo do cético de Wittgenstein enunciado por Kripke, é mister levar em conta o principal fator: a forma da interpretação de Kripke. Conforme Thornton (2007, p. 114): “a interpretação que Kripke faz de Wittgenstein é explicitamente cética”. Entretanto, o próprio Kripke não deixa explícito diretamente que Wittgenstein é um cético de fato, mas sinaliza que seu objetivo precípuo consiste sobretudo em fugir das *interpretações convencionais*. Neste caso, a interpretação cética emerge supostamente como uma metodologia interpretativa mais apropriada na concepção de Kripke, cujo propósito incide principalmente em apresentar o “conjunto de argumentos e problemas” que ele tirou das leituras de Wittgenstein acerca dos argumentos referentes à temática da *linguagem privada*.

Por *interpretações convencionais*, pode-se dizer que se trata das interpretações comuns nas quais os intérpretes wittgensteinianos, em geral, (conforme já mencionado) defendem que o argumento da *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas* começa a partir do parágrafo §243 e seguintes. Além do mais, geralmente os intérpretes não renunciam aos elementos utilizados por Wittgenstein nos argumentos sobre a *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas*, tais como: a linguagem das sensações, definição ostensiva, privacidade e outros. Por outro lado, Kripke adota um posicionamento supostamente radical em relação às interpretações *convencionais*, uma vez que ele questiona sobretudo a delimitação do *argumento da linguagem privada* na obra em questão, frisando que o parágrafo §202 trata de uma declaração explícita de tal argumento; conforme seu ponto de vista: “eu não acho que Wittgenstein aqui pensou consigo mesmo, antecipando um argumento que ele estava dando detalhes mais tarde⁶²”. (Kripke, 1982, p. 3, tradução nossa).

Isso sugere que, na interpretação de Kripke, os parágrafos seguintes ao §243 são apenas “acréscimos de detalhes” ao que ele considera como os verdadeiros argumentos: os parágrafos sobre o seguimento de regras. Dessa forma, assim como o próprio Wittgenstein sugere no

⁶² I do not think that Wittgenstein here thought of himself as anticipating as argument he was to give in greater detail later. (Kripke, 1982, p. 3).

prefácio das *Investigações Filosóficas* que tal obra seja lida à luz do *Tractatus*, Kripke sugere que os parágrafos que consensualmente compõem os argumentos da *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas* sejam lidos à luz dos parágrafos sobre o *seguimento de regras*.

Além disso, o cético de Wittgenstein na reformulação de Kripke, tal como é apresentado, aparenta não querer mostrar resultados distintos do que o próprio Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* sobre a *linguagem privada* chegou – a linguagem privada não existe; em outras palavras, o texto chega a nos sugerir a ideia de que Kripke tem a intenção de chegar ao mesmo lugar que Wittgenstein, apenas seguindo uma via metodológica diferente. Diante disso, comentadores como o próprio Thornton acentuam que o paradoxo do cético de Wittgenstein enunciado por Kripke ganha reforço com a leitura do parágrafo § 201 das *Investigações Filosóficas*. Entretanto, pelo que se constata, não se trata de um “reforço”, mas de um ponto de partida de Kripke, visto que tanto o título do seu livro *Wittgenstein sobre regras e linguagem privada* quanto o conteúdo deixam explícitos que pretendem um caminho próprio para chegar a um destino comum: as conclusões sobre a linguagem privada. Para constatar, ele destaca em sua interpretação o seguinte:

No §20I, Wittgenstein diz: “este era o nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, porque todo curso de ação pode ser concebido de acordo com a regra”. Nesta seção do presente ensaio, à minha maneira, tentarei desenvolver o “paradoxo” em questão. O 'paradoxo' é talvez o problema central das *Investigações Filosóficas*. Mesmo alguém que conteste as conclusões relativas à “linguagem privada” e às filosofias da mente, da matemática e da lógica que Wittgenstein extrai do seu problema poderá muito bem considerar o próprio problema como uma importante contribuição para a filosofia. Talvez seja considerado uma nova forma de ceticismo⁶³. (Kripke, 1982, p. 7, tradução nossa).

Na afirmação de Kripke, três pressupostos são destacados, a saber: a) o paradoxo como um possível problema central das *Investigações Filosóficas*; b) o problema como um possível contributo para a filosofia; c) o problema como uma possível hipótese de novo ceticismo. Diante disso, faz-se necessário destacar algumas observações acerca do exposto. Sobre o primeiro pressuposto, Kripke demonstra total razão, uma vez que Wittgenstein, ao longo das *Investigações Filosóficas*, geralmente oferece caminhos alternativos nos seus diálogos discursivos com o interlocutor fictício, embora demonstre atitude firme e inegociável nas suas

⁶³ In §20I Wittgenstein says, "this was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to accord with the rule." In this section of the present essay, in my own way I will attempt to develop the 'paradox' in question. The 'paradox' is perhaps the central problem of *Philosophical Investigations*. Even someone who disputes the conclusions regarding 'private language', and the philosophies of mind, mathematics, and logic, that Wittgenstein draws from his problem, might well regard the problem itself as an important contribution to philosophy. It may be regarded as a new form of philosophical scepticism. (Kripke, 1982, p. 7).

conclusões sobre os argumentos em torno da *linguagem privada*; sobre o segundo ponto, nada obsta que o problema seja um contributo essencial para a filosofia, uma vez que o paradoxo do cético que neste caso é Wittgenstein numa versão de Kripke leva os argumentos até às últimas consequências; e por fim, no terceiro pressuposto Kripke demonstra apenas destacar a questão como um novo ceticismo, embora ao longo da sua obra o ceticismo de Wittgenstein apresentasse como um fio condutor de toda a discussão de Kripke rumo às conclusões céticas.

Evidentemente, alguns pontos preliminares podem ser criticados na interpretação Kripkiana de Wittgenstein, por exemplo; de um modo geral, não é claro nem consenso que Wittgenstein entra na questão da matemática nem da lógica nas *Investigações Filosóficas*, mesmo que a perícopie que compõe o argumento da *linguagem privada*, na intenção precípua de Wittgenstein, era para incluir discussões sobre a matemática. Entretanto, deve observar-se as considerações preliminares de Kripke, conforme ele argumenta: “não é por acaso que essencialmente o mesmo material básico sobre regras está incluído tanto nas *Investigações Filosóficas* quanto nas *Observações sobre os Fundamentos da Matemática*⁶⁴” (Kripke, (1982, p. 6, tradução nossa)”; de alguma forma, Kripke já era ciente de eventuais críticas, conforme ele sugere: “provavelmente, muitas das minhas formulações e reformulações do argumento são feitas de uma maneira que o próprio Wittgenstein não aprovaria⁶⁵, (Kripke, (1982, p. 6, tradução nossa)”. Além disso, Kripke deixa claro que o propósito do seu trabalho não consiste em expor nem o argumento de Wittgenstein nem o de Kripke, mas tal propósito incide em apresentar como o argumento de Wittgenstein o atingiu.

De algum modo, pode-se sublinhar uma característica comum entre Wittgenstein e Kripke: a tentativa de originalidade. Se por um lado Wittgenstein tenta dar uma resposta a uma tradição filosófica da linguagem na qual ele desmistifica o problema da privacidade como um ato de negação da possibilidade da linguagem privada, por outro Kripke empreende uma fastidiosa tentativa de mostrar uma interpretação *singular* acerca da proposta wittgensteiniana sobre a *linguagem privada* que o distingue sobretudo por percorrer caminhos metodológicos não trilhado por Wittgenstein. Apresentar o problema cético dentro do escopo do paradoxo de Wittgenstein pelo exemplo matemático, é sem dúvida, uma inovação dentro da tradição interpretativa de Wittgenstein e que nos parece ser irreduzível, pelo menos na dimensão de seu horizonte teleológico, ao mesmo percurso trilhado por outros intérpretes wittgensteinianos.

⁶⁴ It is no accident that essentially the same basic material on rules is included in both *Philosophical Investigations* and in *Remarks on the Foundations of Mathematics*. (Kripke, 1982, p. 4)

⁶⁵ Probably many of my formulations and recastings of the argument are done in a way Wittgenstein would not himself approve. (Kripke, 1982, p. 6).

Todavia, é importante observar que no fundo Kripke não quer ganhar o *status* de um intérprete ao lado dos demais, mas possivelmente de um “reformulador” que apresenta Wittgenstein num outro formato que não é nem Wittgenstein nem Kripke, e sim as consequências ou os efeitos filosóficos de Wittgenstein nele, Kripke. Não se trata de apresentar tais efeitos filosóficos estranhos ou consequências conclusivas distintas dos demais e do próprio Wittgenstein, mas para Kripke, com certo senso de consequência, de fundamentação e causalidade, conforme ele define:

Seguindo Wittgenstein, desenvolverei o problema inicialmente em relação a um exemplo matemático, embora o problema cético relevante se aplique a todos os usos significativos da linguagem. Eu, como quase todos os falantes de inglês, uso a palavra 'mais' e o símbolo “+” para denotar uma função matemática bem conhecida, a adição. A função é definida para todos os pares de inteiros positivos. Por meio da minha representação simbólica externa e da minha representação mental interna, eu “apreendo” a regra da adição. Um ponto é crucial para a minha “compreensão” desta regra. Embora eu mesmo tenha calculado infinitamente muitas somas no passado, a regra determina a minha resposta para muitas somas indefinidas que nunca considerei anteriormente⁶⁶. (Kripke, 1982, p. 7, tradução nossa).

Se, até certo ponto, Kripke tentar reconstruir o que ele denomina de “novo ceticismo” em Wittgenstein pela via do exemplo matemático aparenta certa estranheza, é preciso levar em conta que, como ele afirma – o problema cético relevante se aplica a todos os usos significativos da linguagem, na perspectiva da matemática-, o resultado da soma ou a subtração dependem dos fatores de igualdade que antecedem a equação; mas a linguagem não é matemática, e dessa forma Kripke opta pela adição numa perspectiva simbólica de significado temporal. Neste caso, o dilema do cético está na escolha entre o significado do passado em relação à interpretação de um significado futuro. Para Wittgenstein, em § 203: “a linguagem é um labirinto de caminhos. Você vem de um lado e conhece seu lado; você vem de outro lado para o mesmo lugar e não sabe mais sobre si mesmo”; deste modo, pode-se supor que o cético wittgensteiniano enunciado por Kripke percorre, assim como o Wittgenstein de fato, caminhos de incertezas nos quais talvez o maior desafio, tal como o fio de Ariadne que desfia o percurso envenenado do labirinto da linguagem, consiste sobretudo na desmistificação ou elucidação da natureza da linguagem na conjuntura das regras.

⁶⁶ Following Wittgenstein, I will develop the problem initially with respect to a mathematical example, though the relevant sceptical problem applies to all meaningful uses of language. I, like almost all English speakers, use the word 'plus' and the symbol '+' to denote a well-known mathematical function, addition. The function is defined for all pairs of positive integers. By means of my external symbolic representation and my internal mental representation, I 'grasp' the rule for addition. One point is crucial to my 'grasp' of this rule. Although I myself have computed only finitely many sums in the past, the rule determines my answer for indefinitely many new sums that I have never previously considered. (Kripke, 1982, p. 7).

É importante pontuar que Kripke admite que sua compreensão de regra para o caractere de adição dá-se mediante a sua representação simbólica externa e representação mental interna, e esta representação tanto interna quanto externa são cruciais para ele. No entanto, Wittgenstein no parágrafo §202 argumenta que seguir uma regra é uma prática, mas crer segui-la não é segui-la, pois ninguém pode seguir uma regra privadamente. Neste caso, duas coisas precisam se distinguir: conhecer e crer. O que é crucial para o conhecimento de regra de Kripke não parece ser a mesma coisa para Wittgenstein, pois este anula os pressupostos internos como requisitos de verdades e consequência de regra; a crença pressupõe ser (ser ou ter um requisito), porém Wittgenstein não demonstra ou dispensa o conteúdo epistêmico. O cético de Wittgenstein apresentado por Kripke demonstra a pretensão de superar o próprio Wittgenstein, uma vez que não renuncia à privacidade nem como conteúdo privado nem epistêmico, ao modo de Wittgenstein. Mas por outro lado, observa-se que: “Kripke nega a factualidade do processo de seguir uma regra, e assim do conteúdo linguístico, e oferece em vez disso uma explicação projetivista de uma versão substituta da normatividade”. (Thornton, 2007, p. 118).

Além disso, é importante frisar ainda que a interpretação cética de Kripke sobre Wittgenstein demonstra superar duas tendências sobre as interpretações acerca do ceticismo em Wittgenstein, a saber: a primeira consiste na forma de ler as *Investigações Filosóficas* à luz do *Tractatus*, enquanto a segunda, não muito diferente, tenta mostrar pontos contínuos e descontínuos entre o primeiro e o segundo Wittgenstein. Para explicitar:

Dois preconceitos comuns sobre a relação entre o trabalho posterior e anterior de Wittgenstein precisam ser abandonados no início. Primeiro, o que não é mais amplamente difundido, é que, embora no *Tractatus* Wittgenstein, em comum com Frege e a maioria dos filósofos subsequentes da linguagem, tomou as noções de referência e verdade como cruciais para explicar a noção de significado, nas *Investigações* ele abandonou seu antigo interesse em referência e verdade, propondo, em vez disso, explicar a noção de significado em termo de uma variedade de tipos de interação social agrupados sob o rótulo. Segundo, bastante mais comum no momento, é que, enquanto Wittgenstein manteve nas *Investigações* seu interesse anterior pela verdade, ele abandonou uma concepção “realista” da verdade em favor de uma “antirrealista” enquadrada em termos de assertividade justificada⁶⁷. (HARRISON, 1989, p. 37).

⁶⁷ Two common preconceptions about the relationship between the later and the earlier work of Wittgenstein need to be abandoned at the outset. The first, which is no longer widely held, is that while in the *Tractatus* Wittgenstein, in common with Frege and most subsequent philosophers of language, took the notions of reference and truth to be crucial in explicating the notion of meaning, in the *Investigations* he abandoned his former interest in reference and truth, proposing instead to explicate the notion of meaning in terms of a variety of types of social interaction bundled together under the label use. The second, rather more common at present, is that while Wittgenstein retained in the *Investigations* his earlier interest in truth he abandoned a "realistic" conception of truth in favour of an "anti-realistic" one framed in terms of warranted assertibility. (HARRISON, 1989, p. 37).

Observa-se que a leitura de Kripke sobre Wittgenstein não demonstra seguir uma tendência nem outra, uma vez que Kripke reformula o objeto da interpretação, no caso de Wittgenstein, cujo objetivo não mostra nem a filosofia do interpretado nem a sua e nem segue o caminho da linha interpretativa convencional. Convém destacar duas características similares nas suas obras, pelo menos referentes à sua interpretação de Wittgenstein: a presença de um interlocutor, assim como a forma *Reductio ad infinitum* da argumentação. Não é tão fácil afirmar que o novo Wittgenstein de alguma forma tenha renunciado ao compromisso com a verdade e a referência factual que a determina; possivelmente, o cético wittgensteiniano enunciado por Kripke renunciou a uma concepção realista considerada problemática, e de alguma forma caiu num “labirinto” de alternativas linguísticas cuja alternativa terminal que lhe restou foi nenhuma outra senão a opção pelo conteúdo mental, em detrimento do conteúdo mental.

Portanto, a explanação do cético de Wittgenstein enunciado por Kripke dentro do paradoxo Wittgensteiniano é exposta com certa recorrência em comparação com o ceticismo clássico apresentado por Hume, cujo pressuposto principal consiste na conclusão de que não temos certeza de nada, decerto nossas próprias percepções. Por outro lado, as considerações kripkianas sobre a *linguagem privada* expostas por Wittgenstein -que o próprio Kripke denomina de “conclusão cética”, ao invés de resolução cética-, parecem apenas demonstrar que a exposição humeana é mais acentuada, ou seja, é um ceticismo mais radical. Esta explanação é simplesmente a título de introdução, visto que toda a problemática do paradoxo do cético de Wittgenstein se desdobra a partir do tópico a seguir, cujas razões suponhamos que já foram expostas, embora as discussões e exposições das teses comecem agora.

3.2 SEGUIMENTO DE REGRAS

Utilizando-se do exemplo matemático para discorrer sobre a questão de regra e de significado, Kripke parte de dois pressupostos para a compreensão de regra, conforme destacado no tópico anterior: a representação simbólica externa e a representação mental interna. Evidentemente, tal compreensão para ele dá-se pela apreensão do caractere inglês *plus* (mais), caractere este que se pode chamar de metalinguístico, assim como o símbolo matemático representado pelo sinal de adição “+”, cujo resultado de soma será representado por um caractere aritmético. Isto significa que ambos resultam na soma de resultados, ou seja, o significado de adição. Conforme o ponto de vista de Kripke, é improvável que na dinâmica

de qualquer aprendizagem não se faça uso do pressuposto da representação simbólica mental à qual, algumas vezes, ele recorre adiante nas suas argumentações com o cético.

Diante disso, é importante salientar que a privacidade epistêmica das *Investigações Filosóficas* é mantida por Kripke em sua formulação das teses céticas wittgensteinianas em torno do paradoxo que leva à conclusão cética sobre a *linguagem privada*. Por um lado, observa-se que o cético de Wittgenstein enunciado por Kripke aparenta ir um pouco além do que o próprio Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* §202, pois se aprender *adicionar* é entender uma regra, isso significa que o pressuposto da representação mental interna é mais importante para Kripke que para Wittgenstein, embora Kripke não admita que esteja apresentando uma filosofia própria; fica notório que o estado mental interno possui um lugar de destaque, aparentemente mais no Wittgenstein formulado por Kripke que no Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*. Todavia, esta não é a discussão precípua no momento, mas é importante assinalar que, se o cético de Wittgenstein enunciado por Kripke der importância à representação simbólica externa na mesma proporção que à representação mental interna, significa que a interdição de Wittgenstein das *Investigações* sobre o seguimento de regras - aquela que enuncia que não se pode seguir a regra internamente, em §202- pode ter sido de alguma forma superada na formulação de Kripke.

Entretanto, isso não significa em nenhuma hipótese que as conclusões ou resoluções de Kripke cheguem a resultados distintos de Wittgenstein. O que se pretende destacar é a forma de abordagem; ainda que em Kripke tenha dado ênfase à questão da privacidade epistêmica, nem ele nem Wittgenstein demonstram estarem de alguma forma plenamente cientes disso, ou de forma proposital optaram por explorar apenas partes que lhes convinham na questão da *linguagem privada*.

De forma que, dentro dos pressupostos de compreensão de regra no exemplo matemático adotado, Kripke afirma: “minhas intenções passadas em relação à adição determinam uma resposta única para indefinidamente muitos novos casos no futuro⁶⁸”. (Kripke, 1982, p.8, tradução nossa). A resposta única em questão pode ser definida como o significado do sinal de adição, cuja função consistirá simplesmente em somar, e isto é uma regra apreendida, já que parece inviável uma regra sem aprendizado na pauta em questão. O cético de Wittgenstein enunciado por Kripke usa os números “68+57”, cujo resultado do ponto de vista comum resulta em 125, e este resultado no presente demonstra-se, pelo critério da razoabilidade, ser o mesmo no futuro. Mas partindo da regra de adição, regra precípua

⁶⁸ My past intentions regarding addition determine a unique answer for indefinitely many new cases in the future. (Kripke, 1982, p.8)

apreendida no passado, mas usada com números diferentes, poderia usar-se no presente com outros números, por exemplo “7 + 9”, cujo resultado seria 16. É importante frisar que a soma de “68+57” no exemplo em questão surge como novo pressuposto, preservando-se neste caso as “intenções passadas” do calculista, cuja finalidade é a resposta significativa única da situação: a regra de adição mediante seus signos metalinguísticos e aritméticos.

Neste ponto, observa-se que existe o que Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* chama em § 473 de “dever lógico”; isso nada mais pode ser senão uma regra fixa, consistente; todavia não se pode denominar de regra nata, uma vez que se parte do critério de aprendizado, pois como afirma Kripke, tanto do ponto de vista *aritmético* quanto *metalinguístico* a resposta 125 é correta, visto que é decorrência da soma de “68+57”. Percebe-se que dois questionamentos parecem necessários; o significado de *plus* é uma regra, assim como o resultado de “68+57” ser 125 ou “7 + 9” igual a 16? Pela via do dever lógico ou do senso comum, ambas as respostas estão corretas. Estas são as conclusões de Kripke, contudo devidamente questionadas pela intervenção do cético, pois na visão deste ambos os sentidos não possuem a mesma relevância na questão; sobretudo a questão da metalinguística deve ser reconsiderada.

O motivo pelo qual o problema da regra parece consistir em forma acentuada na questão metalinguística e não na questão aritmética aparece pela intervenção do “cético bizarro” (Kripke, 1982, p.8, *ibid.*). Este cético em princípio não demonstra que está preocupado com o significado do significante matemático de adição *plus* “+”, e sim com o resultado, pois sugere que ao invés de 125 como resultado da soma de “68+57” tal resultado pode ser 5. O problema do “cético bizarro” é que ele rompe com o que se pode denominar de ponto de vista comum da noção de regra de adição, pois se o seu interlocutor usa dos elementos internos e externos como pressupostos de conhecimento de regra, o “cético bizarro” usa do mesmo recurso para ignorar a concepção comum de regra no quesito metalinguístico.

O cético em questão argui que o resultado de uma regra passada pode não servir para resoluções futuras, como no caso da soma “68+57” partindo da premissa da “autoinstrução”; neste caso, a questão de “uso” e “contexto” defendidos por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* não manteria a primazia no critério de regra como *práxis*. Então, o cético sugere um novo cenário no qual as peças do “jogo de xadrez” em questão receberão novas denominações conforme o cenário montado, por exemplo: partindo da hipótese de que exista outra regra chamada *quaddition*: a função quadding é simbolizada por “ \oplus ” e a regra é definida da seguinte forma: $X \oplus Y = X + Y$, se $X, Y < 57 = 5$ caso contrário (Kripke, 1982, p. 9). Neste cenário, tanto o caráter metalinguístico quanto o aritmético entram em jogo.

Para o cético, diante da dúvida sobre eventual erro no resultado de “68+57”, deve-se levar em conta que era usada a regra de *quadição* ao invés da *adição*, pois a resposta sempre foi *quum* e não *adição*. Nessa situação, o que Wittgenstein chamou de “dever lógico” nas *Investigações Filosóficas* para o “cético bizarro” com o qual Kripke discute em sua obra *Wittgenstein; sobre regras e linguagem privada* nada pode ser senão o vício do senso comum, que insiste em usar os sinais invertidos. Se sua hipótese pode ser questionada, disso o cético é ciente, mas é favorável a que sobre qualquer questionamento exista fato passado que o fundamente. E Kripke concorda com isso.

É importante pontuar um desafio que demonstra ser um obstáculo ao intérprete que analisa tal discussão: como apresentar o paradoxo wittgensteiniano enunciado por Kripke a partir do cético de Wittgenstein atendo-se somente aos efeitos deste sobre Kripke, sem que semelhante operação incorra na expectativa de buscar excessos e omissões na visão de Kripke. Porque aparentemente o “frenesi insano” (Kripke, 1982, p. 10) pode não ser só um dispositivo dramático, mas um evento real ou uma confusão mental, uma vez que tal frenesi insano se supõe inseparável da concepção de uso interior.

Neste caso, pode-se construir um cenário no qual uma determinada pessoa em plena saúde mental sofra um acidente e fique por uns meses em coma; suponha-se que, após 1 ano e 8 meses em coma, essa pessoa desperte com plena saúde mental e memória do seu passado. Entretanto, ao despertar essa pessoa encontra um mundo totalmente diferente, no qual os significados das coisas mudaram, inclusive o resultado dos números na regra de *adição*. À luz do paradoxo de Wittgenstein pela análise de Kripke, teria a humanidade ficado insana ou essa pessoa é a insana sob este cenário? Parece que sob a influência de uma “ausência” momentânea a pessoa em questão pode entrar em conflito com seus significados linguísticos de regras anteriores (Kripke, 1982, p. 10), mas não se sabe ainda até onde paira tal conflito.

Percebe-se que ocorre uma incansável busca pela verdade na qual o que se evita é, sobretudo, incorrer na subjetividade ou relativizar a regra, já que não pode o interlocutor ter uma verdade nem o cético outra verdade; se assim fosse, seriam duas regras sobre o mesmo aspecto recortado, sempre a depender do ponto de vista dos espectadores. Kripke admite uma necessidade de acordo com o cético denominada “regras de base” (Kripke, 1982, p. 11-12), que não é nada mais que uma linguagem comum na qual um compreende outro e se faz ser compreendido. Resta saber se tal linguagem é possível. Mas de alguma forma urge o que se pode chamar de necessidade de normatividade. Fica evidente que a normatividade se faz mister precipuamente para a objetividade da discussão, pois se o *frenesi insano* surge como uma

quebra de paradigma, o mesmo deve elucidar a contraproposta; no caso, esta consiste em descartar hipóteses e apresentar propostas plausíveis e objetivas.

A fraqueza do argumento cético do ponto de vista de Kripke (1982, p. 13) encontra-se, aparentemente, na dificuldade de verificação dos fatos, uma vez que nem no âmbito interno (mental) nem no âmbito externo (comportamento) consegue-se definir se o que foi dito no passado “era aquilo ao invés disso”, ou seja, *plus* em vez de *quus*. O problema pontuado por Kripke assinala que, se não existe fato sobre o passado, conseqüentemente não pode haver sobre o futuro. Então, a questão sobre intenção e significado demonstra de certa forma apresentar respostas insolúveis dentro da perspectiva do paradoxo wittgensteiniano. A alternativa elucidativa sobre intenção e significado faz-se mister exatamente pela necessidade de normatividade que até então não demonstrara ser um caminho apresentado por Kripke nem pelo cético no diálogo, cuja função consistiria em sanar dúvidas sobre fatos passados em relação a fatos futuros.

Ainda sobre a fraqueza do argumento cético, convém que se trata de uma formulação ou reformulação dos argumentos wittgensteinianos por Kripke, reformulação esta através da qual ele justifica que tal argumento é apresentado a partir do interior (Kripke, 1982, p. 15); devido a este motivo, acaba por demonstrar suas limitações, uma vez que não é behaviorista e o conteúdo interno em questão é inacessível. Diante disso, observa-se que a atribuição de *plus* em somar e *quus* seja algo equivalente, mas *plus* é uma regra aprendida, enquanto *quus* seria um aprendizado ou engano? assim, eu poderia estar usando *quus* pensando que fosse *plus*? Não é fácil definir onde fica a certeza de fato nesta questão. Kripke salienta:

Dizer que há uma regra geral em minha mente me diz como adicionar no futuro é apenas jogar o problema de volta para outras regras que também parecem ser dadas apenas em termos de um número finito de casos. O que pode haver na minha mente que eu faça uso quando agir no futuro? Parece que toda a ideia de significado desaparece⁶⁹. (Kripke, 1982, p. 22, tradução nossa).

Percebe-se que Kripke pontua um problema do conteúdo interno/mental na perspectiva do cético. Pois, se por um lado a garantia dos significados atuais (Kripke, 1982, p. 21) apresentavam-se como evidências comprobatórias de fatos passados, agora no paradoxo de Wittgenstein como é apresentado pelo cético na perspectiva interna retira-se esta hipótese, ou seja, a “escada deve ser chutada para longe”. Neste caso, o que seria regra geral torna-se

⁶⁹ To say that there is a general rule in my mind that tells me how to add in the future is only to throw the problem back on to other rules that also seem to be given only in terms of finitely many cases. What can there be in my mind that I make use of when I act in the future? It seems that the entire idea of meaning vanishes into thin air. (Kripke, 1982, p. 22).

existencial na perspectiva da ficção. A resposta de Kripke ao cético consiste na seguinte hipótese:

Se meu cérebro tivesse sido recheado com matéria extra suficiente para agarrar números grandes o suficiente, e se tivesse capacidade suficiente para realizar uma adição tão grande, e se minha vida (em um estado saudável) fosse prolongada o suficiente para realizar uma adição tão grande, então, dado um problema de adição envolvendo dois grandes números, M e N , eu responderia com sua soma, e não com o resultado de acordo com alguma regra semelhante a *quus*⁷⁰. (Kripke, 1982, p. 27, tradução nossa).

Entretanto, esta hipótese para Kripke encontra-se apenas no campo ficcional, apesar do mesmo demonstrar certa “ironia” para dizer o quanto o argumento do cético é problemático. O que se pode inferir a partir da discussão de Kripke e o cético insano é que o problema da regra não está na grandeza do número, visto que é dessa forma que Kripke tenta contrapor o argumento do cético, mas na questão do significado em espectro temporal sob a análise do fato passado em relação ao futuro; o paradoxo do cético de Wittgenstein enunciado por Kripke aparenta mostrar mais obstáculo que alternativas para o que se pode definir como normatividade do seguimento de regras neste caso.

Desse modo, o significado e a intenção sobretudo demonstram serem basilares na concepção de regra e objetividade do ato, mas o argumento de cético descarta a existência de fato objetivo na perspectiva do paradoxo em questão. Diante disso, resta-se apelar para a teoria disposicional, que se apresenta não como um caminho, uma vez que Kripke a aborda como um argumento à parte que pode de alguma forma apresentar-se como uma alternativa ou uma resposta ao problema cético, e isto apesar das suas limitações. O tópico seguinte tem o objetivo de mostrar o argumento disposicionalista na discussão, assim como suas inconsistências demonstradas por Kripke.

3.2.1 A TEORIA DISPOSICIONAL

A título de argumentação, é importante enfatizar que, se o paradoxo do cético de Wittgenstein enunciado por Kripke parte do princípio que o curso de ação não pode ser definido por uma regra, uma vez ocorrendo isso todo curso de ação estaria submetido aos rigores da

⁷⁰ If my brain had been stuffed with suficiente extra matter to grasp large enough numbers, and if it were given enough capacity to perform such a large addition, and if my life (in a healthy state) were prolonged enough, then given an addition problem involving two large numbers, m and n , I would respond with their sum, and not with the result according to some *quus*-like rule. (Kripke, 1982, p. 27).

regra e condicionado a ela. Então, a propósito da soma de $68+57$ pela regra de adição- tanto pelo signo linguístico *plus* quanto pelo sinal aritmético $+$, cuja soma resulta em 125- surge como um fio condutor do paradoxo, no qual o objetivo do cético demonstra ter como propósito quebrar o que poderia ser considerado paradigma de normatividade.

Neste caso, o desafio cético consiste exatamente em substituir, além dos sinais característicos de soma também as consequências, ou seja, tal ingerência dá-se a fim de que o resultado seja diferente, o que quer dizer que a sua resposta resulta em 5, como se verifica: $x \oplus y = x + y$, se $x, y < 57 = 5$ caso contrário. Dessa forma, duas questões podem ser consideradas: optar por fazer cálculos dispensando as regras de adição ou substituindo-as pela quaddição, mas de alguma forma, ainda que eu tenha disposição para escolher uma opção, minha disposição incorre na subjetividade, e desse modo não é permitido que eu arrisque sem que haja indícios de normatividade para seguimento da regra pautada. Em vista disso, duas respostas da teoria disposicional ao cético podem ser destacadas sob o ponto de vista de Khani, como pode-se sublinhar:

1) A afirmação de que os fatos sobre o que o falante quis dizer com suas palavras no passado são constituídos pelas disposições do falante para responder de uma certa maneira em ocasiões específicas – esta é a resposta da visão disposicional ou disposicionalismo; 2) a sugestão de que existem algumas instruções na mente do falante, algumas imagens mentais, exemplos, ideias e assim por diante e que os fatos sobre os ter constituem o fato de que o falante quer dizer, por exemplo, verde por “verde”⁷¹. (KHANI, 2022, p.11).

Estas duas suposições interpretativas merecem consideração, mas demonstram certas limitações disposicionalistas, uma vez que o argumento cético se caracteriza por certo relativismo acerca da noção de regra: eu posso usar adição pensando que de fato é adição, sendo que posso estar usando *quaddição*. A primeira premissa da teoria disposicional demonstra que o modo e especificidade da ação são limitativos, pois agir de tal forma, mesmo em circunstâncias específicas, não institui regras, enquanto a segunda resposta da teoria disposicional tenta salvar a regra ou preservar a normatividade do significado. Entretanto, não demonstram ser argumentos satisfatórios. Já noutra interpretação de um disposicionalismo mais sofisticado, segundo Miller, entende-se que o caráter interpretativo é mais realista, pois:

⁷¹ (1) the claim that facts about what the speaker meant by her words in the past are constituted by the speaker’s dispositions to respond in a certain way on specific occasions—this is the response from the *dispositional view* or *dispositionalism*; (2) the suggestion that there are some instructions in the mind of the speaker, some mental images, samples, ideas, and the like and that facts about having them constitute the fact that the speaker means, for instance, *green* by “green”.

Em primeiro lugar, nossas disposições atuais são finitas, e, portanto, incapazes de determinar uma função única como valor semântico de “+”. Em segundo lugar, fatos deposicionais são fatos sobre o que iremos fazer, não sobre o que somos obrigados a fazer, e como tal não podem capturar a normatividade de significado. (MILLER, 2010, p. 2011).

O primeiro ponto coincide com as afirmações do próprio Kripke, a seguir manifestas; já no segundo ponto faz-se mister observar que entre “o que iremos fazer” e “o que devemos fazer” existe notória diferença, visto que o pressuposto do dever constitui o seguimento contínuo da regra que seria a soma das minhas disposições reais, mas se o dever é dispensado, então de fato esta não é uma solução adequada para a normatividade do significado. Por outro lado, na concepção de Kripke a resposta da teoria disposicional ao cético demonstra inconsistência argumentativa, uma vez que:

A teoria disposicional tenta evitar o problema da finitude no meu desempenho passado real, apelando para uma disposição. Mas ao fazer isso, ignora um fato óbvio: não apenas meu desempenho real, mas também a totalidade das minhas disposições, são finitos. Não é verdade, por exemplo, que se for perguntado sobre a soma de quaisquer dois números, não importa o tamanho, responderei com sua soma real, pois alguns pares de números são simplesmente grandes demais para minha mente – ou meu cérebro – entender⁷². (Kripke, 1982, p. 26-27, tradução nossa).

O problema da teoria disposicional, pelo que se entende nesta questão, consiste no fato de não conseguir atender às expectativas de Kripke, ou seja, não consegue superar o argumento do cético em totalidade, embora demonstre boa intenção por parte do expositor. A questão é que, para Kripke conforme se percebe, sua expectativa talvez consista na esperança da conciliação do meu desempenho do passado real com o meu desempenho real do presente e futuro; isso sugere estatuir no estabelecimento da normatividade, mas não é a resposta esperada da teoria disposicional, porquanto cada disposição, a depender do lugar temporal ocupado, acaba por estabelecer um caso particular. Dessa forma, a totalidade das minhas ações é dispensada. Em outra crítica ao disposicionalismo, Kripke afirma:

A teoria disposicional, como dito, assume que a específica função que eu quis dizer é determinada pelas minhas disposições para calcular seus valores em casos particulares. Na verdade, isso não é assim; como as disposições cobrem apenas um segmento finito da função total e como podem se desviar de seus valores verdadeiros, dois indivíduos podem concordar com seus cálculos em casos específicos, mesmo que estejam realmente computando funções diferentes. Portanto, a visão disposicional não

⁷² The dispositional theory attempts to avoid the problem of the finiteness of my actual past performance by appealing to a disposition. But in doing so, it ignores an obvious fact: not only my actual performance, but also the totality of my dispositions, is finite. It is not true, for example, that if queried about the sum of any two numbers, no matter how large, I will reply with their actual sum, for some pairs of numbers are simply too large for my mind - or my brain - to grasp. (Kripke, 1982, p. 26-27)

está correta. (...) o cético argumenta, em essência, que estou livre para dar qualquer nova resposta a um problema de adição, já que sempre interpreto minhas intenções anteriores de forma apropriada⁷³. (Kripke,1982, p. 32, tradução nossa).

Percebe-se que na visão do cético a teoria disposicional não consegue salvar a regra, nem consolidar normas; além disso, pela forma com que Kripke expõe, o sentido não é salvo e as intenções passadas e futuras não se consolidam exatamente, porque as disposições cobrem apenas uma parte do todo: isso é a estrutura da finitude. Porém, nada assegura ao cético que suas interpretações são apropriadas, uma vez que ele é o validador de suas próprias respostas, assim como das suas intenções anteriores. Dessa forma, deve-se partir da premissa que as razões dadas por Kripke ao cético na inclusão da quaddição em vista da discussão sobre a adição, pautada no paradoxo, não são desconsideradas nesse caso. Entretanto, é importante enfatizar ainda que o disposicionalismo condiciona a intenção à disposição do sujeito em ação, e neste caso um ponto fraco do disposicionalismo provavelmente consiste no fato de particularizar os casos ao condicionamento, pois as ações de ontem não são as de amanhã; isso fragmenta a intenção, e conseqüentemente o significado.

Quando se recorre ao argumento de Kripke, admitimos que este consiste num argumento que sustenta que para o senso comum o sujeito cauciona a mesma função de adição que todos os outros, embora cometa erros de cálculos. Neste caso, o argumento da teoria disposicional consiste em não querer admitir o “fator erro”, mas forçosamente argumenta que erros, na verdade, são apenas desvio de padrão, ou seja, cada fato é determinado pela disposição interna do orador ou sujeito da ação (Kripke,1982, p. 30). Neste caso, o disposicionalismo sugere uma nova alternativa, que se apresenta como um elemento alternativo que precede a quaddição. Este elemento é a “skaddição”, representada por ‘+’; desse modo, seria o mesmo que alguém querer responder à quaddição por “skaddição”. Embora a teoria disposicional seja independente de Wittgenstein- mesmo estando o criador desta a par da obra do mestre de Viena através das exposições de Russel-, no fundo o disposicionalismo parece tender levar o intérprete a uma interpretação *Reductio ad absurdum* de seus argumentos, assim como geralmente acontece com Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*.

As conclusões inferidas por este estado de coisas é que a teoria disposicional, exposta em questão, tenta dar uma resposta diferente ao problema do paradoxo do cético de

⁷³ The dispositional theory, as stated, assumes that which function I meant is determined by my dispositions to compute its values in particular cases. In fact, this is not so. Since dispositions cover only a finite segment of the total function and since they may deviate from its true values, two individuals may agree on their computations in particular cases even though they are actually computing different functions. Hence the dispositional view is not correct. (Kripke,1982, p. 32).

Wittgenstein enunciado por Kripke; realmente, esta consiste em uma resposta, mas não de maneira solúvel e satisfatória, evidentemente não se encaixando como uma alternativa sugestiva na percepção de Kripke. Observa-se que o cético opta pelo caminho da continuidade de crenças, dentro (diante, dentro) da descontinuidade de fatos.

De outra forma, pode-se pressupor o uso *adição* em fatos passados entendendo-se como *quaddição* até a fatos do futuro, de maneira contínua ou não. Entretanto, o erro do disposicionalismo provavelmente ocorre pelo motivo de restringir-se aos fatos de acordo com a minha disposição interior. Isto não corresponde à problemática do paradoxo adequadamente, nem o supera. Por isso Kripke acrescenta em suas críticas que: “(...) precisamente o fato de que nossa resposta à pergunta de qual função eu quis dizer é justificativa da minha resposta atual, é ignorada na conta disposicional e leva a todas as suas dificuldades⁷⁴” (Kripke, 1982, p. 37, tradução nossa). Todavia, o disposicionalismo utiliza-se de um recurso crucial, denominado *ceteris paribus*, expressão que segundo Kripke significa:

se eu de alguma forma, tivesse os meios para realizar minhas intenções em relação a números que atualmente são muito longos, para eu adicionar (ou entender), e se eu fosse realizar essas intenções, então se perguntasse sobre “m+n” para algum grande M e N eu responderia em sua soma (e não em seu quum)⁷⁵. (Kripke, 1982, p. 28, tradução nossa).

Nesta situação, a resposta do disposicionalismo ao cético mediante a cláusula *ceteris paribus* demonstra, aparentemente, ser o meio mais viável. Mas para o cético o problema persiste, porque: “não se pode favorecer um condicional em vez de outro sem circularidade”; fica, aparentemente, evidente que o problema consiste, neste caso, entre a intenção e a regra de fato. O *ceteris paribus* se apresenta, supostamente, como uma “maquiagem” do problema, já que parece camuflar a complexidade das circunstâncias. Se por um lado o disposicionalista elabora suas próprias regras e dispensa o que seria a normatividade de *quum*, então neste caso fixa uma encruzilhada na qual o próprio disposicionalista teria dificuldade para opinar sobre qual o caminho certo ou errado a tomar: uma regra depende de condições normativas alheias a ela. Com efeito, fica explícito o que Kripke já frisou acima: a necessidade de uma linguagem comum.

⁷⁴ Precisely the fact that our answer to the question of which function I meant is justificatory of my present response is ignored in the dispositional account and leads to all its difficulties. (Kripke, 1982, p. 37).

⁷⁵ If I somehow were to be given the means to carry out my intentions with respect to numbers that presently are too long for me to add (or to grasp), and if I were to carry out these intentions, then if queried about 'm+n' for some big m and n, I would respond with their sum (and not with their quum). (Kripke, 1982, p. 28, tradução nossa).

O que se poderia perguntar com legitimidade seria a que propósito serviria em Kripke propor este enfrentamento entre a teoria disposicional e o cético do paradoxo de Wittgenstein. Para Sosa (2001, p. 476), não se trata de carência de material, pois em Wittgenstein encontra-se material o suficiente, mas o objetivo de Kripke é esboçar uma solução cética. Então, fazer uso de argumentos distintos e independentes do objeto de discussão parece, de alguma forma, ser mais apropriado, mesmo que tais argumentos não apresentem a plausibilidade apropriada, como é o caso da resposta da teoria disposicional ao cético, cuja resposta é redutiva e finita. Neste caso, é mister observar que:

A ameaça básica a qualquer resposta desse tipo, como Kripke deixa claro, é que só porque estou de fato disposto a realizar vários cálculos de maneiras específicas não faz com que eu deva realizá-los dessa maneira. Se eu tivesse realizado adição, devo derivar 125 de 68 e 57, quaisquer que sejam minhas disposições. Na terminologia de Kripke, o relato disposicional do significado mais por “mais” deixa de fora a normatividade do significado. A discussão de Kripke ajudou a tornar a regra de Wittgenstein seguindo considerações de Wittgenstein sobre o seguimento de regras uma questão central não apenas na filosofia da mente e da linguagem, mas também na filosofia do direito, onde a ideia de uma regra ter conteúdo e força normativa, em relação a circunstâncias anteriormente não contempladas, é previsivelmente importante⁷⁶. (SOSA, 2001, p. 476, tradução nossa).

Para Sosa, a discussão de Kripke busca dar uma resposta para além da questão referente à linguagem privada, que é o tema precípua de toda discussão; mas tal solução pode beneficiar inclusive outros campos do conhecimento, campos estes nos quais a ideia de normatividade e regra relativas a “circunstâncias interiores” se fazem evidentemente necessárias. Isso vai em consonância com a afirmação de Kripke já citada, quando ele assevera que o problema cético relevante pode ser aplicado a todos os usos significativos da linguagem (Kripke, 1982, p. 7). Diante disso, é importante frisar algumas necessidades, a saber: o estabelecimento de normatividade, salvar o significado e manter a intencionalidade.

Diante disso, pode levantar-se o seguinte pressuposto: imagine um determinado candidato ao funcionalismo público submetido ao exame de vida pregressa; neste exame, constata-se que tal candidato já cometeu alguns delitos de grau intermediário em seu passado. Então, para que um candidato ocupe o cargo para o qual concorre no suposto certame, um dos requisitos é seu histórico ilibado. Diante da conclusão do relatório sobre sua vida pregressa,

⁷⁶ the basic threat to any such response, as Kripke makes clear, is that just because I am in fact disposed to perform various calculations in specific ways does not make it the case that I should perform them in that way. If I am performing addition, I should derive 125 from 68 and 57, whatever my dispositions might actually be. In Kripke’s terminology, the dispositional account of meaning plus by “plus” leaves out the normativity of meaning. Kripke’s discussion has helped make Wittgenstein’s rule following considerations a central issue not only in the philosophy of mind and language, but also in the philosophy of law, where the idea of a rule’s having content and normative force, with respect to previously un contemplated circumstances, is predictably important. (SOSA, 2001, p. 476).

como previsto o candidato pautado foi reprovado. Entretanto, deve-se considerar que para a linguagem jurídica os atos passados determinam o seu futuro, ou seja, não há como dissociar os atos da pessoa, mesmo que passados, do ponto de vista metafísico, embora se trate de situações isoladas como o caso em questão e o candidato já tenha até mesmo pago pelos seus delitos; é como se ele estivesse para sempre marcado pelos seus erros.

No entanto, o suposto candidato não concorda com tal decisão e decide recorrer a dois advogados: um advogado cético e um advogado disposicionalista. Então, quais seriam as alegações dos defensores diante do juiz do caso, para que o convençam a tomar uma decisão favorável ao candidato? Neste caso, suponha-se que o defensor cético argumente que, embora os atos do candidato no passado tenham sido interpretados como delitos, cada intenção dele foi sempre contrária à dos seus atos; ele admite o resultado das suas ações, mas não reconhece suas intenções como ruins. De outra forma, o defensor disposicionalista argumenta que cada ação do seu cliente, cada intenção ocorreu de acordo com disposições isoladas; tendo sido ações boas ou ruins, foram ocorrências finitas em si mesmas, acabadas no seu escopo de tempo e espaço passados; logo, não devem exercer nenhuma influência na vida futura do seu cliente.

Observa-se que muitos pormenores carecem de explicitação nesta situação, mas de um modo geral o juiz do caso precisa analisar ambos os argumentos, submetendo-os sobretudo ao terceiro transcendental decisivo, ou seja, as leis vigentes; a linguagem jurídica pressupõe o seguimento de regras, a normatividade, a objetividade do ato e da intenção, a fim de que a penalidade seja justa e efetiva. Não parece restar dúvida de que tanto o defensor cético quanto o disposicionalista possuem consistências e inconsistências em seus argumentos diante do terceiro argumento: a linguagem jurídica. Todavia, aparentemente, resta a necessidade de profunda análise, síntese e complementariedade de ambas – um desafio ao juiz, uma vez que a linguagem jurídica se encontra desafiada, conforme o ponto de vista de Sosa, pois no terreno onde a linguagem carece de “regra com conteúdo e força normativa” nem o ceticismo nem o disposicionalismo demonstram oferecer “zona de conforto”.

Portanto, a seção seguinte consiste precisamente na compreensão da intenção, endógena ao paradoxo de Wittgenstein enunciado por Kripke, da análise funcional da máquina; a princípio, pode parecer uma síntese do que já foi explanado e um pouco mais. Mas antes de tudo trata-se de elucidar, com a legitimidade de um exame mais atento e de essência filosófica, os pressupostos argumentativos apresentados, por analogia com o argumento da teoria disposicional, segundo a visão do cético. É evidente que o cético domina o discurso analítico, mas não necessariamente a razão.

3.2.2 A VISÃO FUNCIONAL DE MÁQUINA

A visão funcional de máquina é introduzida por Kripke dentro do paradoxo do cético de Wittgenstein como uma outra resposta ao cético, ou seja, trata-se de uma alternativa não muito distante da teoria disposicional. O diferencial neste caso, evidentemente, esclarece-se pelo fato de que a resposta disposicionalista se dá através de um ser humano, enquanto a resposta pela via funcional da máquina, embora possa depender de um programador humano, pode-se considerar como advinda da própria máquina.

A resposta, pautada pela funcionalidade de máquina, tenta responder ao pressuposto argumento do cético, já citado, de que sou livre para dar qualquer nova resposta a um problema de ação (Kripke, 1982, p. 32). A questão, se amplificada, consiste em questionar quais os limites da máquina e quais os limites humanos. Partindo do pressuposto de que a máquina não tem resposta própria, uma vez que por trás da sua resposta existe uma intenção humana que a programou, então como diferenciar a máquina do homem e qual seria o mais limitado; percebe-se, pela interpretação do resultado, que para Kripke seria como se comparássemos o humano com a máquina; além disso, pode-se dizer que o objeto de análise aqui pode ser uma coisa ou outra: “a objeção é realmente uma forma de conta disposicional, pois essa conta pode ser vista como se nos interpretassem como máquinas, cuja saída produz mecanicamente o resultado correto⁷⁷”, (Kripke, 1982, p. 32-33, tradução nossa). Portanto, é pertinente indagar a que tipo de equipamento esta investigação se refere: trata-se de uma simples calculadora ou de um novo dispositivo equipado com inteligência artificial? Em princípio, o cético responde afirmando que: “(...) se eu construir tal máquina, ela simplesmente moerá a resposta certa, em qualquer caso particular, para qualquer problema de adição específico. A resposta que a máquina daria é, então, a resposta que eu pretendia⁷⁸”. (Kripke, 1982, p.33, tradução nossa).

Neste caso, o risco desta resposta ameaça a própria existência da máquina, uma vez que sua função se resume em apenas transmitir minhas intenções; se este estado de coisas é dado, então posso realizá-las por mim mesmo. Isto é um fato. Mas para esclarecer o conceito de máquina e sua funcionalidade, ele observa a seguir:

O termo 'máquina' está aqui, como muitas vezes em algum lugar da filosofia, ambíguo. Poucos de nós estamos em posição de construir uma máquina ou elaborar um programa para incorporar nossas intenções; e se um técnico executar a tarefa por mim, o cético pode perguntar legitimamente se o técnico executou sua tarefa corretamente.

⁷⁷ The objection is really a form of the dispositional account, for that account can be viewed as if it interpreted us as machines, whose output mechanically yields the correct result. (Kripke, 1982, p. 32-33).

⁷⁸ If I build such a machine, it will simply grind out the right answer, in any particular case, to any particular addition problem. The answer that the machine would give is, then, the answer that I intended. (Kripke, 1982, p.33).

Suponha, no entanto, que infelizmente seja tão especialista que eu tenha a facilidade técnica necessária para incorporar minhas próprias intenções em uma máquina de computação, e eu afirmo que a máquina é definitivamente obra de minhas próprias intenções. Agora, a palavra 'máquina' aqui pode se referir a qualquer uma das várias coisas. Pode se referir a um programa de máquina que eu elaboro, incorporando minhas intenções quanto à operação da máquina. Então, exatamente os mesmos problemas surgem para o programa que para o símbolo original '+': o cético pode fingir acreditar que o programa também deve ser interpretado de uma maneira semelhante a quus. Para dizer que um programa não é algo que eu escrevi no papel, mas um objeto matemático abstrato, não nos leva mais longe. O problema, então, simplesmente toma a forma da pergunta: qual programa (no sentido de objeto matemático abstrato) corresponde ao 'programa' que escrevi no papel (de acordo com a maneira como eu quis dizer)? ('Máquina' muitas vezes parece significar um programa em um desses sentidos: uma 'máquina' de Turing, por exemplo, seria melhor chamada de 'programa de Turing'.) Finalmente, no entanto, posso construir uma máquina de concreto, feita de metal e engrenagens (ou transistores e fios), e declaro que incorpora a função que pretendo por '+': os valores que dá são os valores da função que pretendo⁷⁹. (Kripke, 1982, p.33-34, tradução nossa).

É preciso considerar, sobretudo nesta questão, que a ambiguidade sobre o conceito de máquina como é primeiramente apresentada não se deve levar em conta, uma vez que não importa o instrumento em questão de fato, mas desde que o resultado obtido seja exposto por um canal que não seja diretamente humano. De qualquer forma, sendo eu ou não o construtor da máquina, o fato é que diante do cético o resultado sempre pode ser questionado. Pelo que se infere, a controvérsia é não sobre a eficiência de outrem, mas sobre minhas próprias intenções e o resultado do propósito empreendido. Dessa forma, pode-se observar a situação problemática do caso, como seguir "quus" em vez de "plus". A questão da máquina não resolve o problema cético, já que paira a pergunta se a máquina funciona conforme minhas intenções ou segue regras diferentes.

Uma sugestiva reflexão consiste em questionar o cético se suas supostas dúvidas não seriam satisfeitas em relação às máquinas atuais ou se máquinas mais rudimentares não seriam o suficiente para responder. Nesta situação, é importante considerar o que Kripke denomina de

⁷⁹ The term 'machine' is here, as often elsewhere in philosophy, ambiguous. Few of us are in a position to build a machine or draw up a program to embody our intentions; and if a technician performs the task for me, the sceptic can ask legitimately whether the technician has performed his task correctly. Suppose, however, that I am fortunate enough to be such an expert that I have the technical facility required to embody my own intentions in a computing machine, and I state that the machine is definitive of my own intentions. Now the word 'machine' here may refer to anyone of various things. It may refer to a machine program that I draw up, embodying my intentions as to the operation of the machine. Then exactly the same problems arise for the program as for the original symbol '+': the sceptic can feign to believe that the program, too, ought to be interpreted in a quus-like manner. To say that a program is not something that I wrote down on paper, but an abstract mathematical object, gets us no further. The problem then simply takes the form of the question: what program (in the sense of abstract mathematical object) corresponds to the 'program' I have written on paper (in accordance with the way I meant it)? ('Machine' often seems to mean a program in one of these senses: a Turing 'machine', for example, would be better called a 'Turing program'.) Finally, however, I may build a concrete machine, made of metal and gears (or transistors and wires), and declare that it embodies the function I intend by '+': the values that it gives are the values of the function I intend. (Kripke, 1982, p.33-34).

senso comum, visto que o senso comum parece seguir determinada regra, e tal regra serviu para o passado como orienta o futuro. Neste caso, máquinas rudimentares foram aperfeiçoadas ao longo do tempo para suscitarem resultados mais ágeis e computarem números maiores, coisa que por via humana seria mais difícil. Além disso, deve-se observar que, pela via do senso comum, a regra de adição continua regra de adição, não cedendo espaço nem para a *quadição* do cético nem para a *skaddição* do disposicionalista. Percebe-se que o cético não aceitaria o senso comum, uma vez que ele não é absoluto nem contínuo.

É importante observar que Kripke já parte de pressupostos baseados nas máquinas atuais, inclusive quando insere o conceito de ‘máquina’ de Turim⁸⁰. Esta máquina seria sofisticada aos moldes atuais. Entretanto, o cético sugere a criação de uma máquina mais remota cuja funcionalidade seja mais intencional, ou seja, cujas funções estão mais na cabeça do criador que na funcionalidade da máquina. Pode-se mesmo supor que seja uma máquina inventada por criança, considerando que pode ser feita até por “concreto” e “engrenagem” etc., e ao cabo seja declarado que tais funções sejam por ‘+’, que resultam nos valores e funções pretendidas. Do ponto de vista de Kripke, a suposta máquina tem problemas a serem considerados:

Primeiro, mesmo que eu diga que a máquina incorpora a função nesse sentido, devo fazê-lo em termos de instruções (máquina 'linguagem', dispositivos de codificação) que me dizem como interpretar a máquina; além disso, devo declarar explicitamente que a função sempre recebe valores como dados, de acordo com o código escolhido, pela máquina⁸¹. (Kripke, 1982, p.34, tradução nossa).

Percebe-se que, na opinião de Kripke, apenas um simulacro de máquina não seja suficiente para responder ao cético; e isto mesmo que se suponha que tal máquina seja de fato uma máquina em termos mais rudimentares e sujeita a erros. A sugestão por máquinas remotas cujo manejo tenderia a ser mais manual pode ser o caminho mais sugestivo para que sua funcionalidade ofereça mais confiabilidade ao cético, uma vez que sua execução supostamente é mais próxima e fiel à intencionalidade do seu executor. O que, por outro lado, segundo podemos inferir, o uso de máquinas mais sofisticadas se apresenta como meios mais refinados que suscitariam maior probabilidade de enganar, lograr ou iludir os seus espectadores e consumidores.

⁸⁰ A máquina de Turing formou a estrutura básica para fundamentar a ciência da computação moderna e a computabilidade. AZAMBUJA, Rogério Xavier de et all. A máquina de Turin. P,3, 2011.

⁸¹ First, even if I say that the machine embodies the function in this sense, I must do so in terms of instructions (machine 'language', coding devices) that tell me how to interpret the machine; further, I must declare explicitly that the function always takes values as given, in accordance with the chosen code, by the machine. Kripke, 1982, p.34.

Seria a visão funcionalista uma alternativa viável para atender aos questionamentos do cético? Aparentemente, não. O objetivo central do cético é capturar a normatividade, mas a máquina, no caso mesmo funcionando em condições precisas, não garante que seja consistente em seguir uma regra pretendida, ao menos de forma contínua. Partimos, a princípio, do pressuposto de que o inventor que a criou possibilite que sua máquina satisfaça suas intenções e de outros, estando, no entanto, submetido à frustração de que sua invenção traia seus planos genuínos. Por este motivo, o cético infere: “(...) em segundo lugar, na prática, dificilmente é provável que eu realmente pretenda confiar os valores de uma função à operação de uma máquina física, mesmo para aquela parte finita da função para a qual a máquina pode operar⁸²”. (Kripke,1982, p.34, tradução nossa).

Os pressupostos para o critério de controvérsia acerca da funcionalidade da máquina baseiam-se em duas premissas para o cético: o critério da má funcionalidade e da interpretação. Sobre o primeiro critério, o cético parte do pressuposto de que as máquinas “reais”, ou seja, as máquinas verdadeiras, como calculadoras e computadores, são suscetíveis a erros, elas não oferecem absoluta confiança; em segundo lugar, a premissa da interpretação; este pressuposto tem como fundamento o fato de que, muitas vezes, embora a intenção do programador tenha sido a melhor, ou seja, buscou-se nas suas intenções satisfazer às intenções dos usuários. Entretanto, o que pode funcionar para o designer ou idealizador do objeto maquínico pode não satisfazer aos anseios daqueles que vão utilizá-lo. Percebe-se que isso relativiza de alguma forma o conceito de intenção e sentido, e o cético outra vez se sobressai.

Neste caso, percebe-se que uma estratégia do cético é analisar a questão da funcionalidade da máquina em sentido *stricto*, porque dessa forma é a maneira mais viável para comparar a funcionalidade da máquina com a teoria disposicionalista em termos de finitude; então, ao invés de analisar a máquina analisamos seu programa, restringe-se a sua funcionalidade computacional e vamos além, pressupondo a suposta resposta mediante o sinal de ‘+’. Para Kripke:

Dado o programa, mais uma vez o objeto físico é supérfluo com o objetivo de determinar qual função se entende. Então, como antes, o cético pode concentrar suas objeções no programa. As duas últimas críticas ao uso da máquina física como uma saída do ceticismo - sua finitude e a possibilidade de mau funcionamento - obviamente são paralelas a duas objeções correspondentes à conta disposicional⁸³. (Kripke,1982, p.35, tradução nossa).

⁸² Second, in practice it hardly is likely that I really intend to entrust the values of a function to the operation of a physical machine, even for that finite portion of the function for which the machine can operate. Kripke,1982, p.34.

⁸³ Given the program, once again the physical object is superfluous for the purpose of determining what function is meant. Then, as before, the sceptic can concentrate his objections on the program. The last two criticisms of the

Se a teoria disposicionalista não apresentou a melhor saída para a questão do cético, pressupor-se-ia que a introdução da funcionalidade de máquina tinha como objetivo superar os argumentos disposicionalistas, e assim neste caso oferecer uma resposta ao cético. Porém, a funcionalidade de máquina não supera o argumento disposicionalista e é, inclusive, considerada pelo cético como “uma variante” do disposicionalista, uma vez que ambos são inconsistentes na forma e no método, caracterizados pela finitude do projeto em jogo. A propósito de conclusão, Kripke afirma:

A moral da presente discussão do relato disposicional pode ser relevante para outras áreas de preocupação para os filósofos, além do ponto imediato em questão. Suponha que eu queira dizer adição por '+'. Qual é a relação desta suposição com a pergunta de como vou responder ao problema '68+57'? A lista de disposições dá um relato descritivo dessa relação: se '+' significava adição, então eu responderei '125'⁸⁴. (Kripke,1982, p.37, tradução nossa).

Provavelmente, a dúvida mais eminente que emerge nesta conclusão é sobre o que diferencia o que é normativo do que é descritivo. O cético parte da suposição de que, se adição significa adição para observar a resposta do disposicionalista, este, no entanto define que “68+57” resulta em ‘125’. Para o cético, o disposicionalista dá uma resposta descritiva, quando na verdade busca-se uma resposta normativa; do ponto de vista do senso comum, o disposicionalista estaria correto, mas o cético objetou partindo do pressuposto de que se pode ou não concordar com o significado passado, e pontua que o disposicionalista falha na associação de significado passado com o futuro, pois ao invés de aceitar o caráter normativo da relação mostra um caráter descritivo.

Portanto, sugere-se neste caso que a conclusão do cético consiste sobretudo em associar as oscilações humanas às possíveis inconsistências de funcionalidade da ‘máquina’. As disposições humanas estão condicionadas a uma série de fatores internos e externos, de forma que podem funcionar ou não em determinado contexto e situação; ademais, este estado de coisas não é diferente da funcionalidade da máquina, cuja correta funcionalidade depende também de fatores externos, como as pretensões dos profissionais envolvidos (programadores, designer, engenheiros etc.) e fatores internos (a correta funcionalidade dos seus programas).

use of the physical machine as a way out of scepticism - its finitude and the possibility of malfunction - obviously parallel two corresponding objections to the dispositional account . Kripke,1982, p.35.

⁸⁴ The moral of the present discussion of the dispositional account may be relevant to other areas of concern to philosophers beyond the immediate point at issue. Suppose I do mean addition by '+'. What is the relation of this supposition to the question how I will respond to the problem '68+ 57'? The dispositionalist gives a descriptive account of this relation: if '+' meant addition, then I will answer '125'. (Kripke,1982, p.37).

Com efeito, em termos gerais, observa-se que na perspectiva do cético de Wittgenstein não somente a teoria disposicional e a exposta funcionalidade de máquina são falhas em seus argumentos, assim como qualquer explicação em seu propósito, inclusive o cerne de tudo: o próprio paradoxo, uma vez que este não se distingue de outras considerações sobre a imprecisão do limite nítido (Kripke, 1982, p.55); dessa forma, desafiam-se os limites da linguagem e seus conceitos subjacentes, e conseqüentemente toda a concepção de regras e seu caráter normativo para as condutas em jogo. Além disso, é importante destacar que o paradoxo não é uma propriedade exclusiva de Wittgenstein, mas também de Hume, por exemplo; Kripke introduz Quine dentro da discussão em pauta. Em vista disso, antes de entrar na pauta da conclusão e solução céticas, julga-se conveniente explicitar sumariamente esta relação entre Kripke e Wittgenstein, em busca do significado adequado à investigação em curso.

3.2.3 O PARADOXO: QUINE E WITTGENSTEIN

De modo geral, os estudiosos de ambos os filósofos (Quine e Wittgenstein) parecem estar mais preocupados em demonstrar os pontos que aproximam e distanciam ambos. De certa forma, esse método parece indispensável no momento, já que o próprio Kripke trilha o mesmo percurso com a finalidade de demonstrar o propósito deles dentro da pauta do paradoxo cético, sobretudo na busca do significado. Em termos de metodologia, para Kripke (1982, p.14) a filosofia da mente de Wittgenstein muitas vezes é vista como behaviorista, mas isso só persiste até ameaçar o conteúdo interno; então, esta não deve ser encarada como premissa da sua filosofia, e sim como conclusão. Kripke acrescenta:

Enquanto Quine apresenta o problema sobre o significado em termos de um linguista, tentando adivinhar o que outra pessoa quer dizer com suas palavras com base em seu comportamento, o desafio de Wittgenstein pode ser apresentado a mim como uma pergunta sobre mim mesmo: havia algum fato passado sobre mim – o que eu ‘quis dizer’ por mais – que determina o que eu deveria fazer agora?⁸⁵ (Kripke, 1982, p.15, tradução nossa).

Diante do exposto, é importante destacar que Quine busca o significado no comportamento; todavia, isso não o reduz a um behaviorista. Além disso, Wittgenstein dá destaque especial à primeira pessoa, mas também não dispensa a análise do comportamento,

⁸⁵ Whereas Quine presents the problem about meaning in terms of a linguist, trying to guess what someone else means by his words on the basis of his behavior, Wittgenstein's challenge can be presented to me as a question about myself: was there some past fact about me – what I 'meant' by plus – that mandates what I should do now? (Kripke, 1982, p.15)

como anteriormente foi colocado. Dessa forma, percebe-se que, aparentemente, nada é distinto de forma absoluta entre ambos. Para Kripke, embora os objetos através dos quais se busca pelo significado sejam distintos entre Quine e Wittgenstein, a inescrutabilidade da referência é favorável, ou seja, agradável ao ceticismo de Wittgenstein. (Kripke, 1982, p.55).

No contexto da inescrutabilidade da referência, Quine busca testar o quanto os limites indefiníveis da linguagem podem ser empiricamente testáveis em termos conceituais; dentro do contexto da análise da tradução e significado, no segundo capítulo do livro *Word and Object*, ele alega que:

Dois homens poderiam ser exatamente iguais em todas as suas disposições para o comportamento verbal sob todos os estímulos sensoriais possíveis, e ainda assim o significado ou as ideias expressas em suas declarações identicamente desencadeadas e com sons idênticos poderiam divergir radicalmente, para os dois homens, em uma falta de sentido: pode-se protestar que uma distinção de significado não refletida na totalidade das disposições para o comportamento verbal é uma distinção sem diferença.⁸⁶. (Quine, 2013, p. 23, tradução nossa)

Constata-se que Kripke tem razão, porque realmente o argumento de Quine favorece o argumento do cético wittgensteiniano enunciado por Kripke, não de forma absoluta, mas parcial. Se por um lado o cético explora a dimensão introspectiva do ‘eu’ independente do ‘outro’, Quine pontua certo grau de relação, de forma a que as disposições para o comportamento verbal podem ser idênticas, sendo, porém, que o significado pode resultar de forma distinta, ou seja: mesmo compartilhando os mesmos estímulos sensoriais, duas pessoas não necessariamente compartilham o mesmo significado.

Pode-se pressupor que os dois homens em questão tenham as mesmas disposições e apreensão do sinal de adição ‘+’, mas quando vão computar $68 + 57$ um calcula com o sinal adição e o outro como quadição; evidentemente, para um o resultado será 5 e para o outro 125; desse modo, confirma-se o que Kripke pontua. A esta mesma conclusão pode-se chegar quando se leva em conta a questão da intencionalidade, com o fito de salvar o sentido da expressão, e conseqüentemente o significado. Kripke enfatiza a divergência entre Quine e Wittgenstein nesta questão, afirmando que:

Quine baseia seus argumentos desde o início em premissas behavioristas; ele nunca enfatizaria experimentos de pensamentos introspectivos da maneira que Wittgenstein faz, ele não pensa em visões que postulam um mundo interior privado como

⁸⁶ Two men could be just like in all their dispositions to verbal behavior under all possible sensory stimulations, and yet the meaning or ideas expressed in their identically triggered and identically sounded utterances could diverge radically, for the two men, in a meaninglessness: one may protest that a distinction of meaning unreflected in the totality of dispositions to verbal behavior is a distinction without a difference. (Quine, 2013, p. 23).

precisando de refutação elaborada. (...) o problema importante para Wittgenstein é que meu estado mental atual não parece determinar o que eu deveria fazer no futuro. Embora eu possa sentir (agora) que algo na minha cabeça correspondente à palavra 'mais' exige uma resposta determinada a qualquer novo par de argumentos, na verdade nada na minha cabeça faz isso⁸⁷. (Kripke, 1982, p.56, tradução nossa).

O que se pode questionar na exposição de Kripke, que insiste em demonstrar as divergências entre Quine e Wittgenstein, é mensurar o escopo de limite de divergência entre ambos. Faz-se necessário observar que o objeto interno, constantemente explorado por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, tem um propósito, e este consiste sobretudo em negar a hipótese da linguagem privada; porém, por outro lado em §202: “seguir uma regra é uma prática”, e a prática neste caso é empiricamente impraticável sem o comportamento. Logo, pelo que acabamos de analisar, não parece que Quine e Wittgenstein estão distantes como Kripke insiste. Na opinião de Shanker:

Onde Wittgenstein está de fato em total acordo com Quine está no ponto de que, para falar em associar 'vermelho' com a imagem mental certa, eu já devo saber o que 'vermelho' significa: ou seja, eu já devo ter dominado as regras para o uso de 'vermelho'. E imagens e sensações mentais privadas não podem fornecer tal critério independentes de identidade (que, é claro, é o ponto do argumento da linguagem privada). Mas longe de ver isso como base para o tipo de programa reducionista drástico que Quine defende, Wittgenstein conclui que só faz sentido falar de reconhecer que isso é vermelho (que só faz sentido dizer 'a criança e o pai devem ver vermelho quando a criança aprende "vermelho" (RR37), quando temos critérios independentes e públicos para descrever algo como vermelho⁸⁸. (SHANKER, 1996, p. 240, tradução nossa).

Neste ponto, esclarece-se o que já foi pontuado: o que aparentemente afasta Wittgenstein de Quine, de certa forma, não os distancia de fato, também conforme o ponto de vista de Shanker. É evidente que, como já observou Kripke, Quine não tem interesse no conteúdo interno, mas no comportamento exterior; só que isso não significa ignorar o conteúdo mental, assim como Wittgenstein não ignora a análise behaviorista. Ambos apenas presumem pressupostos necessários, a fim de que os critérios de regras sejam objetivamente estabelecidos

⁸⁷Quine bases his argument from the outset on behavioristic premises. He would never emphasize introspective thought experiments in the way Wittgenstein does, and he does not think of views that posit a private inner world as in need of elaborate refutation (...) The important problem for Wittgenstein is that my present mental state does not appear to determine what I ought to do in the future. Although I may feel (now) that something in my head corresponding to the word 'plus' mandates a determinate response to any new pair of arguments, in fact nothing in my head does so. (Kripke, 1982, p.56).

⁸⁸Quine is on the point that, in order to speak of associating 'red' with the right mental image, I must already know what 'red' means: i.e. I must already have mastered the rules for the use of 'red'. And private mental images and sensations can provide no such independent criterion of identity (which, of course, is the point of the private language argument). But far from seeing this as a basis for the type of drastic reductionist programme which Quine advocates, Wittgenstein concludes that it only makes sense to speak of recognizing that this is red (that it only makes sense to say 'The child and the parent must both see red when the child learns "red"' (RR 37)) when we have independent and public criteria for describing something as red. (GLOCK et al, 1996, p.240)

na imagem mental; uma vez que imagem e sensações privadas mentais não oferecem tais critérios, então tais pressupostos são inexistentes.

Por outro lado, deve-se observar que, na opinião de Kripke, Quine não oferece uma resposta apropriada ao ceticismo em pauta. A teoria disposicional falhou diante do seu intento, como da mesma forma não foi diferente com a análise funcional de máquina. A crítica de Kripke a Quine consiste em destacar que a metodologia é a maneira disposicional, asseverando de antemão que isso não favorece à resolução do problema cético, pois: “para Quine, uma vez que qualquer fato sobre se quero dizer *plus* ou *quus* aparecerá no meu comportamento, não há dúvida, dada a minha disposição, sobre o que quero dizer”⁸⁹. (Kripke,1982, p.57, tradução nossa).

Para Kripke, o problema da disposição apresentado por Quine destaca-se pela forma apresentada, que é a infalibilidade. No entanto, a disposição de Quine não é infalível; ela não cobre todos os casos, como deseja Quine. Para que o propósito de Quine obtivesse êxito, seria necessário levar em consideração o caráter determinado da interpretação; no entanto, existem questões de interpretação que são indeterminadas, e a disposição de Quine não abrange este escopo hermenêutico. Podemos, a princípio, dizer que se trata de uma conclusão de Kripke sobre Quine diante do paradoxo do cético de Wittgenstein. O próximo passo propõe-se a buscar a conclusão e solução do paradoxo em questão.

3.2.4 A CONCLUSÃO CÉTICA

É importante destacar que a conclusão cética não significa a resolução do problema cético. Antes, pode-se dizer que se trata de provisórias considerações finais sobre os argumentos apresentados. Kripke conclui que o ceticismo apresentado por Wittgenstein comporta-se como um dos problemas céticos “mais radicais e originais” da filosofia até então encontrado por ele, consistindo este no difícil desafio que é encontrar a solução. Para chegar à solução é preciso encontrar uma consistente justificativa, definida e objetiva para o significado das palavras e regras. Para o cético, tal justificativa ainda não foi encontrada. Desse modo, a solução cética, conforme Kripke presume, existe em um elemento fundamental que é a “veia” precípua da discussão: salvar a normatividade, a regra. Conforme sugere, essa solução:

⁸⁹ For Quine, since any fact as to whether I mean plus or quus will show up in my behavior, there is no question, given my disposition, as to what I mean. (Kripke,1982, p.57).

“contém o argumento contra a "linguagem privada"; pois supostamente a solução não admitirá tal linguagem. Mas é importante ver que sua conquista em colocar esse problema se sustenta por si só, independentemente do valor de sua própria solução e do argumento resultante contra a linguagem privada⁹⁰”. (Kripke,1982, p.60, tradução nossa).

De certa forma, o cético na perspectiva de Kripke apresenta, pela sua “radicalidade” e “originalidade”, o que há de mais profundo do niilismo. A natureza niilista dos argumentos do cético parece tão radical como se apresenta, pois, pode-se pressupor que de alguma forma pretende negar além da linguagem privada, como a própria realidade. É importante observar, além disso, que quando Kripke destaca que o ceticismo de Wittgenstein enunciado por ele é “radical” e que somente uma “alma incomum” poderia formular este empreendimento argumentativo, o que se infere disso é que ele quer enfatizar que tais negações, uma vez que descartam a linguagem privada, em consequência leva a que outros pressupostos internos sejam incluídos, como por exemplo as sensações.

No fundo, o cético de Wittgenstein parece apresentar aspecto admirável para Kripke exatamente pela profundidade dos argumentos e pela metodologia usada para negar a possibilidade da *linguagem privada*, já que sua finalidade é salvar a normatividade e as regras, mas nenhum indivíduo inteligente, por mais egoísta que seja, não é capaz de estabelecer as próprias normas e levar estas a fazerem algum sentido. Visto que todos os argumentos giram em torno de um único propósito: descartar a suposta linguagem privada, tendo em vista sua falta de sentido. Então, similar solução não admite tal linguagem, mas sim depende da linguagem social e da interação e comum acordo entre os indivíduos. Entretanto, é provável que não é isso que faz Kripke denotar afeição pelo Wittgenstein interpretado; mais provavelmente porque se trata de uma forma aplicável e adaptável a outros pressupostos.

Ademais, para Kripke, os pressupostos argumentativos que negam uma suposta linguagem privada não são o problema central para o cético, mas uma questão que se deve levar em consideração é como provar a existência de qualquer gênero de linguagem, seja a linguagem pública ou privada. O dilema aqui para o cético de Wittgenstein seria tomar a atitude de defesa ou acusação, uma vez que se encontra na encruzilhada da dúvida sobre o palpite mais viável, posto que: “o principal problema do cético de Wittgenstein enunciado por Kripke é que ele mostrou que toda forma de linguagem, toda formação de conceitos, é impossível, ininteligível⁹¹”. (Kripke,1982, p.62, tradução nossa). Realmente, os pressupostos argumentos

⁹⁰ contains the argument against 'private language'; for allegedly, the solution will not admit such a language. (Kripke,1982, p.60).

⁹¹ On the contrary, Wittgenstein's main problem is that it appears that he has shown all language, all concept formation, to be impossible, indeed unintelligible. (Kripke,1982, p.62).

do cético levam a esta suposição. Todavia, pressupõe-se que o cético não seja assim tão cético, visto que os supostos argumentos “niilistas” tem um objetivo direto e explícito: refutar a suposta linguagem, ainda que se faça uso de elementos inclusive behavioristas. Uma vez que o problema matemático do desafio cético pode contemplar outros ramos do conhecimento e vertentes da linguagem, como já destacado, essa é uma adoção metodológica, aparentemente plausível que conduz Kripke à chegada nesta conclusão.

Mas seria o cético de Wittgenstein autossuficiente para levar a uma conclusão cética? Conforme se observa, embora Kripke denote afeição pelo ceticismo de Wittgenstein mediante seus apreços ao mesmo, convém ressaltar que os pressupostos inerentes à discussão em questão precisam ser analisados de diferentes perspectivas; por esta razão, além de Quine outro candidato levado em consideração é Hume dentro da discussão em pauta. Segundo Kripke argumenta:

É importante e esclarecedor comparar a nova forma de ceticismo de Wittgenstein com o ceticismo clássico de Hume; há analogias importantes entre os dois. Ambos desenvolvem um paradoxo cético, baseado no questionamento de um certo nexo do passado para o futuro. Wittgenstein questiona o nexo entre a "intenção" ou "significados" do passado e a prática presente: por exemplo, entre minhas "intenções" passadas em relação ao "mais" e meu cálculo atual " $68+57=125$ ". Hume questiona dois outros nexos, relacionados entre si: o nexo causal pelo qual um evento passado necessita de um futuro, e o nexo inferencial indutivo do passado para o futuro⁹². (Kripke,1982, p.62, tradução nossa).

Não resta dúvida de que a intrusão de Hume nesta questão é bem-vinda, visto que o propósito de Kripke com esta comparação é somente a título de cotejo, visto que à medida em que se observa a resolução ou solução cética de Hume conseqüentemente é reforçada uma solução cética de Wittgenstein. Pode-se dizer que, provavelmente, o ponto mais próximo do qual Hume se aproxima de Wittgenstein seja a questão da causalidade privada; esta questão abre um leque de questionamentos que poderiam ser pontuados, mas primeiro faz-se mister compreender a perspectiva de Hume na ilustração seguinte:

Se A e B são dois tipos de eventos que temos visto constantemente combinados, então estamos condicionados - Hume é um avô dessa noção psicológica moderna - a esperar um evento do tipo B ao ser apresentado com um do tipo A. Dizer de um determinado evento a que causou outro evento b é colocar esses dois eventos sob dois tipos, A e B, que esperamos que sejam constantemente unidos no futuro como foram no passado.

⁹² It is important and illuminating to compare Wittgenstein's new form of scepticism with the classical scepticism of Hume; there are important analogies between the two. Both develop a sceptical paradox, based on questioning a certain nexus from past to future. Wittgenstein questions the nexus between past 'intention' or 'meanings' and present practice: for example, between my past 'intentions' with regard to 'plus' and my present computation ' $68+57=125$ '. Hume questions two other nexuses, related to each other: the causal nexus whereby a past event necessitates a future one, and the inductive inferential nexus from the past to the future. (Kripke,1982, p.62).

A ideia de conexão necessária vem do "sentimento de transição costumeira" entre nossas ideias desses tipos de eventos⁹³. (Kripke,1982, p.67, tradução nossa).

Ainda que não seja de forma proposital, “o sentimento de transição costumeira”, como exposto na questão, ocupa o mesmo espaço do senso comum, costumes e crenças. O cético de Wittgenstein enunciado por Kripke também dispensa o senso comum dentro dos pressupostos argumentativos do cético. Isso é apenas um dado de semelhança; no entanto, o problema da causalidade privada é que, dispensando o “sentimento de transição costumeira” pode ser interpretada supostamente segundo o viés restritivo, ou seja, o evento A e o evento B podem ser interpretados privadamente como independentes de outros eventos.

Esta suposição é inconsistente para Hume, e por este motivo denomina-se *impossibilidade da causalidade privada*. Para Kripke, a solução cética de Hume não é fundamental na questão do cético wittgensteiniano, mas útil no quesito comparação. Porém, nada obsta que esta solução humeana vá além disso. É admissível não ficar absolutamente clara a comparação que Kripke faz em cotejar Hume e Wittgenstein porque requer muita atenção aos pormenores comparativos, mas de qualquer forma a impossibilidade da causalidade privada é fundamental nesta questão. Então, pode-se demonstrar total acordo com Kripke no quesito: “É claro que estou sugerindo que o argumento de Wittgenstein contra a linguagem privada tem uma estrutura semelhante ao argumento de Hume contra a causalidade privada⁹⁴”. (Kripke,1982, p.68, tradução nossa).

Neste caso, Hume deve ser posto de lado, já que suas teses foram pautadas de forma oportuna, e ao atentarmos especificamente nas teses de Wittgenstein devemos observar à luz da análise de Kripke (1982, p.79) que os “jogos de linguagem” nas *Investigações Filosóficas* credibilizam, em certa medida, o argumento cético enunciado, inclusive a cuidadosa questão da causalidade do evento passado sobre um evento futuro, frisada por Hume. Entretanto, conforme Kripke, não se pode ignorar o fato de que tudo isso tem como referência uma comunidade na qual o sujeito, como agente da ação, age isoladamente. De modo que é importante enfatizar a importância incondicional da comunidade como sujeito validador das ações do indivíduo que dela faz parte.

⁹³ If A and B are two types of events which we have seen constantly conjoined, then we are conditioned - Hume is a grandfather of this modern psychological notion - to expect an event of type B on being presented with one of type A. To say of a particular event a that it caused another event b is to place these two events under two types, A and B, which we expect to be constantly conjoined in the future as they were in the past. The idea of necessary connection comes from the 'feeling of customary transition' between our ideas of these event types. (Kripke,1982, p.67).

⁹⁴ Of course I am suggesting that Wittgenstein's argument against private language has a structure similar to Hume's argument against private causation (Kripke,1982, p.68).

O cético de Wittgenstein apresenta como parte de suas inferências conclusivas dois pressupostos; o primeiro: “Uma sentença declarativa obtém seu significado em virtude de suas *condições de verdade*, em virtude de sua correspondência com fatos que devem prevalecer se for verdadeira”. (Kripke 1982, p.72). Para explicitar; suponha-se que havia três amigos; então, um chamado João afirma que faz frio, mas Pedro, Tiago e Maria dizem que faz calor, porém a temperatura está em 5° graus celsius. Neste caso, independente do que afirmam, a condição de verdade fica com João. O segundo ponto é a condição da prática comunitária, ou seja, as práticas linguísticas da comunidade determinam as regras e as corrigem e estabelecem-lhes critérios.

Dessa forma, fica evidente e admissível que o argumento do cético sobre o ponto de vista da matemática para *quaddição* e *adição*, como da *imagem interior* tem relevante grau de plausibilidade. É evidente que não garante a normatividade do significado. Além disso, não apresentam argumentos suficientemente cabíveis ou determinantes para defender os critérios da suposta linguagem privada, já que lhe falta a verificação e a normatividade conceitual. À medida que o cético apresenta a questão da *quaddição* como substituição da *adição*, cujo resultado é por princípio diferente, ou seja, o que era um resultado no passado pode ser diferente no futuro ou o resultado da *adição* no futuro era sempre *quaddição*, ou é apenas então interpretada como *adição*. Então, não sustenta a questão nem sugere alternativas eficazes. Partindo destas hipóteses, pelos mesmos critérios pode ser analisada a ação do “matemático solitário”, assim como das sensações e imagem interna. É evidente perceber-se a estranheza quando se nega a *normatividade da regra* colocando-a em termos subjetivos; demonstra ser mais improvável separar o indivíduo do nítido contexto da comunidade.

Portanto, ao longo da discussão buscou-se conservar a integridade da intenção para que o significado efetivo fosse mantido. Mas os argumentos e teorias demonstraram-se inconsistentes ou insuficientes para alcançar tal propósito. Todavia, observa-se que salvar o significado passado e sua conseqüente permanência futura implicaria manter a proposta da linguagem solitária, de modo que nenhum argumento das teorias expostas no contra-argumento ao cético foi suficientemente forte para prevalecer sobre o ceticismo e salvar o significado. De outra forma, o caminho que leva à conclusão cética tem seu auge de forma, alternativamente solucionável, no contexto vital da comunidade. O tópico seguinte tem por finalidade explicitar essa questão como conclusão solúvel do cético sobre o paradoxo de Wittgenstein.

A questão consiste em averiguar até que ponto a comunidade se apresenta como um arremate “saudável” ou “nocivo” ao paradoxo cético, já que se pressupõe que ela se apresente favorável à questão da intencionalidade, do significado e o seguimento de regras. De qualquer

forma, isso não se pode averiguar sem analisar os pressupostos na forma que Kripke os expõem na questão.

3.2.5 A COMUNIDADE COMO CONDIÇÃO *SINE QUA NON* PARA A LINGUAGEM

A comunidade, nesta questão da conclusão cética, exerce um papel crucial para que possamos chegar ao que se pode definir como solução cética. É importante frisar que nem tudo que é comum aos membros da comunidade significa ter a mesma apreensão conceitual por todos os membros da comunidade, mas faz-se necessário destacar que a aprovação ou negação de uma objetiva base conceitual depende dela; e o cumprimento de regras, o significado de um conceito pode ser aprovado ou não pela comunidade, destarte as prováveis implicações subjetivas no entorno da base conceitual. Dessa forma, é importante atentar ao problema cético:

Ninguém mais, olhando apenas para sua mente e comportamento, pode dizer algo como: "Ele está errado se não estiver de acordo com suas próprias intenções passadas"; O ponto principal do argumento cético era que não pode haver fatos sobre ele em virtude dos quais ele concorde com suas intenções ou não. Tudo o que podemos dizer, se considerarmos uma única pessoa isoladamente, é que nossa prática comum a autoriza a aplicar a regra da maneira como ela a atinge⁹⁵. (Kripke,1982, p.88, tradução nossa).

O problema levantado é sobre a validação solitária sobre as próprias ações, se são regras ou não. E a conclusão disso é que ninguém pode autodefinir as próprias regras aprovando-as ou reprovando-as, de forma independente da comunidade. O objetivo principal do cético em pauta é não levar em conta a subjetividade do conceito, uma vez que isso levaria à admissão de uma linguagem privada, ainda que subjetiva, visto que a autodefinição do seguimento de regra levará infalivelmente a isso. Então, isso implica que as imprevisões do “eu” dependem da relação com “os outros”, que são os membros da comunidade. Julgar as próprias ações na perspectiva individual, com base de fundamento segundo a régua das ações passadas em relação ao futuro, não convém neste caso, pois seria o mesmo que seguir “privadamente” a própria regra §202. Ademais:

A situação é muito diferente se ampliarmos nosso olhar a partir da consideração apenas do seguidor da regra e nos permitirmos considerá-lo como interagindo com uma comunidade mais ampla. Outros terão, então, condições de justificativa para

⁹⁵ No one else by looking at his mind and behavior alone can say something like, "He is wrong if he does not accord with his own past intentions"; the whole point of the sceptical argument was that there can be no facts about him in virtue of which he accords with his intentions or not. All we can say, if we consider a single person in isolation, is that our ordinary practice licenses him to apply the rule in the way it strikes him. (Kripke,1982, p.88).

atribuir regras corretas ou incorretas ao sujeito, e estas não se limitarão à aceitação incondicional da autoridade do próprio sujeito⁹⁶. (Kripke, 1982, p.89, tradução nossa).

Neste ponto, pode-se retomar a questão do matemático solitário, uma vez que a questão consiste em saber se uma nova fórmula matemática por ele apresentada seria aceita incondicionalmente pela comunidade ou necessitaria depender de critérios justificáveis para que a comunidade a aceitasse como válida ou não. É provável que esta fórmula, como qualquer outro tipo de ação exposta ao julgamento da alteridade, precisasse de critérios convincentes para que a comunidade julgasse e aprovasse a mesma, e mesmo assim poderia existir controvérsias em relação aos resultados ou à metodologia. A proposta de solução para o paradoxo declara que:

Qualquer indivíduo que afirme dominar o conceito de adição será julgado pela comunidade como tendo feito isso se suas respostas particulares concordarem com as da comunidade em casos suficientes, especialmente as simples (e se suas respostas "erradas" não forem muitas vezes bizarramente erradas, como em "5" para "68+ 57", mas parecem concordar com as nossas no procedimento, mesmo quando cometem um "erro computacional"). Um indivíduo que passa em tais testes é admitido na comunidade como um aditivo; um indivíduo que passa em tais testes em muitos outros casos é admitido como um falante normal da língua e membro da comunidade. Aqueles que se desviam são corrigidos e informados (geralmente quando crianças) de que não compreenderam o conceito de adição. Aquele que é um desviante incorrigível em aspectos suficientes simplesmente não pode participar da vida da comunidade e da comunicação⁹⁷. (Kripke, 1982, p.91-92, tradução nossa).

Deste modo, a comunidade se apresenta como uma condição sem a qual a linguagem não possui vida. Assim, deve-se levar em conta que qualquer forma de vida só subsiste em si pela *via praxis* comunitária. De qualquer forma, é de admitir que embora a comunidade exerça papel preponderante na “salvação” do conceito e significado, a intencionalidade, por ser de caráter interno, parece escapar à total apreensão da comunidade; isso exige-nos questionar quais os devidos limites da comunidade, posto que fatores subjetivos das *Investigações Filosóficas* não foram totalmente contemplados na análise de Kripke, como a própria questão das

⁹⁶ The situation is very different if we widen our gaze from consideration of the rule follower alone and allow ourselves to consider him as interacting with a wider community. Others will then have justification conditions for attributing correct or incorrect rule following to the subject, and these will not be simply that the subject's own authority is unconditionally to be accepted. (Kripke, 1982, p.89).

⁹⁷ Any individual who claims to have mastered the concept of addition will be judged by the community to have done so if his particular responses agree with those of the community in enough cases, especially the simple ones (and if his 'wrong' answers are not often bizarrely wrong, as in '5' for '68+ 57', but seem to agree with ours in procedure, even when he makes a 'computational mistake'). An individual who passes such tests is admitted into the community as an adder; an individual who passes such tests in enough other cases is admitted as a normal speaker of the language and member of the community. Those who deviate are corrected and told (usually as children) that they have not grasped the concept of addition. One who is an incorrigible deviant in enough respects simply cannot participate in the life of the community and in communication. (Kripke, 1982, p.91-92).

sensações, definição ostensiva e privacidade. Mas Kripke (1982, p. 112) justifica este senão, alegando a delimitação da sua análise. Acredita-se que isso não acrescentaria muito à questão, já que analisa a partir do que se considera essencial.

Kripke acentua que, quando se trata de comunidade, refere-se a uma comunidade composta pelo sujeito da ação em relação a outro ou outros; por isso ele a chama de comunidade ampla. Isso para dizer que, quando se nega a linguagem privada, no fundo o que se nega é o que se poderia chamar de "modelo privado" de seguir regras, ou seja, o que se pauta é o sujeito isolado, sem referência a seu pertencimento a uma comunidade que ele chama de "mais ampla" (Kripke, 1982, p.109). Mas é óbvio que o modelo privado implica a inclusão dos fatores subjetivos do sujeito ativo sob análise. De algum modo, isso não deixaria de fazer a reflexão mais complexa, embora ele simplifique concluindo que:

A impossibilidade de uma linguagem privada no sentido que acaba de definir decorre, de fato, da incorreção do modelo privado para linguagem e regras, uma vez que a regra seguindo em uma "linguagem privada" só poderia ser analisada por um modelo privado, mas a incorreção do modelo privado é mais básica, uma vez que se aplica a todas as regras⁹⁸. (Kripke, 1982, p.110, tradução nossa).

Portanto, a questão consiste na corrigibilidade da linguagem, pois a linguagem dentro do modelo privado não abriria a possibilidade de correção; poderia pressupor essa possibilidade, contanto que se estabelecesse um modelo privado de correção no qual a linguagem seria corrigível, mas só no âmbito público a corrigibilidade é praticável e objetiva. E assim o sujeito seria inserido na comunidade e participante da comunicação, como seguidor de regras objetivas.

Por outro lado, é importante atentar-se ao que é linguagem e o que é seguimento de regra. Aparentemente, nem Kripke nem Wittgenstein demonstraram preocupação em explicitar ambas as expressões. No entanto, presume-se que definir o conceito de regras fora da perspectiva da linguagem é impraticável para ambos, pois para eles estas expressões se apresentam de forma indissociável. Dado isso, fica explícito que a interpretação de Kripke não se distancia das conclusões de Wittgenstein das *Investigações Filosóficas sobre a linguagem privada*.

Teria a comunidade salvo o sentido? De certa forma, sim. Tanto Wittgenstein quanto Kripke fugiram do reducionismo, isso é óbvio. Ambos incapacitaram o sujeito de se autoafirmar

⁹⁸ The impossibility of a private language in the sense just defined does indeed follow from the incorrectness of the private model for language and rules, since the rule following in a 'private language' could only be analyzed by a private model, but the incorrectness of the private model is more basic, since it applies to all rules. (Kripke, 1982, p.110)

e definir-se como protagonista das suas próprias ações, quer no sentido do privado quer no sentido público de autoafirmação. Não resta dúvida de que a comunidade exposta por Kripke seja uma condição *sine qua non* que fundamenta não somente os argumentos contra a linguagem privada, como também ao niilismo exposto no cético de Wittgenstein enunciado por Kripke.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muitas considerações poderiam ser feitas acerca do paradoxo cético de Wittgenstein enunciado por Kripke. No entanto, duas observações julgam-se que demonstram ser de maior importância no caso em questão; uma de carácter geral e outra de carácter restrito. A partir disso, convém destacar o ponto de características mais gerais, e daí chegar à parte restrita. A título de justiça, parece ser pertinente defender Kripke no que se refere ao propósito de sua obra como conclusão da análise dela no aspecto geral.

Um ponto crítico na abordagem da obra de Kripke: *Wittgenstein sobre regras e linguagem privada* e que não se acorda com a opinião de alguns intérpretes de Kripke consiste na questão de que: a interpretação de Kripke de Wittgenstein, por mais profunda e interessante que seja, é prejudicada por se concentrar em um conjunto muito restrito de exemplos, em particular aqueles que envolvem a expansão de fórmulas matemáticas⁹⁹. (Stroll, 1995, p. 93, tradução nossa). É importante destacar que Kripke não pretendia deixar um tratado sobre a questão do seguimento de regras e linguagem privada no livro em questão, mas, como já explicitado, apenas destacar os efeitos da filosofia de Wittgenstein sobre ele.

Além disso, o método de utilizar as fórmulas matemáticas para discutir os temas que compõem o título da obra pareceu, na perspectiva de Kripke, a forma mais econômica para tratar de uma questão tão delicada e complexa, evidentemente ligada a outras questões ausentes na análise. Desse modo, a abordagem é “interessante” pelo ineditismo, mas necessária pela finalidade. Por conseguinte, é importante observar que não importa se o caminho foi totalmente percorrido, mas que o atalho tenha levado ao intento pretendido. Neste caso, todas as evidências levam a crer que Kripke alcançou a sua meta. Em carácter restrito, observemos o que afirmam:

(...) há uma ideia particular a ser encontrada na abordagem de Kripke que é de extrema importância também para nossa questão aqui, a saber, a ideia de que o indivíduo, tomado como um ser humano privado em sua privacidade, não poderia seguir uma regra com base em suas próprias crenças, uma vez que ele ou ela é, em princípio,

⁹⁹ In my view Kripke's interpretation of Wittgenstein, as deep and interesting as it is, is marred by focusing on too narrow a set of examples, in particular those involving the expansion of mathematical fórmulas. (Stroll, 1995, p. 93).

incapaz de distinguir por quaisquer fatos entre significar algo e não significar nada¹⁰⁰. (HALLER, 1995, p.226, tradução nossa).

Esta é, na verdade, uma síntese do paradoxo cético de Wittgenstein enunciado por Kripke, e nada obsta em relação à premissa desta análise. Com efeito, é importante ressaltar que Wittgenstein nunca usa a palavra 'comunidade' nas *Investigações Filosóficas*. Mas Kripke a apresenta como um fator determinante para a solução da questão cética.

CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em realizar uma análise do *argumento da linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Em termos de pretensões específicas, levou-se em conta o contexto e o texto das *Investigações Filosóficas* dentro dos quais se consolidam os *argumentos da linguagem privada*, a fim de compreendê-lo e explicitá-lo da forma mais justa possível. No decorrer deste percurso, alguns pontos tornaram o caminho mais íngreme, o que de algum modo dificultou a obtenção de conclusões mais satisfatórias. No entanto, apesar de algumas questões ainda permanecerem obscuras e questionáveis, algumas evidentes conclusões podem ser constatadas e explicitadas no final desta dissertação.

É comum os estudiosos do *argumento da linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein centrarem-se exclusivamente nos parágrafos (§§ 243-315) tradicionalmente delimitados. No entanto, a partir do momento em que se analisa o texto dentro do contexto em que ele se insere, algumas implicações surgem; estas implicações dizem respeito à continuidade do tema da *linguagem privada* dentro do espólio Wittgensteiniano até as *Investigações Filosóficas*, como da delimitação do tema dentro dela.

Inferiu-se, a partir deste trabalho, que a linguagem das sensações e as sensações das cores se fazem presentes nos livros *Azul*, *Marrom* e nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, considerados escritos do período intermediário de Wittgenstein, ressaltando-se inclusive que no parágrafo § 50 do livro *marrom* Wittgenstein faz menção direta à linguagem privada. Além disso, a linguagem das sensações fez-se presente de forma condensada nas *Investigações filosóficas*. Logo, não parece restar dúvidas que a discussão sobre a suposta *linguagem privada*, tal como é apresentada nas *Investigações Filosóficas*, é um resultado de um

¹⁰⁰ there is one particular idea to be found in Kripke's approach which is of the utmost importance also for our question here, namely, the idea that the individual taken as a private human being in its privacy could not follow a rule on the basis of his or her own beliefs, since he or she is in principle unable to distinguish by any facts between meaning something and meaning nothing at all. (HALLER, 1995, p.226).

argumento amadurecido de Wittgenstein acerca do tema ao longo do tempo em que esteve afastado diretamente da academia.

Quanto à delimitação do *argumento da linguagem privada* dentro das *Investigações Filosóficas*, trata-se de uma discussão complicada, pois desde que as *Investigações Filosóficas* (na sua versão final, publicada em 1953) vieram à luz, estes argumentos são consagrados como restringidos dentro dos parágrafos §§243–315. No entanto, esta delimitação foi questionada por Kripke, que defende que esses argumentos começam no parágrafo §202. Nesta pesquisa, revelou-se outra questão que pode colocar em choque tanto a delimitação tradicional quanto a tese de Kripke, a saber: Wittgenstein utiliza o advérbio em latim: *privatim* em dois parágrafos §§ 202 e 311; isso sugere que os critérios de interpretação de Kripke são plausíveis, uma vez que ele combate o suposto seguimento privado das regras privadamente, e não diretamente segundo a linguagem das sensações. Mas por outro lado, Wittgenstein aborda o tema das sensações de forma condensada nos parágrafos §§ 244-317. Logo, esta questão ainda permanece obscura nesta dissertação, uma vez que ambos os capítulos do livro estão ligados pelo tema da privacidade, mas a questão da delimitação do tema na obra ainda permanece implicante, podendo ser aprofundada e explicitada numa pesquisa futura.

Sobre os fatores determinantes pelos quais Wittgenstein condensa seus argumentos refutativos sobre a suposta *linguagem privada* nas *Investigações Filosóficas*, existem duas suposições, uma tradicional e uma moderna; a tradicional, apresentada por Glock (1998, p.230) e Baker (2004, p.110), argumenta a possibilidade de uma *linguagem privada* ser indiretamente pressuposta pela filosofia moderna desde Descartes. Um dos intérpretes mais atuais de Wittgenstein, Nielsen (2016, p.13), argumenta que o argumento contra a linguagem privada nas *Investigações Filosóficas* é fruto de uma evolução cuja origem remonta ao Círculo de Viena. Pela análise do método e forma como Wittgenstein argumenta, leva-se a evidenciar que ambas as suposições não possuem verdades absolutas, mas Wittgenstein ataca tanto a filosofia moderna quanto às conclusões do Círculo de Viena, assim como evidentemente ao próprio *Tractatus*.

As *Investigações Filosóficas* diferem do *Tractatus* em abordagem, tom e conteúdo. Isto é claro; no entanto, é importante destacar que não diferem na questão da temática; ambas as obras trabalham a natureza da linguagem, mas com abordagens distintas. No *Tractatus*, o limite da linguagem consiste no que pode ser dito, pois o significado da linguagem é a sua correspondência com a realidade. Nas *Investigações Filosóficas*, por outro lado, é questionável até que ponto a linguagem estabelece um limite a si mesma, uma vez que o significado é pragmático e dependente de *variáveis de uso*, que se definem como *formas de vida e jogos da*

linguagem. Mas Wittgenstein estabelece os critérios para os quais se pode conceituar uma linguagem. Então, o que se conceitua numa variável de possibilidade submete-se a um leque pré-determinado de regras que a classificam como linguagem. Porém, a suposta *linguagem privada* não tem regras e foge dos critérios que estabeleceriam o que se denomina como linguagem; logo, não pode ser linguagem.

Se seguir uma regra pressupõe a publicidade desta regra, já que tal seguimento não pode ser concebível privadamente (§202), então ainda resta cumprir-se o dever de explicitar o que não define nem conceitua uma linguagem auto descritiva (§243). Isso partindo do pressuposto de que a linguagem pressupõe a regra que a caracteriza. Neste caso, a hipótese de um monolíngue comunicar consigo mesmo desmorona, dentro do pressuposto de uma autocomunicação. Infere-se que, conforme Wittgenstein defende, a linguagem é um meio de comunicação; então, deve existir acordo sobre suas definições em conformidade com regras pré-definidas mediante o julgamento da comunidade.

Nos parágrafos 344-55, Wittgenstein introduz a antítese contra a possibilidade da *linguagem privada* à luz da *linguagem das sensações*, demonstrando a impossibilidade de critérios privados para que seja validado o significado, por exemplo, de uma sensação. Nos parágrafos seguintes ao §355, Wittgenstein apresenta uma série de exemplos, enfatizando que sem critérios públicos que verifiquem, julguem e validem uma linguagem não se pode defini-la. No famoso parágrafo § 293 sobre o “Besouro na caixa”, Wittgenstein explicita que se cada pessoa tivesse seu próprio conceito privado de Besouro, este conceito por si esvaziava-se, uma vez que fugiria de critérios referenciais e da própria gramática comum. Por um lado, ele não nega o vocabulário psicológico, já que em § 261 a sensação é um vocábulo da nossa linguagem geral comum, e não de uma linguagem inteligível só para mim.

Por conseguinte, embora Wittgenstein use a *linguagem das sensações* como um pressuposto com maior escopo de exemplificações que poderiam ilustrar uma possível *linguagem privada*, ele conclui que a *linguagem das sensações* é inconsistente para fundamentar a suposta linguagem. A partir disso, utilizou-se da análise de alguns temas contíguos nas *Investigações Filosóficas*, relacionados à questão da *linguagem privada*. Este propósito consistia em encontrar alguma contradição no argumento de Wittgenstein, assim como apreciar a consistência de seus argumentos contra a linguagem privada. No entanto, tratou-se de uma empreitada frustrante. Para Wittgenstein, é claro o que determina a linguagem: os critérios públicos.

Durante o percurso desta pesquisa, fez-se mister uma análise comparativa entre o método de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* sobre a *linguagem privada* e o Kripke do

Wittgenstein on rules and private language. A empreitada consistiu em analisar ambos os caminhos e descobrir a que destino chegaram; partimos da premissa de que Kripke, em sua exposição, não analisa Wittgenstein, e sim os efeitos de sua filosofia sobre ele, Kripke. Não se esperava que ambos se encontrassem ao final do percurso. No entanto, este foi o resultado.

Algumas observações foram detectáveis e carecem de elucidação. Por exemplo, Kripke demonstra que não quis ser um intérprete wittgensteiniano ao lado dos demais intérpretes, pois ele demonstra que seu intento foi fugir das *interpretações convencionais*, mesmo que para isso arcasse com as consequências criticistas. Por convencionalismo interpretativo, pode-se falar da delimitação temática da questão da linguagem privada a que geralmente recorrem (§§243-315).

Se Wittgenstein usou a questão do *seguimento de regras* §202-242 e a *linguagem das sensações* §§244-315(317) para refutar qualquer possibilidade de uma *linguagem privada*, Kripke julgou necessário apenas o primeiro exemplo e o reformulou na versão de uma interpretação matemática. Com isso, Kripke levou o paradoxo do cético até as últimas consequências, cujo propósito foi contemplar todos os “usos significativos da linguagem” e suas possibilidades (Kripke, 1982, p. 7). Nisto consistiu o problema cético, incidindo na fraqueza dos argumentos pressupostos e concluindo o quanto eram ineficientes na determinação do significado e normatividade das regras; consumada a negação dos fatos subjetivos que não determinam o significado objetivo, apelou-se para a solução cética. Assim como Wittgenstein, Kripke provoca uma ruptura com a visão realista clássica do significado.

A solução cética de Kripke apresenta uma proposta similar a Wittgenstein, mas distinta nos termos. Assim como Wittgenstein, Kripke chega à conclusão de um indivíduo cujas regras são seguidas mediante suas próprias crenças individuais é um indivíduo que não pode pertencer à comunidade. Porque para ele é a comunidade que dá significado às palavras e determina as regras que devem ser seguidas. Deste modo, não existe *linguagem privada*. Wittgenstein nunca usou a palavra “comunidade” nas *Investigações Filosóficas*, mas Kripke a usa como uma condição sem a qual não existe linguagem.

Por fim, admite-se que todo esforço possível foi empregado para trazer as conclusões satisfatórias aos leitores deste trabalho. Mas talvez não tenham sido atingidos os fins esperados (pairando, sobre a presente dissertação, evidentes lacunas). Muitas questões, evidentemente, carecem de aprofundamento e acurada análise, apesar de que nem o autor nem o trabalho em si tinham a pretensão de esgotar a questão, dada a delimitação do tema e outras condições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Arif. **Wittgenstein's Philosophical Investigations: a Critical Guide**. New York: Cambridge University Press, 2010.

AGASSI, Joseph. **Ludwig Wittgenstein's Philosophical Investigations An Attempt at a Critical Rationalist Appraisal**. Alemanha: Springer, Volume 401, 2018.

ALMEIDA, J. J. Rodrigues de Lima. **A singularidade das Investigações filosóficas de Wittgenstein: fisiognomia do texto**. Campinas, SP: Editorada Unicamp, 2015.

ARRINGTON, Robert L. et al. **Wittgenstein's Philosophical Investigations: text and context**. New York, USA: Routledge, 1991.

ASCOMBE. **The First Person**. 1994. Disponível em: <[Anscombe-The First Person.pdf \(univ-nantes.fr\)](#)>. Acesso em: 15/11/2023.

AZAMBUJA, Rogério Xavier de et all. **A máquina de Turin** (2011). Disponível em: [Maquina_de_Turing.pdf \(ufrgs.br\)](#)>. Acesso em 25/02/2024.

BAKER, Gordon. **Wittgenstein's Method: Neglected Aspects, Essays on Wittgenstein**. Blackwell publishing: UK, Oxford, 2004.

BARRISON, Bernard. **Wittgenstein and Scepticism**. Disponível em: <[\(20\) Wittgenstein and Scepticism | Bernard Harrison - Academia.edu](#)>. Acesso em 11/01/2024.

CHILD, William. **Wittgenstein [recurso eletrônico]**. Tradução: Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. **Wittgenstein on The First Person**. 2011 *In*: KUUSELA, Oskari and MCGINN, Marie. Oxford Handbooks Online. New York, USA: Oxford University Press Inc, 2012.

CARNAP, Rudolf. **Autobiografia Intelectual**. Barcelona: Editorial Paidós Ibérica, S.A., 1992.

CARVALHO, Marcelo et al. **Filosofia da linguagem e da lógica**. Coleção XVI Encontro ANPOF – São Paulo: ANPOF, 2015.

COOK, J. W. **Wittgenstein on Privacy**. In: The Philosophical Review. Vol. 74, No. 3, (jul., 1965), pp. 281-314. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2183356>>. Acesso em: 12/09/2023.

ERBACHER, Chistian. Die Wittgenstein-Editionen im Kontext: Über editorische Defizite und ihre konstruktive Kontextualisierung. **Bereitgestellt von | Universitätsbibliothek Siegen Angemeldet Heruntergeladen am | DOI 10.1515/editio-2016-0013**. P. 197. Disponível em: [Erbacher_Editio-Die-Wittgenstein-Editionen-im-Kontext.pdf \(uni-siegen.de\)](#). Acesso em: 16/05/2023.

FILHO, Balthazar Barbosa. **Sobre o positivismo de Wittgenstein** (1981-2). In: DALL'AGNOL, D. (org). *Wittgenstein no Brasil*. 1. ed. Sao Paulo: Escuta, 2008.

GAYNESFORD, Maximilian de. Wittgenstein on “I” and the Self, p, 478. In: Hans-Johann Glock and John Hyman. **A Companion to Wittgenstein**. Malden, USA: Blackwell, 2017.

GIANNOTTI, José Arthur. **Introdução (ao Tractatus Lógico – Philosophicus)** 1968, in: DALL'AGNOL, D. (org). *Wittgenstein no Brasil*. 1. ed. Sao Paulo: Escuta, 2008.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

_____. HYMAN, John. **A Companion to Wittgenstein**. Malden, USA: Blackwell, 2017.

GUTTENPLAN, Samuel. **A Companion to the Philosophy of Mind**. Blackwell: Massachusetts, 1996.

HADOT, Pierre. **Wittgenstein e os limites da linguagem**. São Paulo: Realizações editora, 2014.

HALE, Bob et all. **A Companion to the Philosophy of Language**. Massachusetts, USA: Blackwell Publishers Ltd, 1998.

HALLER, Rudolf; Kiaus Puhl. In: “Wittgenstein and the Future of Philosophy – A Reassessment after 50 Years”. **Internationales Wittgenstein Symposium**. Papers of the 27th. Kirchberg am Wechsel: Österreichische Ludwig Wittgenstein Gesellschaft, 2001.

LUGG, Andrew. **Wittgenstein’s Investigations 1-133: a guide a interpretation**. New York, USA: Routledge, 2000.

KHANI, Ali Hossein. **Kripke’s Wittgenstein**, 2022. Disponível em <[Kripke’s Wittgenstein | Internet Encyclopedia of Philosophy \(utm.edu\)](#)>. acesso em 16/02/2024.

_____. **Kripke’s Wittgenstein Sceptical Solution and Davidson’s Philosophy of Language** (tese de doutorado). University of Otago, Dunedin, New Zealand, 2016.

KENNY, Anthony. **Wittgenstein (Revised Edition)**. Malden, USA: Blackwell, 2016.

_____. **The Legacy of Wittgenstein**. Blackwell: New York, USA, 1984.

KRIPKE, Saul A. **Wittgenstein on rules and private language**. Massachusetts, USA: Harvard University Press, 1995.

HACKER, P. M. S. (Peter Michael Stephan) **Wittgenstein’s place in twentieth-century analytic philosophy**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

_____. **Wittgenstein: Comparisons and Context**. New York, USA: Oxford University Press, 2013.

_____. **Wittgenstein: Meaning and Mind.** Of An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Part I: Essays, Volume 3. Hoboken, NJ, USA: Wiley-Blackwell, 2019.

_____. **Wittgenstein: Meaning and Mind.** Part II: Exegesis §§ 243 – 427 (Second, extensively revised edition). Hoboken, USA: Wiley-Blackwell, 2019.

MALCOLM, Norman. **Ludwig Wittgenstein: a memoir.** New York: Oxford University Press, 2001.

MARQUES, Antônio. **O interior: linguagem e mente em Wittgenstein.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MCGINN, Marie. **Wittgenstein and the Philosophical Investigations.** New York, NY: Routledge, 2002.

MILLER, alexander. **Filosofia da Linguagem.** São Paulo: Paulus, 2010.

MOYAL-SHARROCK, D. **The Third Wittgenstein: the post-investigation works.** Hampshire: Asghate, 2004.

MULHALL, Stephen. **Wittgenstein's private language: Grammar, Nonsense, and Imagination in Philosophical Investigations, §§243–315.** Oxford: Clarendon press, 2007.

MONK, Ray. **Ludwig Wittgenstein: el deber de un genio.** Barcelona, Editorial Anagrama, S.A., 1994.

NIELSEN, Keld, Stehr. **The Evolution of the Private Language Argument.** New York: Routledge, 2016.

OLIVEIRA, M. A. de. **Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea.** Edições Loyola. 4.ed. São Paulo: edições Loyola, 2015.

JAMES C. Klagge and Alfred Nordmann. **Ludwig Wittgenstein: public and private occasions.** Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

PICHLER, Alois / Simo Säätelä (Eds.) **Wittgenstein: The Philosopher and his Works.** Ontos Verlag & the Authors, 2006.

QUINE, Willard Van Orman. **Word and Object.** London: The MIT Press, 2013.

RICHTER, Duncan. **Historical dictionary of Wittgenstein's philosophy Richter.** Lanham, USA: Rowman & Littlefield, 2014.

RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind.** Routledge, New York, 2019.

SCHULTE, Joachim. **Privacy.** In: KUUSELA, Oskari and MCGINN, Marie. **Oxford Handbooks Online.** New York, USA: Oxford University Press Inc, 2011.

SCHURICHT, Klaus. **Wittgenstein über die Sprache der Empfindungen.** In: Römpp, Georg. STERN, David, G. **Wittgenstein's philosophical investigations.** New York: cambridge university press, 2004.

SHANKER, Stuart. **The Nature of Language and Cognition**. In. ARRINGTON, Robert L Et all. Wittgenstein and Quine. London: Routledge, 1996.

SILVA, Marcos. **Poderia Wittgenstein ainda ser considerado como um pai das tabelas de verdade?** O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v.25, n.39, p.123-146, jul.-dez. 2016.

STROLL, Avrum. **On following a rule**. In. R. Egidi (ed.), Wittgenstein: Mind and Language. Roma: Kluwer Academic Publishers, 1995.

SOSA, David et all. **Blackwell Companion to Philosophy: A Companion to Analytic Philosophy**. Massachussts, USA: Blackwell Publishers Ltd, 2001.

THORNTON, Tim. **Wittgenstein sobre Linguagem e Pensamento**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Eine philosophische Einführung**. Wien: Böhlau Verlag Köln, 2010.

_____. **Philosophische Untersuchungen [English & German] Philosophical Investigations**. Translated by G. E M, Anscombe. Massachusets: Blackwell publishers Ltd., 1958.

_____. **Da Certeza**. Lisboa: edições 70, 1989.

_____. **Gramática filosófica**. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **O livro Castanho**. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **O livro azul**. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **Anotações sobre as cores**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. **Tractatus Logico – Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2022.

Wrisley, George. **Private Language**. STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, publicado em 2019. Disponível em: (Private Language (Stanford Encyclopedia of Philosophy). Acesso em: 06/08/2023.

VIANA, Wellistony C. **Hans Jonas e a filosofia da mente**. São Paulo: Paulus, 2016.